

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OPACIDADE DE MENINAS EM CONFLITO COM A LEI:
VIVÊNCIAS DE EGRESSAS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO
FEDERAL

Polliana Esmeralda Gonçalves Machado

Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília como parte
dos requisitos para a obtenção de título de Mestre.

Brasília, maio de 2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OPACIDADE DE MENINAS EM CONFLITO COM A LEI:
VIVÊNCIAS DE EGRESSAS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO
FEDERAL

Orientadora: Doutora Tânia Mara Campos de Almeida

Banca Examinadora: Profa. Doutora Tânia Mara C. de Almeida (UnB)
Profa. Doutora Christiane Girard F. Nunes (UnB)
Profa. Doutora Maria Aparecida Penso (UCB)

Dedico esse trabalho às jovens que passaram por medidas socioeducativas e tiveram suas trajetórias atravessadas pela infração e institucionalização. Em especial, às três jovens que abriram suas vidas para que esse estudo fosse possível.

Que suas vozes sejam ouvidas/lidas!

AGRADECIMENTOS

O Trabalho de Pesquisa foi apoiado pelo CNPq, com bolsa concedida à pesquisadora e pela CAPES, com ajuda de custo para a realização da pesquisa.

Agradeço à minha orientadora, Prof^a. Tânia Mara Campos de Almeida, que ao construir uma relação baseada na confiança e na troca, desde a graduação, tem me proporcionado tantos ensinamentos. Agradeço por ter acreditado no projeto que deu origem a essa dissertação e por ter me acolhido nos diversos “becos sem saída” que se apresentaram durante a pesquisa. Obrigada por possibilitar que meu percurso acadêmico fosse fundamentado em perspectivas feministas, que foram basilares para pensar as vivências das interlocutoras.

Aos/às professores/as com quem tive a oportunidade de aprender durante minha passagem pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB, principalmente aqueles que buscaram romper as barreiras da sociologia e evidenciar as margens ainda pouco explorada. Sou grata, em especial, à Prof.^a Lourdes Bandeira, à Prof.^a Dra. Berenice Bento e ao Prof.^o Marcelo Rosa, que ofertaram as disciplinas “*Epistemologias Feministas*”, “*Abjeção e Diferença*” e “*Sociologias Emergentes*”, essenciais para o desenvolvimento das perspectivas epistemológicas e metodológicas aqui empregadas.

Às componentes da Banca Examinadora, pelas contribuições e críticas indispensáveis para a construção do conhecimento.

À minha mãe, Marilda, que compreendeu todas as vezes que precisei de silêncio e solidão para escrever. Agradeço que além do apoio emocional, tenha cozinhado, lavado, limpado diversas vezes para mim, quando eu precisei dedicar o máximo de tempo possível à produção desse trabalho. Ao meu pai, por estar sempre torcendo por mim.

Ao meu irmão, Diego, e minha avó, Gasparina, que muitas vezes tomaram para si minha parte dos cuidados com meu pai nos momentos que precisei me ausentar. Além disso, agradeço também ao Diego, meu maninho, por ter confiado em mim mais que eu mesma, sempre impulsionando meus projetos e vibrando a cada nova conquista.

Ao Lucas Pacheco, que ouviu minhas angústias, entendeu minhas ausências, me abrigou nas vezes que precisei me deslocar para fazer as entrevistas, foi meu companheiro em congressos, leu meus trabalhos, escutou meus devaneios e foi parceiro em todos os momentos.

À Anna, Ágatha e Alice, por confiarem suas vidas a mim.

*“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes, que
nem devia 'tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nóiz?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos
crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir*

*Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro
Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro”*

(Emicida part. Majur e Pablllo Vittar, AmarElo, 2019).

RESUMO

Este estudo analisou a história de três jovens egressas da internação socioeducativa do Distrito Federal - Brasil. A pesquisa tem, como base teórica, discussões feministas pós-modernas e pós-coloniais sobre o sujeito e a reconstituição das relações de poder que engendraram as vivências das adolescentes, principalmente no que diz respeito ao ato infracional e à institucionalização. Ao considerar a parte opaca das biografias narradas, o método de história de vida firmou um compromisso com o processo de lembrar, tanto pela escrita quanto pela oralidade. Os dados foram coletados por meio de cartas e entrevistas narrativas que giraram em torno de três grandes eixos temáticos: a história das jovens, ou seja, como gostariam de se apresentar e de relatar a si mesmas, no meio familiar e nas relações anteriores à internação; suas vivências na internação propriamente dita; e por fim, a saída da unidade e todo o período até o momento da pesquisa, buscando suas perspectivas pós-internação e projeções futuras. Por meio das histórias de Anna, Ágatha e Alice, foi possível compor trajetórias atravessadas por vivências sociais opressivas de gênero, raça e classe e, ao mesmo tempo, subversivas coletivamente. Contudo, ao utilizar a hermenêutica do amor, esta dissertação buscou trazer para a análise sociológica as vozes, os silêncios, os afetos, os amores e o significados que essas jovens dirigiram a suas vivências particulares, compreendendo a opacidade delas como uma forma de existência e resistência individual.

Palavras-chave: Gênero. Medidas socioeducativas. Meninas. Narrativa biográfica.

ABSTRACT

This study sought to analyze the stories of three young women who fulfilled socio-educational measure in Distrito Federal - Brazil. The research is based on the post-modern and post-colonial feminist discussions about the subject and proposes the reconstitution of the power relationships that involve the adolescents' experiences, mainly when it comes to infraction and institutionalization. When considering an opaque part of the narrated biographies, the life story method establishes a commitment to the process of recollecting, through the writing and orality. The data were collected through letters and narrative interviews based on three thematic axes: the stories of the young women, that is, how they would like to present and portray themselves; their experiences during the socio-educational measure; and finally, their perspectives on the period outside the socio-educacional unit. Through the stories of Anna, Ágatha and Alice, it was possible to compose paths crossed by generated yet subversive experiences. By using the hermeneutics of love, this work has sought to bring to a sociological analysis the voices, silences, affections, loves and meanings that these people have directed their experiences to, understanding the opacity of these young women as a form of existence and resistance.

Key words: Gender. Socio-educational measures. Girls. Biographical narrative.

LISTA DE SIGLAS

CAJE	Centro de Atendimento Juvenil Especializado
CIAGO	Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras
DPJ	Departamento de Pesquisas Judiciárias
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PDE	Pavilhão Disciplinar
PIA	Plano Individual de Acompanhamento
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
UISM	Unidade de Internação de Santa Maria
UNB	Universidade de Brasília
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
UNIRE	Unidade de Internação do Recanto das Emas
VIJ	Vara da Infância e da Juventude

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	10
1.1 Definindo o problema	10
1.2 Contextualizando o problema	12
1.2.1 Quem são as adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Brasil?.....	12
1.2.2 Internação socioeducativa e seus princípios legais.....	13
1.2.3 Anna, Ágatha e Alice – As jovens egressas do sistema socioeducativo	17
1.3 Objetivos	19
1.4 Organização da Dissertação	19
2 OPACIDADE DE MENINAS EM CONFLITO COM A LEI	21
2.1 Delinquência Juvenil Feminina.....	21
2.1.1 Raça, gênero e classe nos estudos sobre delinquência e crime/infração.....	23
2.1.2 Abordagens sobre juventude e adolescência	28
2.1.3 Juventude e gênero.....	33
2.2 Relatos de si como lugar de resistência	34
2.2.1 Abordagens feministas do sujeito	34
2.2.2 A abordagem biográfica: seus caminhos e desafios	37
2.2.3 O sujeito opaco das abordagens biográficas.....	41
3 A INFRAÇÃO COMO UM CAMINHO POSSÍVEL.....	48
3.1 A crítica à família desestruturada e a valorização da figura materna.....	48
3.2 O dizível e o indizível na prática infracional	59
4 ADESTRAR E DOCILIZAR NA FEITURA DA MULHER.....	72
4.1 A Medida de Internação de Meninas no Distrito Federal.....	72
4.2 Unidade de internação do DF como Punição e Disciplinamento.....	76
4.3 Unidade de internação do DF como Instituição Total.....	85
5 SIGNIFICAÇÕES E DESAFIOS DA PÓS-INTERNAÇÃO	98
5.1 A visão sobre a unidade de internação	98
5.2 O significado da internação.....	107
5.3 Os desafios e oportunidades encontrados na pós-internação	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
ANEXOS	131
Roteiros da Entrevista 1 – Baseada na carta 1.....	131
Roteiro de Entrevista 2 e 3 – Baseada na carta 2 e 3.....	132

1 APRESENTAÇÃO

Em 2014 realizei uma pesquisa sobre a internação socioeducativa de jovens meninas no Distrito Federal, objetivando compreender quais eram os efeitos da implantação de uma gerência feminina na unidade recém inaugurada para receber as adolescentes. Para compreender as mudanças que essa ação poderia ter, investiguei as unidades que haviam atendido as jovens nos últimos anos: o Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE), a Unidade de Internação do Recando das Emas (UNIRE) e a Unidade de Internação de Santa Maria (UISM). Foram entrevistadas servidoras das três unidades que haviam trabalhado com as meninas. (MACHADO, 2014).

Após a conclusão dessa pesquisa, a repercussão das ações da unidade nas vivências das jovens e suas elaborações pessoais a respeito ficou em aberto. Anos depois, surgiu, então, como proposta para uma nova pesquisa, desenvolvida aqui para elaboração da dissertação de mestrado. As jovens entrevistadas passaram pelas três unidades citadas, terminando suas medidas na UISM e suas vivências na internação conversam diretamente com os discursos e as práticas analisadas em minha monografia.

Ademais, busquei entender suas vivências para além da internação, abrangendo narrativas biográficas com o objetivo de compreender suas construções como sujeitos, seus próprios pontos de vista e seus relatos sobre si antes, durante e depois da medida judicial. Diante da invisibilidade das mulheres, tanto no sistema socioeducativo quanto no sistema carcerário, por seu baixo quantitativo, a problematização da vivência infracional e de privação de liberdade acaba restrita aos homens. Evidenciar as vivências dessas mulheres jovens foi também uma forma de subverter esse silêncio e possibilitar que essas histórias também sejam temas e problemas relevantes para a pesquisa sociológica.

1.1 Definindo o problema

Os dados sobre meninas que praticam ato infracional e cumprem medidas socioeducativas no Brasil ainda são bastante imprecisos. No levantamento anual realizado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), temos dados sobre as jovens do sexo feminino que cumprem medida socioeducativa e também o número de unidades mistas e exclusivamente femininas de privação de liberdade, mas quando se trata do perfil dessas adolescentes, elas são diluídas no universo masculino e se perdem.

No Distrito Federal (DF), as meninas que cumprem medida socioeducativa de internação ou internação provisória hoje ficam alocadas na unidade mista de atendimento, a

UISM, localizada na região administrativa da Santa Maria. A primeira vez que estive em contato com as meninas dessa unidade foi em 2014, na pesquisa que realizei para o trabalho de conclusão de curso de graduação em sociologia/UnB.

O contato inicial com a internação socioeducativa de meninas no DF se deu com o objetivo principal de compreender como a instituição tratava a presença de meninas em um ambiente quase que predominantemente masculino. Visando compreender melhor a implementação de uma gerência de gênero, passei a entrevistar servidoras que teriam atendido as meninas nas últimas 3 instituições por onde elas passaram. Entrevistei servidoras do CAJE, da UNIRE e da UISM, além de meninas que passaram pelas três instituições e busquei compreender os avanços e retrocessos, nas visões de ambas, desse novo atendimento exclusivo para meninas. (MACHADO, 2014).

Durante a coleta de dados que realizei na unidade, uma questão me inquietava toda vez que encontrava uma jovem. De dentro de uma salinha de atendimento, esperava uma agente me trazer a próxima entrevistada. Eu, com meus 20 anos, sentada de um lado da cadeira e elas, com seus 15, 16, 17, 18, 19, 20 anos, sendo trazidas com suas mãos para trás, colocadas na cadeira à minha frente e sempre o chamado da agente “*cuidado com a bolsa*”. Cuidado. Era aquilo que eu deveria ter com aquelas jovens, pelo menos na visão das agentes.

O que havia de tão perigoso naquelas meninas? No discurso das agentes e das servidoras elas eram meninas inconsequentes, que não sabiam se dar ao respeito, que eram levadas ao crime por relacionamentos, eram vítimas de suas condições sociais e familiares, eram brigonas, escandalosas, desobedientes, não sabiam se portar. Enfim, meninas difíceis no trato e na convivência.

Mas elas me pareciam meninas comuns, um tanto desconfiadas com minha presença, mas absolutamente como qualquer garota adolescente. Escolhi não saber a infração de nenhuma delas. Todas que chegavam até mim eram meninas que por algum motivo haviam sido internadas, mas eu não sabia esse motivo e no momento não me interessava saber. Queria saber da unidade.

As instituições prezam pela ordem, pela reconstituição da normalidade. O normal em uma sociedade patriarcal é a feminilidade submissa, disciplinada, comportada e obediente. Como uma mulher submissa pode matar? Como uma mulher submissa pode ser dona da “*boca de fumo*”? Como uma mulher submissa pode ser violenta? A presença daquelas meninas é incomoda, não apenas por suas infrações, mas pela inversão moral e simbólica que elas representam.

Para dar continuidade aos meus conhecimentos sobre a internação feminina e a delinquência juvenil perpetrada por garotas, que é o problema central desta dissertação, voltei-me para compreender histórias de vida de jovens mulheres egressas do sistema socioeducativo de internação do DF, que lá ingressaram quando eram adolescentes e hoje encontram-se em liberdade e com mais de 18 anos.

1.2 Contextualizando o problema

1.2.1 Quem são as adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Brasil?

De acordo com o último Levantamento Anual SINASE, realizado em 2016, nesse ano havia 26.450 adolescentes e jovens cumprindo alguma medida socioeducativa, sendo que 18.567 em medida de internação, ou seja, mesmo havendo outras 6 medidas disponíveis, a medida mais dura, de privação de liberdade, é aplicada à 70% dos casos. Em segundo lugar encontra-se a internação provisória aplicada em 20% dos casos, seguida da semiliberdade em 8% dos casos e outras medidas são aplicadas em apenas 8% do universo total.

O perfil desses adolescentes é predominantemente masculino. Segundo o mesmo levantamento, dos/as adolescentes e jovens em restrição ou privação de liberdade, 96% (25.360) são meninos e 4% (1.090) são meninas. Apesar da profunda diferença entre a atuação em práticas infracionais, vale ressaltar que o número de meninas cumprindo medidas socioeducativas de restrição ou privação de liberdade cresceu cerca de 270% nos últimos 6 anos, saindo de 404 adolescentes segundo o Levantamento Anual de 2010, para 1.090 em 2016, enquanto a população masculina cresceu 140%, indo de 18.107 em 2010, para 25.360.

O Conselho Nacional de Justiça publicou em 2015, através do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) em conjunto com a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), um relatório que visou compreender a realidade do cumprimento da medida socioeducativa de internação por adolescentes do sexo feminino. A pesquisa foi motivada pela invisibilidade de dados sobre a presença feminina nas instituições de aplicação de medidas socioeducativas e pela deficiência recorrente do sistema na aplicação das medidas a esta população. O estudo buscou contemplar questões como: o perfil socioeconômico das adolescentes; a estrutura da unidade socioeducativa; e os relatos sobre o cotidiano nas unidades de interno/ação.

Segundo esse estudo:

Ser mulher no sistema socioeducativo ou prisional é ser invisível. Seus desejos e necessidades são vistos a partir daqueles dos homens. Essa realidade está refletida na estrutura das unidades e nas normas interno/as de vivência. As interações dentro do

sistema permanecem marcadas por desigualdades baseadas em preconceitos de gênero. Sobre as mulheres recai uma reprovação que vai além do ato infracional e perpassa a ‘decepção’ pelo descumprimento dos papéis de mãe, irmã, filha tão esperados como dócil e colaborativo. (DPJ, 2015, pág. 10).

O Levantamento Anual de 2016 destaca que estas adolescentes estão entre 15 e 17 anos e são, em sua maioria, pretas e pardas. O estudo não especifica os atos infracionais por gênero, mas o levantamento do DPJ (ibid, pág. 28) traz que “em todo o Brasil, deve ser destacado um percentual expressivo de adolescentes internadas por ato infracional análogo ao tráfico de drogas no DF (25%), em Pernambuco (pouco mais de 20%) e em São Paulo (mais de 40%)”.

No DF, em 2016, havia 981 adolescentes cumprindo medida socioeducativa de restrição ou privação de liberdade (incluindo semiliberdade e internação), desses/as 32 eram do sexo feminino. (SINASE, 2016). O estudo realizado por Débora Diniz em 2015 traçou o perfil das 18 meninas sentenciadas em medida de internação na Unidade de Internação da Santa Maria, instituição mista do DF que atende meninas provisórias e sentenciadas. Segundo a autora, elas tinham entre 14 e 17 anos, se autodeclaravam como negras, chegaram à internação sem ter concluído o ensino fundamental, foram pegadas por tráfico ou porte de drogas e quase todas já possuíam registros de internação prévia, além de outras medidas socioeducativas em meio aberto. Metade delas foi pega pela polícia com parceiros homens. (DINIZ, 2017).

Segundo Diniz (ibid, pág. 3), a institucionalização das adolescentes é “pausa forçada e involuntária em um percurso que teve início na infância: quase todas perambulavam pelas ruas desde os 8 ou 9 anos, deixaram a escola, sofreram violência sexual na casa ou na rua”. Essas jovens conheceram a rua e o crime antes de saberem diferenciar o certo do errado. Segundo a autora, parece haver um itinerário punitivo na história de meninas e mulheres, uma vez que, a cada quatro mulheres presas no DF, uma havia passado por medida socioeducativa de internação. A trajetória seria: a rua na infância; a internação em estabelecimento educacional na adolescência; e a prisão na vida adulta. (ibid).

Apesar de serem também representantes dessa descrição geral de uma adolescente infratora apresentada anteriormente, as vidas retratadas nesta dissertação possuem nuances e trajetórias particulares, que tendem a se aproximar e/ou se afastar desse perfil geral.

1.2.2 Internação socioeducativa e seus princípios legais

A passagem do século XIX para o século XX foi um período de extrema importância para os direitos da população infantil e juvenil no Brasil. Durante a década de 1920 ocorreram as principais inovações nas leis, destacando principalmente o Código de Menores de 1927, que

tinha como proposta um olhar específico para o problema social emergente da infância: os menores passaram a ser definidos como delinquentes (efeito do problema social) e abandonados (causa do problema social). O Código de Menores de 1927 tinha como base a doutrina da situação irregular, ou seja, essa população só importava ao Estado quando constituía um problema à sociedade (CABRAL; SOUSA, 2004).

O Código de Menores foi renovado em 1979, num contexto de políticas de bem-estar, que configurava um caráter repressivo e retrógrado em período ditatorial. Arantes (1995 apud *ibid*) destaca que o poder público, ao fortalecer a figura do Juiz de Menores, buscava livrar-se do “problema do menor”, especialmente dos carentes e delinquentes. Permaneceu, assim, a doutrina da situação irregular e o princípio de ordem pública como anterior aos direitos das crianças e adolescentes.

Tal situação muda, legalmente, com a revogação do Código de Menores de 1979 e a instituição da Constituição Federal de 1988 e, na sequência, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, onde, pela primeira vez, entra o conceito de adolescente na legislação dos direitos de crianças e adolescentes do Brasil.

A Lei nº 8.069/1990, o ECA (BRASIL, 1990), define que os/as adolescentes - de 12 a 18 anos incompletos - que cometerem atos infracionais análogos a crimes dispostos no Código Penal Brasileiro estarão sujeitos às medidas: i. advertência; ii. obrigação de reparar o dano; iii. prestação de serviços à comunidade; vi. liberdade assistida; v. inserção em regime de semiliberdade; vi. internação em estabelecimento educacional. Tais medidas são aplicadas e regidas pelo SINASE.

Segundo o “Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta”. (*ibid*). E seguem três principais princípios norteadores da internação: princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

O relatório construído pelo SINASE (2006, pág. 54) afirma que

a disciplina deve ser considerada como instrumento norteador do sucesso pedagógico, tornando o ambiente socioeducativo um pólo irradiador de cultura e conhecimento e não ser vista apenas como um instrumento de manutenção da ordem institucional. A questão disciplinar requer acordos definidos na relação entre todos no ambiente socioeducativo (normas, regras claras e definidas) e deve ser meio para a viabilização de um projeto coletivo e individual, percebida como condição para que objetivos compartilhados sejam alcançados e, sempre que possível, participar na construção das normas disciplinares.

A unidade de medida socioeducativa deveria seguir um terceiro princípio importante de mencionar: o princípio da incompletude institucional. Esse determina que o acesso aos direitos de adolescentes em medida socioeducativa se dê pela articulação dos diversos aparelhos estatais responsáveis por políticas públicas para a juventude. A unidade de internação deveria seguir

os parâmetros norteadores da ação e gestão pedagógicas para as entidades e/ou programas de atendimento que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social, vez que as medidas socioeducativas possuem uma dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica. Seu atendimento deve estar organizado observando o princípio da incompletude institucional. Assim, a inclusão dos adolescentes pressupõe sua participação em diferentes programas e serviços sociais e públicos” (SINASE, 2006)

A UISM foi inaugurada em março de 2014 e foi planejada para receber jovens que cumprem medida socioeducativa de internação e a internação provisória. As meninas foram transferidas da UNIRE para a UISM no final de 2013, antes mesmo da inauguração da unidade. Segundo relatos das jovens, quando elas chegaram as obras nem haviam terminado.

O período em que as jovens estiveram na UNIRE caracteriza-se por uma série de negligências provocadas por equipes de segurança e administração, que não estavam preparadas para receber uma internação de meninas (MACHADO, 2014). A decisão de mudá-las de unidade se deu principalmente pelas inúmeras denúncias de um grupo de servidoras e de pais, segundo Machado (ibid, pág. 39)

Com a falta de preparo vieram as consequências e as dificuldades que as jovens passaram na unidade, relatos de maus tratos, discriminações, ações truculentas da parte das agentes e um presente despreparo para lidar com as jovens, descaso com seus direitos. Tudo isso levou a equipe de referência não só denunciar, mas também sugerir que as famílias denunciassem para a promotoria pública todas as situações que representassem negligência aos direitos das jovens.

O relato de uma servidora que fazia parte da equipe de referência da UNIRE, explica que

as denúncias eram muito sérias e pra poder não atrapalhar a investigação a juíza me recomendou que todas fossem afastadas, que todo mundo que trabalhasse com as meninas fosse afastado. [...]Falaram: ‘a gente tá mudando as meninas pra Santa Maria por conta de dá um atendimento mais qualificado pra elas, porque lá vai ter tipo uma unidade dentro da unidade, vai ter uma gerência de segurança específica, socioeducativa específica’. E falaram ‘vou afastar vocês hoje e semana que vem elas vão pra Santa Maria, mas eu estou convidando vocês pra ir fazer parte da equipe em

Santa Maria'. Teoricamente era pra ser com as meninas, né. Aí eu já de cara recusei, não aguentava mais. (MACHADO, 2014, pág. 40-41).

Assim, a nova unidade buscava dar um atendimento exclusivo para as especificidades das adolescentes do sexo feminino, sendo composta por uma gerente de segurança, as agentes e uma equipe psicopedagógica. O fato não deixava de caracterizar a unidade como mista, pois no mesmo ambiente físico – apesar de separado por um muro – meninos e meninas cumpriam suas medidas de internação.

A estrutura física da UISM não parece nada socioeducativa, pois é exatamente como um presídio. Segundo Machado (ibid), da pista principal que atravessa a Região Administrativa de Santa Maria (DF), vê-se a unidade, uma instituição total tradicional traduzida exemplarmente em sua estrutura física. Afastada das residências, a UISM tem muros altos de concreto com arames farpados que fazem círculos no topo e, em cada aresta, há uma torre de vigilância. A unidade é cercada por mato e em seu portão - também muito grande e com grades grossas – vê-se uma guarita com guardas.

O primeiro bloco da unidade é sua parte administrativa, onde ficam as gerências e a área de revista pela qual passam os/as visitantes antes de entrarem na área dos/as jovens. Conforme vão passando as grades e as portas de ferro, é possível ver o módulo escola, as áreas para oficinas, a quadra de esportes, o auditório, uma horta - que na época estava desativada -, os 10 módulos masculinos, a área de atendimento da saúde, o bloco dos servidores da segurança e uma cozinha – também desativada à época. Todas as instalações têm a estrutura parecida, são pequenos blocos de concreto retangulares. Os módulos que abrigam os/as adolescentes possuem janelas apenas na parte superior da parede, os cobogós.

No fundo de todas as instalações, existe outro grande muro, também com arame farpado e uma porta de ferro envolta por grades. É curioso, porque parece que a unidade acaba ali. Mas depois desse muro encontramos os módulos das meninas e mais um bloco destinado a oficinas. São 5 módulos de quartos, sendo que somente 3 estavam funcionando em 2014, um para as jovens maiores de idade, outro para as jovens menores e o último para as jovens em internação provisória.

Na entrada de cada módulo, há um pequeno hall com três portas, uma à direita, uma à esquerda e uma terceira em frente. A porta da esquerda dá para a sala onde ficam as agentes. A sala possui um painel de vidro enorme virado para o interior do módulo, por onde podem ser vistos tanto os quartos quanto a área de banho de sol.

Na porta da direita, encontra-se a sala de atendimento, onde as gerentes e a equipe de referência atendem as jovens. Por fim, na terceira porta, vemos a área de convivência, uma grande sala com bancos e mesas de concreto. Nessa sala, surgem mais três portas, duas são para os quartos das jovens e a última para uma sala de teto de grade, que permite que o sol entre.

Os quartos das jovens são pequenos e parecem ser planejados para apenas uma pessoa. Através da pequena abertura gradeada na porta de ferro era possível ver uma cama de concreto com um colchão em cima e um ou dois colchões no chão, uma mureta separando a cama do chuveiro e do vaso.

As três jovens entrevistadas cumpriram parte de suas medidas na UNIRE e outra parte na UISM, pois participaram exatamente do referido período de transferência. Elas viveram a transição de uma unidade para a outra e as mudanças acarretadas pela instituição específica de uma gerência de gênero.

1.2.3 Anna, Ágatha e Alice – As jovens egressas do sistema socioeducativo

Anna, Ágatha e Alice¹ eram garotas quando passaram pelo sistema socioeducativo. Na época em que foram sentenciadas na internação tinham entre 16 e 17 anos e lá ficaram até os 19. As três estiveram internadas juntas e hoje são amigas, compartilham dores e amores de tempos difíceis. Meu interesse se voltou a essas suas histórias e esta investigação foi feita aproximadamente 4 anos após finalizarem o cumprimento de suas sentenças. Tempo favorável à elaboração psíquico-emocional mais distanciada da internação e suficientemente próximo para facilitar a lembrança de acontecimentos importantes do período.

Anna foi a que cumpriu mais tempo de medida, 2 anos e meio, por ato análogo² à homicídio. Anna nasceu no Pará, onde ficou até os 7 anos e depois veio para Brasília morar com a mãe. Aos 12/13 anos viu sua mãe entrar no tráfico de drogas para sustentar a casa e, depois disso, sua vida nunca mais foi a mesma. Anna cresceu entre o leva e traz das drogas, cuidar da mãe quando a guerra do tráfico chegava até ela. Fugiram para o Rio de Janeiro, onde Anna praticou seu ato infracional e caiu³. Após 5 meses na unidade de internação do Rio, Anna foi transferida para o DF, onde cumpriu o restante da medida. Hoje Anna é assistente social formada e busca ter uma vida melhor longe do crime.

Ágatha ficou 1 anos e 11 meses internada, por ato análogo ao tráfico de drogas, uma das infrações mais comuns entre jovens no socioeducativo. Ágatha cresceu em Brazlândia (DF) em

¹ Pseudônimos para preservar a identidade das participantes.

² Segundo o ECA, “Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL,1990). São práticas análogas aos crimes descritos na legislação brasileira.

³ Expressão usada por elas para dizer que foram presas/pegas pela polícia.

uma invasão em situações precárias. Antes de ser sentenciada, Ágatha caiu várias vezes, chegando a ficar uma vez com internação provisória e ser liberada. Conta que sempre quis ter um emprego, desde os 12 anos queria trabalhar, ter dinheiro e comprar suas coisas, mas nunca conseguiu. Conforme foi crescendo, viu na maloqueiragem⁴ uma forma de mudar, de ter poder, ter respeito e ser reconhecida, mas não conseguiu de início uma brecha para entrar nesse mundo. Aos 15 anos, ela se ofereceu para vender um pacote de um traficante e foi onde começou. Hoje Ágatha mora só e se sustenta, trabalha, estuda da Universidade de Brasília e tenta levar uma vida longe do mundo do crime.

Alice cumpriu 2 anos, por ato análogo à homicídio. Ela nunca fez parte do mundo do crime e esse foi sua única infração, mas por ter sido grave e violenta, ficou internada de primeira. A história dessa jovem retrata uma vida de abusos reprimidos, somatizados em um corpo frágil e sofrido, mas uma mulher forte. Alice cresceu em São Sebastião (DF), em uma família muito religiosa e considera que teve uma vida normal. Tirando sua infração, conta que nunca se envolveu com outros crimes e que tinha apoio da família para seguir qualquer caminho que escolhesse, mas seus passos a levaram à um ato que ela se arrepende e ainda carrega o peso. Alice hoje faz faculdade de psicologia em instituição privada e busca um emprego para se sustentar até terminar a graduação.

Com o intuito de desenvolver uma aproximação com as jovens, a pesquisa utilizou cartas e entrevistas, que serão melhor explicitadas no Capítulo 1. Foi por meio das cartas que estive em contato com uma das principais diferenças entre as jovens: a escrita. Alice escreveu suas cartas dirigindo-se pela introspecção. De modo bastante perspicaz, sua escrita olhava para os efeitos psicológicos causados por suas vivências passadas e presentes, além de considerar, com resiliência, até suas piores experiências.

Ágatha era mais detalhista com os fatos. Elaborou as maiores cartas, assim como realizou as maiores entrevistas. Na primeira carta, ela se autorreferenciou como sonhadora. Mas o que dela conheci, por meio das cartas e entrevistas, foi uma mulher decidida e com muitos objetivos pragmáticos, não apenas sonhos remotos.

Anna escreveu pouco, em cartas emocionantes. Não apenas por suas histórias, mas principalmente pelo estilo contínuo e bonito de escrita. Tanto em suas cartas quanto nas entrevistas, era possível ver uma mulher de olhar muito atento àqueles que estavam em seu

⁴ Ágatha utiliza esse termo para se referir às pessoas do mundo do crime, os traficantes, as traficantes, entre outros personagens que envolviam uma imagem de poder e perigo.

convívio. Suas cartas eram como conversas fluidas e, quando falava, não dizia apenas “*eu*”, falava “*nós*”, envolvendo em sua narrativa todas as jovens com quem conviveu na unidade.

Em linhas gerais, o presente trabalho de pesquisa é sobre suas memórias individuais, por intermédio da análise sociológica de suas trajetórias, pelo olhar e os sentimentos delas. Além disso, suas narrativas e suas cartas são fragmentos de quem elas são hoje e, também, de quem elas querem ser. Através de esclarecimento e opacidades, Anna, Ágatha e Alice se construíram e (co)construíram este trabalho.

1.3 Objetivos

O objetivo geral desse estudo foi compreender, através das histórias de vida narradas por jovens mulheres egressas do sistema socioeducativo, os sentidos das suas infrações e passagens pela unidade de internação, buscando-os de modo articulado em suas experiências de desigualdade de raça, gênero, classe social e geração, bem como tais experiências perpassam seus processos de subjetivação.

Como objetivos específicos, a pesquisa buscou compreender os elementos de sujeição e resistência presentes em suas trajetórias e como elas ressignificaram suas vivências pós-internação. Buscou-se utilizar propostas feministas teórico-metodológicas que possibilitassem pensar a experiência das mulheres para além dos estereótipos e construindo uma pesquisa a partir do diálogo com as interlocutoras.

1.4 Organização da Dissertação

A dissertação está organizada em 4 capítulos. O primeiro capítulo visa trazer à tona cada uma das entrevistadas em maiores detalhes, entremeadas com a reflexão sobre a opacidade da delinquência de meninas dentro da sociologia. Serão tecidos diálogos entre as discussões teóricas sobre a transgressão feminina e as escolhas metodológicas propostas no presente trabalho, assim como serão levadas em consideração as limitações e possibilidades que as propostas feministas e as abordagens biográficas têm para tratar do tema. Nesse capítulo, juntamente com a revelação das particularidades das jovens também serão tratados os percalços para o estabelecimento do vínculo de confiança entre elas, a pesquisa em si e a pesquisadora.

No segundo, no terceiro e no quarto capítulos, os dados coletados serão descritos, sistematizados e analisados a partir das teorias ora propostas. O segundo capítulo tratará dos relatos das jovens, desenvolvendo categorias referentes à pré-internação por meio dos subtemas que se apresentaram como importantes eixos de sentido às participantes: as relações familiares, a figura materna e a significação da infração.

O terceiro capítulo centrar-se-á em um diálogo ente os relatos sobre a vivência da internação e os conceitos de punição e institucionalização. Suas memórias a respeito de suas experiências cotidianas dentro das unidades de internação e suas perspectivas sobre o funcionamento da medida socioeducativa de internação no DF ganharão ênfase aqui.

Por fim, o capítulo quarto se dedicará à reconstrução da vida de cada uma delas pós-internação, englobando as oportunidades, as dificuldades e os estigmas enfrentados pelas jovens em seu retorno à sociedade. Como elas se veem hoje? Como ela projetam seu futuro? Perguntas que nortearão o referido capítulo.

As Considerações Finais se aterão a articular as análises de dados realizadas nos capítulos anteriores, privilegiando aspectos sociais das experiências individuais. Desse modo, as conclusões a que os objetivos desta dissertação possibilitaram alcançar serão ora mostradas, bem como as discussões finais e apontamentos sobre possibilidades de novos objetos para pesquisas com o mesmo tema no campo sociológico.

2 OPACIDADE DE MENINAS EM CONFLITO COM A LEI

*“Escute o que diz a sua alma
Leve a vida com um pouco mais de calma
Deixe que o instinto mais puro te mostre o caminho
Quem tem fé sabe que não está sozinho”⁵*

“Se podes olhar, vê. Se poder ver, repara”⁶

A primeira seção do capítulo será dedicada a discutir as referências teóricas sobre práticas infracionais de jovens mulheres, nomeado pela literatura como delinquência juvenil feminina. A teoria aponta para um lugar de suspeita da mulher transgressora, no qual ela é colocada ao não se encaixar nos discursos e representações impostos pela estrutura patriarcal. Diante dessa suspeita, as jovens mulheres são vistas ora como vítimas, ora como algozes, além de invisibilizadas nos estudos sobre crimes/infração.

Com a intenção de dissolver essa dicotomia entre vitimização e agencialidade, me servirei de um mosaico teórico-conceitual, composto pelos constructos gênero, raça, juventude/adolescência e crime/infração, como pontos de partida para pensar as estruturas de poder que perpassam o contexto social das jovens. A noção de mosaico é apresentada para suprir a escassez de estudos que abarquem a delinquência juvenil feminina como um todo, raros estudos que vêm compreendendo esse fenômeno como um resíduo.

Por fim, será discutida a proposta metodológica, que parte da proposta epistemológica feminista, e seus desdobramentos na construção e na realização da pesquisa. O emprego de teorias feministas pós-modernas e pós-coloniais foram instrumentalizadas por meio da abordagem de narrativa biográfica para construir uma pesquisa baseada na “hermenêutica do amor”, visando compreender as mulheres em seus papéis de sujeitos que realizam uma ruptura social e se opõem ao poder hegemônico em suas diversas facetas (SANDOVAL, 2000).

2.1 Delinquência Juvenil Feminina

Apesar de ser um cenário que tem mudado nos últimos anos, a criminalidade ou a delinquência feminina são destacadas por diversas teóricas como um tipo de delinquência pouco retratada dentro da criminologia e da sociologia, salvo explicações baseadas em modelos masculinos de criminalidade ou com uma perspectiva secundária, destinada a notas de rodapé. (ALMEIDA, 2001; MATOS, 2008; DUARTE; CARVALHO, 2013; DUARTE; CUNHA, 2014).

⁵ Trecho da música “Só para vadiar” de Charlie Brown Jr., escolhido por Ágatha para representar sua trajetória.

⁶ Trecho do livro “Ensaio Sobre a Cegueira” de José Saramago, escolhido por Alice para representar sua trajetória.

Segundo Duarte e Carvalho (2013), grande parte da literatura que discute delinquência reconhece que as pesquisas realizadas sobre o tema têm mantido a perspectiva de gênero “por defeito”. Ou seja, estabelecem a figura masculina como norma e invisibiliza a presença feminina, muitas vezes servindo para a reprodução de estereótipos de feminilidade.

Desde o aumento do interesse pela investigação da delinquência feminina na década de 1970, a polarização entre vitimação e agencialidade tem estado no centro das discussões sobre o tema, buscando compreender as mulheres não só como vítimas, mas também como sujeitos ativos na construção das suas próprias vidas. Esses estudos têm iluminado especificidades dos modos de vida das mulheres que não devem ser ignoradas e que resultam de uma construção identitária de gênero. Isso não significa que não existam muitos traços comuns entre a delinquência entre mulheres e homens, mas o que mais parece diferir são as lógicas de ação, a natureza da atuação e de envolvimento nos atos e a sensibilidade de exposição aos fatores de risco. (ibid).

No desenvolvimento do conhecimento recente sobre gênero e crime, as pesquisas e investigações tendem a se concentrar nas mulheres adultas e não nas adolescentes. Para Vera Duarte (2011), a invisibilidade do tema faz necessário um mosaico conceitual para compreender a delinquência juvenil feminina, cruzando três grandes conceitos repletos de recortes, encruzilhadas e margens: juventude(s), feminilidades(s) e delinquência(s).

Segundo a autora, compreender como essas realidades se entrecruzam é uma forma de penetrar a invisibilidade do fenômeno e compreender como a figura feminina tem estado ausente nas esferas da juventude e da delinquência, rompendo com a ideia de homogeneidade das categorias. (ibid, p. 12).

Com esse mesmo objetivo, também vi como insuficientes algumas categorias essenciais para a construção do estudo aqui realizado. A construção necessária para dar conta da realidade dos sujeitos dessa pesquisa foi composta por um emaranhado conceitual que nunca se dava pelo centro, sempre pelas margens. As interlocutoras do projeto não são apenas as mulheres da teoria sociológica, porque suas experiências não são comuns às mulheres modelares, adultas, brancas, trabalhadoras, mães etc. Tampouco foram experiências vividas por crianças ou adolescentes modelares, pois suas experiências geracionais foram além daquelas normalmente relatadas sobre esses grupos: elas tinham o marcador de gênero, classe e raça permeando suas experiências. Também não conseguiria enquadrar essas jovens em um padrão da mulher-vítima, pois suas ações infracionais também representavam um lugar de ação, protagonismo e perigo.

A criminologia crítica e feminista me forneceu ferramentas para compreender o que é a prática infracional e a subversão que é o desvio feminino, acompanhados com a exclusão e o estigma. Os estudos feministas foram base para entender o lugar da mulher no Brasil e para compreender esse marcador nas experiências das mulheres, em especial das negras. Os estudos sobre sociologia da juventude ajudaram a compreender quem é essa população no nosso país e como ela tem oscilado entre o centro e as margens. Por fim, apresento aqui a revisão sobre esses campos que ajudam a embasar as estruturas sociais que perpassam as vidas das mulheres aqui relatadas e que me auxiliam a preencher essa lacuna entre os poucos estudos existentes sobre adolescentes infratoras no país.

2.1.1 Raça, gênero e classe nos estudos sobre delinquência e crime/infração.⁷

Considerando os dados estatísticos expostos, o perfil das adolescentes que cumprem medidas socioeducativas hoje no Brasil é composto por meninas/mulheres negras e pardas, que vivem nas regiões marginalizadas do país e possuem rendas baixas. Segundo Lélia Gonzalez, as sociedades latino-americanas são herdeiras históricas de classificações sociais, raciais e sexuais vindas de seus colonizadores. O racismo no Brasil consegue manter os/as negros/as nos segmentos subordinados no interior das classes exploradas, mais vulneráveis às diversas formas de violência - graças a um processo ideológico do branqueamento, que historicamente começou com a política de miscigenação com o intuito de embranquecimento da população, e até hoje se perpetua pelos meios de comunicação, crenças de que as classificações e os valores do Ocidente são superiores. (GONZALEZ, 1988).

Os estudos sobre crime/infração foram historicamente pensados expressando ideologias de classe, pertencimento racial e de gênero. (ALVES, 2015). Tendo como base as ideias do clássico Cesare Lombroso (1835-1909), as teorias positivistas se desenvolveram na criminologia brasileira, colocando a questão racial como central ao se falar sobre conduta desviante, reproduzindo o discurso médico-legal racista que construiu a demarcação de corpos desviantes e puníveis, colocando nesses lugares corpos negros e marginalizados. A preocupação com a definição de características físicas do/a desviante para a intervenção nessas populações consideradas inadequadas era o ponto central para essas teorias.

Segundo Alves (2015, p. 15)

⁷ Ainda que considere relevante a diferenciação dos termos crime e infração, os utilizarei como sinônimos em alguns momentos, pois as análises teóricas utilizadas vêm tanto de estudos sobre mulheres adultas quanto de adolescentes. Uma vez que o foco principal dessa seção é compreender como as teorias abordam os delitos e desvios cometidos por mulheres, essa diferenciação não fica tão clara, pois crime e infração são aplicados aos mesmos atos, apesar de carregarem pesos e consequências jurídicas diferentes para quem os pratica.

Raça e gênero, portanto, foram as ferramentas políticas utilizadas pelos eugenistas na construção de um discurso da diferença que ajudasse a demarcar os cidadãos e os considerados indesejáveis das jovens nações latino-americanas. Na verdade, como demonstram autores, diferenças fenotípicas e de gênero foram biologizadas para acomodar privilégios e demarcar diferenças.

Assim, nessa concepção clássica, o crime era algo inerente a uma população de determinada raça (não branca) e que deveria ser controlada, isolada e, em alguns casos, exterminada. Logo de início, a questão racial e de gênero se apresentam então como a base das discussões políticas e teóricas sobre o problema em questão.

A emergência da criminologia crítica, em meados dos anos sessenta do século XX, retirou o foco do criminoso, desenvolvendo-se por meio da sociologia do desvio e direcionou sua atenção à reação social, tendo como principal teórico Howard Becker (1963) com sua obra “Outsiders”. Nessa corrente teórica, as questões como classe passam a ser o foco central, pensando como as populações desviantes são criadas pelo discurso normatizante (FOUCAULT, 2010), utilizando pressupostos construtivistas para compreender crime/infração e focando no ator social como um produto de seu meio social e econômico. (MATOS, 2008).

Para Rita Segato (2007), as sociedades latino-americanas possuem uma estrutura de colonialidade na justiça que tem como princípio organizador a dominação colonial branca e europeia, sendo permeada pela estrutura racista que configura a seletividade do sistema carcerário. No contexto histórico latino-americano de colonização, a raça é central no processo de encarceramento como uma marca legível nos que transitam, majoritariamente, nas prisões e nas unidades de internação socioeducativa.

De acordo com a autora, as teorias criminológicas críticas não deram conta dessa realidade, pois desenvolvem análises somente dentro da discussão de classe e pobreza e não aprofundam na questão da desigualdade racial histórica construída nos países coloniais. Não é possível refletir encarceramento, crime e desvio nas Américas sem refletir as consequências da seletividade racial histórica de seus sistemas de justiça. (ibid.).

Para Segato (ibid., p. 153),

Negar la racialización de las cárceles sería contradecir la experiencia. Es por eso que necesitamos, para poder tratar este secuestro de la raza, una teoría de la poscolonialidad, de la continuidad de la estructura colonial en el presente. Era inevitable el cruzamiento, más tarde o más temprano, entre la crítica criminológica, con sus importantes análisis de la selectividad de la justicia, y la teoría poscolonial. Tan previsible era este encuentro que resulta difícil comprender cómo no fue consumado antes. Zaffaroni ya lo había profetizado al afirmar que no es el panóptico de Bentham reinterpretado por Foucault el modelo del poder disciplinador y configurador en las colonias, sino la definición de Lombroso, con su premisa de «inferioridad biológica tanto de los delincuentes centrales como de la totalidad de las

poblaciones colonizadas», además de su analogía entre el criminal y el salvaje (1991, p. 77). Los años de desencuentro demuestran la falta de visión transdisciplinaria de los autores.

Destaca-se o caráter seletivo do sistema de justiça, em que

[...] as posições sociais, e, no simbólico, pelos papéis interpretados [...] constituem, ao mesmo tempo, variáveis independentes (que condicional a seletividade do sistema) e variáveis dependentes (condicionadas pela seletividade do sistema). O sistema de justiça criminal, portanto, a um só tempo, reflete a realidade social e concorre para a sua reprodução. Esta dependência recíproca entre o sistema punitivo e a estrutura social constitui uma relação complexa. (BARATTA, 1999, p. 42).

Sendo assim, a categoria raça será apropriada aqui como uma realidade social e ideologicamente construída, que possui impacto direto na vida das mulheres, levando em consideração que alguns grupos raciais são mais vulneráveis à atuação de punição e controle estatal. (ALVES, 2015). Raça, no Brasil, aloca pessoas em posições sociais e se configura como um conceito sociológico analítico, pois orienta e ordena os sentidos da vida social. (GUIMARÃES, 2003).

O segundo conceito importante a ser desenvolvido e utilizado na construção da pesquisa é o de gênero. A inclusão das discussões sobre gênero nos debates sobre desvio teve desenvolvimento na criminologia pelo mesmo eixo que o de raça: através do discurso científico positivista eugenista. As mulheres que cometiam atos desviantes, ou atos considerados delitos, foram consideradas sob uma perspectiva biologizante, sexualizada, patologizada e/ou masculinizada. (MATOS, 2008). Com isso, a mulher desviante era colocada, em geral, afastada da noção de feminino exemplar e associada à anormalidade.

Uma vez que as teorias positivistas formularam um padrão de evolução da espécie humana com base no sexo, etnia/raça e idade, argumentando que as mulheres, as crianças e os não brancos partilham traços de inferioridade e animalidade, todos esses sujeitos seriam predispostos ao desvio, exigindo maior vigilância e controle. Os únicos fatores que justificariam a reduzida participação das mulheres no crime/infração seriam a falta de força física, subdesenvolvimento fisiológico e implicações psicológicas do ciclo reprodutivo. Essa noção permanece nas teorias criminologistas até segunda metade dos anos 1960 e é repensada com a criminologia feminista. (MATOS, 2008).

Dentro dos discursos sociológicos clássicos sobre crimes cometidos por mulheres, duas perspectivas se destacam: a primeira de caráter positivista, que busca, nos contextos familiares e na conformidade dos papéis de gênero, as causas para a transgressão feminina. A segunda

perspectiva, que emerge do estruturalismo, analisa a transgressão feminina ou como uma reprodução dos papéis sociais de gênero, colocando sua ação desviante como resposta à vontade de um homem, ou como uma inconformidade com seu papel social de mulher, afastando-a do ideal na sociedade patriarcal (ibid).

A emergência da criminologia crítica e das teorias sociológicas do desvio modificaram as teorias sobre a prática criminal/infração de mulheres, apesar de não tratarem do tema em si. Tal emergência se configura, para Cândido da Angra, como uma sociologia da reação social, caracterizada epistemologicamente pelo construtivismo sociológico, a teoria do *labelling approach*, da etnometodologia e pelo desenvolvimento do interacionismo simbólico. (ANGRA apud MATOS, 2008). Segundo Simone Martins (2009, p. 113), as teorias dessa abordagem tinham em comum “[...] a mudança de foco do autor de crimes para o contexto social no qual ele se insere, propenso às relações de poder de ordem macro e microsocial, à estigmatização e ao etiquetamento, à reação social e à criminalização anterior ou posterior ao delito”.

A perspectiva proposta pelas teorias do desvio “desindividualizou” o crime/infração. Diante disso, o gênero pôde ser incluído como uma categoria empírica, possibilitando a compreensão dos papéis sociais impostos pelo sistema patriarcal e suas relações com a percepção das mulheres e da sociedade sobre desvio, infração e crime.

O desenvolvimento da criminologia crítica e da sociologia do desvio não eliminou completamente as teorias positivistas, tanto biopsicológicas quanto sociológicas, permanecendo dividindo o cenário e gerando influências e convergências dentro dos discursos médico, político, penal e cultural. Para Martins

[...] apesar de suas diferenças, eles [os discursos clássicos e críticos] convivem no século XXI na sociedade ocidental, em sua Academia e em sua Justiça. A Justiça brasileira, inclusive, sofre reflexo dessas criminologias e dos estereótipos por elas fabricados – principalmente das suas primeiras, considerando que a criminologia crítica se ocupa em desconstruí-los. Estigmas que se adaptam às culturas, variando conforme a localidade, mas que apresentam uma permanência por serem decorrentes de outros saberes, sendo assumidos pelo senso comum e refletidos até mesmo na literatura ficcional, explorados pela mídia, numa ampla e complexa rede mantenedora e solidificadora de estigmas e sistemas repressores. (ibid, p. 114).

A emergência dos estudos feministas e a inclusão do conceito gênero como conceito empírico e analítico possibilitaram, na segunda metade do séc. XX, a rediscussão epistemológica e política das teorias sobre crime/infração de mulheres. (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015). A crítica feminista gerou uma diversidade de perspectivas, discursos e propostas, mas que de forma geral pretendem centrar no gênero enquanto organizador da vida social, reconhecer as posições de poder nas relações sociais e a importância

dos contextos sociais para os processos de construção do conhecimento e propor metodologias conscientes disso e, por fim, colocar compromissos políticos.

As teóricas feministas têm “a preocupação de tornar a mulher visível, a necessidade de realizar investigação por e para mulheres, de utilizar metodologias ‘não sexistas’, e o compromisso que a investigação deve ter com o movimento feminino”. (MATOS, 2008, p. 87).

Inicialmente, as abordagens feministas sobre o crime/infração são construídas na perspectiva de vitimização. A violência motivada por gênero e a vulnerabilidade das mulheres foram os temas que impulsionaram tais teorias a aproximarem-se da criminologia. A perspectiva sobre as mulheres como autoras de crimes/infrações foi abordada de forma secundária e a discussão só ganha força com o aumento da midiaticização de práticas desviantes por mulheres no período dos anos 1970.

As primeiras abordagens feministas sobre o tema também geraram imagens estereotipadas do fenômeno, alargando a situação da mulher vítima para a mulher ofensora e não tratando da situação da mulher como agente das práticas infracionais. Outro aspecto é que, ao focar na questão da mulher, essas abordagens não conseguiram discutir elementos como classe e raça, assim como sexualidade, construindo uma teoria criticada posteriormente por feministas pós-modernas e pós-coloniais, que só dava conta da Mulher com “M” que só pode ser representada por um sujeito social muito específico, com identidade fixa, não dando conta das mulheres das margens.

Essas abordagens, segundo Matos (ibid), começaram a ser criticadas e reelaboradas nas décadas de 1980 e 1990, incluindo os estudos sobre mulher e crime/infração e sobre mulher e justiça. O primeiro estudo buscando a perspectiva das mulheres sobre a prática criminal/infracional e sobre seu envolvimento com desvios em geral: prostituição, tráfico de drogas, envolvimento com *gangs*, etc. O segundo buscando compreender a experiência da mulher com o sistema de justiça criminal e penal. Nesse segundo momento do movimento teórico os “trabalhos valorizam a mulher e suas experiências no contexto criminal [infracional], contribuindo para a crítica, a desconstrução e a reconstrução feminista dos discursos sobre a mulher e o crime [e infração]”. (MATOS, 2018, p. 96, grifo da autora).

Gênero é uma categoria analítica, desenvolvida especialmente entre o final dos anos 1970 e 1980, com o objetivo de compreendê-lo como um “meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 2019, p. 70). Como uma categoria que legitima e constrói relações sociais e de poder. A

oposição binária entre o masculino e o feminino é um elemento essencial para a construção e a manutenção do poder na sociedade democrática ocidental.

2.1.2 Abordagens sobre juventude e adolescência

Juventude e adolescência são conceitos que podem ser usados como sinônimos, mas é necessário compreendê-los como duas noções conceituais distintas. A noção de adolescência costuma ser utilizada na psicologia como uma “perspectiva de análise e delimitação partindo do sujeito particular e seus processos de transformações como sujeito”. (LEÓN, 2005, p.11). Juventude, por outro lado, costuma ser utilizado nas disciplinas de ciências sociais, “em especial a sociologia, antropologia cultural e social, histórica, educação, estudos culturais, comunicação e outras”. (ibid).

As classificações sociais de adolescência e juventude surgem na segunda metade do século XIX, associadas ao desenvolvimento do conceito moderno de infância e passa a construir uma abordagem que desse conta dos problemas e as tensões presentes nessa fase, vista como um período de transição e de desenvolvimento individual que envolve mudanças físicas, comportamentais e identitárias. (DUARTE, 2011).

Para a teoria psicanalítica, a adolescência é um período de transição e desenvolvimento humano, o qual possui características específicas e universais, supondo que seria uma trajetória semelhante para a maioria das pessoas, tendo experiências, afetos e pensamentos semelhantes. Os pilares da socioeducação hoje têm como base essa noção de adolescência, buscando considerar esses sujeitos como pessoas em desenvolvimento físico e psíquico, que precisam de uma atenção não punitiva e sim educacional. A abordagem psicológica, segundo Araújo

reflete na forma como profissionais de saúde, educação e assistência tratam a adolescência, caracterizando-a como uma fase conturbada e de crise, pela qual todo e qualquer indivíduo normal deve passar na caminhada rumo à idade adulta, esta última, sim, tida como a idade áurea do desenvolvimento humano. (ARAÚJO, 2008, p. 16)

A abordagem sociológica não deixa de considerar os fatores psicológicos, mas enfatiza a compreensão da adolescência na construção cultural e histórica constituída através de marcadores sociais. A referida vertente visualiza o adolescente como um sujeito em desenvolvimento, que se relaciona com os contextos que vivencia, influenciando-os e, ao mesmo tempo, sendo influenciado por eles. (ARAÚJO, 2008).

A noção de juventude costuma incluir a adolescência, mas possui seu enquadramento histórico fortemente marcado na modernidade e no capitalismo, sendo concebida como uma

categoria etária, como uma etapa de amadurecimento (sexual, afetivo, social, intelectual e fisiológico) e, às vezes, como subcultura. (LEÓN, 2005).

Para Duarte,

As definições e noções de infância e de juventude não podem basear-se apenas em aspectos cronológicos e biológicos. Variáveis como o gênero, a religião, a classe social ou a etnia desempenham um papel fundamental na definição de quem compõe as categorias de infância e juventude, sendo que esse processo varia entre e dentro das sociedades, ao longo dos tempos. (DUARTE, 2011, p. 13).

A exemplo disso, Duarte (ibid) diz que, até o século XVII, apenas os rapazes possuíam o privilégio da formação escolar. Às mulheres estava reservada a educação que as preparasse para serem boas mães e boas esposas. A figura feminina tem estado ausente da história da cultura juvenil, por estar localizada fora da esfera pública.

Se a juventude é definida como um processo de emancipação da família de origem e de construção identitária, para as meninas a juventude parece consistir no trânsito de uma dependência familiar para outra, reduzindo à esfera privada. Vistas como fenômenos exclusivamente masculinos, as culturas juvenis invisibilizaram a presença feminina. (ibid, p. 13).

As teorizações teriam oscilado entre duas grandes tendências: tomar a juventude com um conjunto de indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, caracterizando uma cultura juvenil específica; ou compreendendo a juventude como um conjunto social diversificado, composto por diferentes culturas juvenis a depender de marcadores de classe, interesses, oportunidades, entre outros. Esses olhares têm influenciado nas diferentes formas que percebemos os jovens dentro da sociedade, produzindo algumas imagens dicotômicas como: *momento de crise vs tempo de liberdade; juventude construtora vs juventude transgressora; anjos vs demônios*. (ibid, p. 14-16).

Aprofundando mais na sociologia da juventude, o desenvolvimento da disciplina pode ser considerado em três eixos de construção teórica, classificados como teorias tradicionais, teorias críticas e teorias pós-críticas da juventude. Dentro das teorias tradicionais, instituídas no início do século XX, destaca-se a estrutural-funcionalista, que considera que os grupos juvenis têm a função de socialização secundária, preocupando-se com a integração do indivíduo em uma estrutura social. Para essa corrente teórica, é dos jovens que vem o risco de desvio e “anormalidade”. (GROPPO, 2015).

Na segunda metade do século XX, passam a ser desenvolvidas as teorias críticas, que continuam reproduzindo a noção de juventude como socialização secundária, mas tendem a

valorizar a participação dos jovens nas transformações sociais. É a partir das teorias críticas que surgem os conceitos de geração, moratória social e subculturas juvenis, muito discutidas na sociologia da educação, juventude e violência. As teorias críticas têm como característica principal a relação que fazem entre a estrutura socioeconômica e a experiência de juventude. Normalmente relativizam o conceito demonstrando os inúmeros modos como a juventude é vivida, incluindo grupos que enfrentam a negação total ou parcial do direito de vive-la. (ibid).

Por fim, as teorias pós críticas passam a ser desenvolvidas ao final do século XX, trazendo uma noção de juventude cada vez mais relativa e até negando a proposição de juventude como socialização secundária. (ibid).

O conceito de geração vem questionando a compreensão fixa de juventude e introduzindo a noção de situação social, surgindo principalmente a partir das fundamentações de Karl Mannheim. Para o autor, a juventude é um momento em que os sujeitos adquirem padrões inconscientes a partir de experiências que são conscientemente percebidas. É uma fase de vinculação experimental com a realidade e os valores sociais. (MANNHEIM, 1928 apud WELLER, 2010).

Geração, para Mannheim, é uma posição específica ocupada por indivíduos no espaço de vida sócio-histórico que limita esses indivíduos em um determinado campo de ação e de acontecimentos possíveis, sendo uma forma específica de pensar e interferir no processo histórico. O autor chama atenção que o pertencimento a uma geração não pode ser deduzido imediatamente de estruturas biológicas, mas é antes um problema do âmbito sócio-histórico. (ibid).

Geração pode ser definida como uma espécie de força social que é constituída a partir da vivência de acontecimentos biográficos paralelos, que levam indivíduos pertencentes a grupos de idades próximos a desenvolverem perspectivas similares sobre determinados acontecimentos. (ibid).

Outro conceito importante a ser tratado é a noção de “moratória social”, também introduzida por Karl Mannheim. Moratória social é uma suposta condição da juventude, na qual há uma separação relativa dos/as jovens do mundo adulto e público para o aprendizado de hábitos e valores básicos, que predisponham a assumir papéis sociais requeridos pela sociedade quando se tornarem adultos. Além disso, a moratória social seria um período que lhes é permitido experiências, inovações, contatos com alternativas no que se refere a valores sociais, hábitos e atitudes, que permitem ensaios e erros importantes para os/as jovens e para a renovação da sociedade. (GROPPO, 2015).

A moratória é considerada também dentro da psicologia, principalmente em uma das principais obras de Erik Erikson (1902-1994), na qual o autor trata da questão da identidade, juventude e crise. O autor propõe a moratória psicossocial como um direito de adolescentes e jovens no mundo contemporâneo. Essa é um período no qual os sujeitos podem constituir suas identidades com a possibilidade de errar e experimentar diversos papéis. Tempo que haveria um relaxamento ou relativização da aplicação das normas sociais em relação ao comportamento juvenil. (ibid).

As teorias críticas de juventude buscam questioná-la como uma identidade psicológica fixa, determinada por um amadurecimento biológico. Se reconhece a dimensão etária e geracional, mas essas, assim como a dimensão cultural, são relacionadas à dimensão socioeconômica.

Pierre Bourdieu considera que juventude não existe em si, é apenas um conceito, uma palavra. O autor pontua que as divisões entre idades são arbitrárias e as fronteiras entre juventude e velhice são objeto de disputa em todas as sociedades. As relações entre idade social e idade biológica são muito complexas e mostram que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, além disso, falar de jovens como uma unidade social seria uma manipulação evidente. (BOURDIEU, 2003).

Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996) criticam essa abordagem de Bourdieu e afirmam que a noção de juventude é constituída pela cultura, mas possui uma base material vinculada à idade. A condição etária traz não apenas características biológicas de energia e saúde, mas também uma dimensão cultural articulada à idade. As gerações seriam as formas com que as idades são processadas culturalmente pela história.

A geração faz referência ao momento histórico em que cada indivíduo se socializa e as trocas culturais do período, sendo caracterizada por novos códigos e habilidades, linguagens e formas de se perceber, de classificação e de distinção. Fazer parte de uma geração específica significa também partilhar de um plano de memória distinta que não é compartilhada com a geração anterior nem a posterior. Para o/a jovem, o mundo se apresenta como novo e desprovido de inseguranças. Evidentemente que existem relatos, memória social, experiências transmitidas, mas cada geração se apresenta como nova no campo do vivido, possuidora de seus próprios impulsos. (MARGULIS; URRESTI, 1996).

Para os autores, existe um conceito complementar ao conceito de moratória social: a “moratória vital”. A moratória vital significa o nível de capital temporal que o indivíduo possui, ou seja, quanto maior o excedente temporal de vida, mais chances de ser considerado jovem ele

tem. A juventude teria ao seu lado uma promessa, uma esperança, um espectro de opções em aberto. Essa moratória precede a moratória social, porque é a facticidade material que representa um aspecto energético do corpo, sua cronologia.

Os teóricos culturalistas se restringem a alguns discursos sobre juventude que restringem a condição de juventude aos setores médios e altos ao centrar sua definição exclusivamente em elementos de moratória social, de forma que os setores mais pobres, que não possuem moratória social, nunca chegariam a ser jovens. Para os autores, a relação entre moratória vital – o aspecto material da idade – e a moratória social – aspecto cultural e histórico – são elementos interligados.

Segundo Sallas e Bega (2006), tomar a juventude como objeto é considerá-la também no contexto das relações nas quais está inserida, adotando com método uma luta constante contra qualquer percepção substancialista. A juventude é um objeto com construções possíveis e a conceituação dessa categoria não é consensual. Questões socioculturais e políticas parecem ser mais formantes do que processos biológicos do próprio período, mas o conceito pode ser considerado biológico e social.

De acordo com os autores, três aspectos da juventude costumam ser considerados nos estudos da Sociologia da Juventude: ser um estado transitório, sustentar-se por critérios próprios de autodefinição e ser marcado pelo pertencimento a determinados grupos de idade. Em resumo, os estudos da área têm como foco duas perspectivas principais. A primeira baseada no desvio e na anomia da juventude, ou seja, como um período analisado em contraste com a normalidade da adultez. A segunda pensa a cultura juvenil como os paradoxos de integração e diferenciação. (ibid).

As diferentes experiências e vivências produzem unidades geracionais distintas, juventudes diversas. A juventude da periferia do DF não vive da mesma forma que a juventude do Plano Piloto (área central do DF), assim como jovens de diferentes gêneros vivenciam sua juventude de formas diversas. Os atores coletivos são constituídos por uma conjuntura histórica, política e social na qual estão inseridos. A análise da noção geracional de juventude é imbrincada na análise das trajetórias sociais dos indivíduos no tempo social, coletivo e histórico.

A juventude/adolescência será considerada como uma fase de transição, que visa o desenvolvimento e a autonomia do indivíduo, e que é atravessada por diversos fatores estruturais, como a configuração da família, as relações sociais, os grupos sociais envolvidos

com ele e a realidade socioeconômica. Todo esse espectro de relações influenciam as experiências e os comportamentos dos/as jovens.

Ao partir dessa reflexão, reforço a necessidade de constituir os elementos sociais que perpassam a realidade do campo, sendo impossível tratar os marcadores de forma isolada. Quando falo de juventude, é necessário compreender o seu lugar no contexto social abordado e as suas imbricações na formação do sujeito e sua identidade.

Por fim, a origem e a classe social das jovens aqui em foco são também fatores relevantes para a análise de suas trajetórias. Os processos de subjetivação e as interações que são estabelecidas por elas têm relação com seus acessos à educação, cultura, cidadania, bens de consumo e riquezas disponíveis na sociedade. As imagens construídas sobre a adolescência são diferentes dependendo da classe dos indivíduos. Enquanto os adolescentes de famílias mais ricas são considerados ainda irresponsáveis por seus comportamentos, vivendo um momento de experimentação, os de famílias pobres são exemplarmente punidos por seus atos. (RIBEIRO; PENSO, 2012).

2.1.3 Juventude e gênero

A juventude depende também do gênero, de como os corpos são processados pela sociedade e pela cultura em que se inserem. A condição de juventude se configura e se oferece de maneiras diferentes para homens e mulheres, entretanto, muitas vezes o termo é debatido como uma categoria universal. (MARGULIS; URRESTI, 1996). Embora juventude e gênero sejam categorias que se entrecruzam, os estudos sobre juventude têm tratado pouco ou não tratado das relações de gênero. (DUARTE, 2015).

Dentro das discussões teóricas sobre juventude no Brasil, a questão gênero, quando aparece, tem se configurado sob dois âmbitos: primeiro abordando as diferentes formas de socialização, nas quais há uma reprodução de diferentes discursos na educação dos/as jovens e suas consequências na configuração de papéis e relações sociais estabelecidas; segundo tratando da presença feminina nas subculturas juvenis, principalmente da sua invisibilidade nos estudos sobre juventude.

A socialização de gênero, o processo de incorporação de normas e valores socioculturais que dizem como um homem ou uma mulher devem se comportar, se dá nos espaços de convivência cotidiana, a exemplo da família, escola e vizinhança. A hierarquização de gênero perpassa tempos, rotinas, jogos e brincadeiras, perspectivas e projetos futuros, reproduzindo os papéis de gêneros presentes nos grupos sociais aos quais pertencem os sujeitos. (TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO, 2005).

Os estudos sobre socialização tendem a retratar o peso dos papéis tradicionais de gênero e estereótipos sexistas no contexto sociocultural de adolescentes. Nota-se haver maior controle sobre o comportamento e a sexualidade das meninas, tratando da manutenção dessas no ambiente privado e da problemática da gravidez na adolescência.

Wivian Weller questiona a invisibilidade de jovens-adolescentes nos estudos sobre juventude e nos estudos feministas. Segundo ela, os estudos quase não retratam as práticas, expressões e estilos culturais de adolescentes e jovens do sexo feminino e, quando retratam, associam as manifestações culturais como pouco racionais ou manifestações voltadas apenas para o consumo de produtos. (WELLER, 2005).

No âmbito das teorias feministas, a autora pontua a necessidade de passar a refletir sobre a juventude e as culturas populares juvenis, que vêm elaborando não apenas como um espaço de construção e reconstrução de estilos e modismos, mas também como uma reconstrução e apropriação do feminismo, baseando-se nas suas vivências e visões de mundo de jovens-adolescentes. (ibid).

Os estudos contemporâneos sobre adolescência feminina falam da emergência de novas feminilidades nas formas de tornar-se uma mulher, já não tão rigidamente definida ou associada ao espaço doméstico. Parece estar emergindo uma “new girl order” que entrecruza dois discursos: “girl power” e “girls at-risk” (ibid).

Apesar de esses novos movimentos e relações configurarem a emergência de novas feminilidades e o questionamento de discursos dominantes, isso não quer dizer que existe uma autonomia ilimitada. Em Portugal – incluo aqui também o Brasil - o olhar moralizador tem um denominador comum: manter a jovem em um espaço privado e dar mais liberdade aos rapazes. Esse denominador parece refletir-se nas trajetórias de vida dos/as jovens, transparecendo “as formas específicas como elas se relacionam e negociam espaços de autonomia com a família, com as tarefas domésticas, com o trabalho remunerado, com os pares e a gestão dos tempos livres, e com as experiências na rua e no bairro”. (DUARTE, 2015).

2.2 Relatos de si como lugar de resistência

2.2.1 Abordagens feministas do sujeito

Tendo como base as discussões feministas pós-modernas e pós-coloniais sobre o sujeito, busquei reconstituir as relações de poder que engendram os sujeitos da pesquisa. Ao utilizar tais teorias e a abordagem metodológica da narrativa, pretendi ir além das identidades fixas e compreender as mulheres interlocutoras da pesquisa, partindo de suas vivências com a infração e a intersetorialização socioeducativa, suas performances dentro das identidades que a elas foram

impostas e as formas com que construíram/desconstruíram as relações sociais estabelecidas em seus processos de subjetivação.

Na teoria social moderna, toda investigação se curva na tentativa de definição de uma natureza humana, o que é chamado, na filosofia, de centralidade antropológica da modernidade. (GROS, 1995). O sujeito padrão, o que se torna parâmetro para todos os outros seria estabelecido previamente, do qual emanaria as relações de poder (o poder pertence a uma classe, um sexo, uma raça). Trata-se de um sujeito essencial e universal.

Definir quais são, teoricamente, as possíveis relações de poder que engendram a realidade das adolescentes que cometem atos infracionais no Brasil foi meu primeiro passo. Entretanto, as relações de poder contidas nas definições tradicionais do sujeito da sociologia e demais saberes científicos não se mostraram suficientes para abarcar a complexidade dessas mulheres, uma vez que não conseguiria alcançar a proposta de pensar as práticas de liberdade através da resistência a esses padrões. Pensar a infração juvenil feminina é pensar em sujeitos ainda inacabados (por serem adolescentes/jovens) que, mesmo estando em situação de diversas posições de subalternidade dentro da estrutura social vigente, são vistas como perigosas, como uma afronta e um risco ao modelo de sujeito ideal proposto e precisam ser controladas.

A crítica formulada pelas abordagens teóricas feministas, pautadas na dissolução das estruturas universalizantes, racionalizantes e classificantes da teoria social moderna foi a saída que busquei para compreender os elementos que integram o sujeito. As teorias feministas pós-modernas e pós-coloniais emergem a recusa à necessidade de transformar o “outro” no “mesmo”, a crítica à identidade essencial e a pretensão de perceber nas bordas, nos limites e no inacabado. Surge a constituição diluída de um sujeito e de suas resistências, em especial, sujeitos ainda adolescentes/jovens.

Segundo Judith Butler (2017), o sujeito modelar é produzido externo a nós, é uma forma de poder com base na sujeição. Estamos sujeitos a esse poder formador e definidor. Não obstante, trata-se não apenas de um poder externo, mas também um poder na capacidade de nos colocarmos como sujeitos da nossa própria existência e trajetória, onde nos tornarmos o que somos autonomamente. “A sujeição consiste precisamente nessa dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação”. (BUTLER, 2017, p. 12).

O poder externo ao sujeito, imposto a ele, assume uma forma psíquica na sua identidade pessoal. Existe um “apego apaixonado”, dentro das teorias sociais do sujeito, ao definir o sujeito necessariamente pelo poder externo de determinantes sociais de subordinação. Sendo assim, o

sujeito só existe na relação de subordinação, ele se subordina para existir, precisa daquele termo, aquela definição, para se colocar no mundo.

Para Butler (ibid), não há possibilidade de pensar em poder anterior à existência do sujeito, pois o próprio sujeito age, reproduz e modifica as formas de poder. É a ação do sujeito que assume uma dimensão temporal do poder. Não há como pensar esse paradoxo de produção e submissão ao poder sem sair da dicotomia entre o estruturalismo total ou individualismo total. A questão aqui é ultrapassar a dicotomia, sem necessariamente construir um sujeito livre de sua própria feitura. O sujeito excede àquilo que está vinculado, o que não quer dizer que escape das possibilidades impostas, pois sempre será interpelado por elas.

Tal dicotomia entre o poder que sujeita e o poder do sujeito está ligada às formas com que o sujeito incorpora atos de autocensura, consciência e melancolia que se dão em conjunto aos processos de regulação social. O sujeito precisa submeter e sujeitar-se a nomes, categorias e termos que não criou para existir fora de si, num discurso ao mesmo tempo dominante e indiferente. “As categorias sociais significam, ao mesmo tempo, subordinação e existência”. (idem, 1987, p. 142).

Donna Haraway (2009) propõe uma nova abordagem de sujeito, com identidade híbrida de realidade social e de construção ficcional, o que ela nomeia de sujeito ciborgue. Haraway afirma que a libertação do essencialismo tem que ser voltada para a consciência e a apreensão da possibilidade. Ou seja, antes de tudo, o sujeito é consciente e se constrói reflexivamente diante de sua realidade social. Ele age diante do seu assujeitamento, pois é só ali que pode transformar e lutar.

As narrativas de origem no sentido humanista ocidental de análise social dependem de uma unidade, uma identidade essencial, um sujeito pleno com base na subjetivação abstrata, que prefiguram um “eu” último. Essa construção do sujeito do marxismo e da psicanálise reforçaram por meio dos conceitos de trabalho, individuação e formação de gênero uma narrativa de unidade, a partir da qual a diferença deve ser produzida num drama de dominação crescente. (ibid).

Ao definir e discutir o mundo pelo sujeito ciborgue, Haraway busca pensar como a recusa a definições modernas e a elaboração de uma linguagem diferente podem compreender dominações, mas antes de tudo pensar resistências. Elabora-se assim uma leitura dos sujeitos em sua dupla relação com o poder, sofrendo e resistindo.

Uma das principais inspiradoras de Haraway é Chela Sandoval (2000), que aborda a identidade como uma “consciência de oposição”, discutindo a forma com que a ciência moderna

ocidental formula seus sujeitos e significados, propondo uma teoria da emancipação. Chela Sandoval (2000) propõe as linhas da crítica pós-colonial, na tentativa de abrir o escopo da produção acadêmica pós-moderna sobre discurso para a inserção do “feminismo de terceiro mundo”. A autora constitui um diálogo partindo dos feminismos de terceiro mundo nos Estados Unidos e insistindo na ideia de internacionalização da solidariedade e resistência ao racismo, estrutura de classes e homofobia, além de colonialismo. (DAVIS, 2000).

Sandoval tem como proposta a revolução teórica e metodológica de deformar as dicotomias impostas por teorias racionais modernas e, ao mesmo tempo, dialogando com críticas feministas ocidentais pós-modernas. A sua noção de uma metodologia do oprimido inclui a noção de hermenêutica do amor, pensando como todos os sujeitos sociais possuem suas identidades atravessadas por opressões e resistências, mas nenhuma dessas identidades pode ser definida ou enclausurada, são antes de tudo performadas.

2.2.2 A abordagem biográfica: seus caminhos e desafios

Desde os primeiros contatos com as interlocutoras, a desconfiança era um elemento presente. Todas haviam participado de diversas pesquisas anteriores e algumas dessas não tiveram responsabilidade ou respeito por suas histórias, por inexperiência dos/as pesquisadores/as ou por algum descuido ético, conforme me relataram. As pesquisas desenvolvidas dentro das unidades de internação tinham funções complexas, algumas vezes eram mal explicadas e prejudicavam o dia a dia das que ali estavam.

Para driblar essa desconfiança, escolhi começar a pesquisa por conversas informais. Marquei encontros em locais que se sentissem confortáveis – algumas escolheram um café, outras a própria casa, ou um local próximo do trabalho – para me apresentar, explicar a pesquisa, ouvir um pouco sobre o que elas gostariam ou não gostariam de falar e perguntar sobre a disponibilidade delas na participação da pesquisa.

Nesse primeiro contato, não era utilizado gravador, caderno, perguntas formuladas. Era apenas uma conversa e, como tal, foram permeadas dos assuntos mais diversos possíveis. O encontro foi realizado com quatro mulheres, das quais três permaneceram na pesquisa. Algumas falaram muito, já me trouxeram diversas informações relevantes para a pesquisa. Outras quase não falaram, apenas ouviram sobre a pesquisa e concordaram com a participação. O menor encontro durou 30 minutos e o maior mais de três horas. Como forma de registro pessoal, utilizei diários de campo após cada um dos encontros, pois várias informações poderiam ser retomadas nas próximas conversas.

Durante esse encontro, expliquei que queria compreender suas histórias partindo dos seus relatos. De início, todas gostaram da ideia e aceitaram participar. Levei-lhes a segunda proposta, então poderiam contar suas histórias através da escrita, do desenho ou da montagem de imagens com colagem. Elas escolheriam. O objetivo era ampliar as formas de expressão delas e o diálogo entre nós na pesquisa. Tratar de histórias de vidas, muitas vezes traumáticas e dolorosas, requer ampliar os tipos de linguagem e os instrumentos expressivos para que a complexidade possa ser melhor abordada e também materiais diversos que auxiliem o sujeito a elaborar e, portanto, comunicar essas vivências difíceis.

Todas escolheram a escrita de uma carta, pensada inicialmente ser endereçada a garotas que estão hoje sob internação por medida socioeducativa, o que lhes foi enunciado como possível, uma vez que eu tentaria fazer chegar àquelas o material que produzissem. Essa estratégia, que me retirava do lugar de alvo direto da interlocução, se tornou um caminho para a expressão delas, o que as interessou. Coloquei-me como mediadora de um diálogo entre elas e as que se encontram institucionalizadas – estas que eram elas no passado relativamente recente.

Assim, busquei apenas estabelecer ponte com jovens que estivessem passando por vivências próximas, para as quais se motivassem a falar de suas experiências com maior facilidade e em uma postura de ajuda as que se encontram em internação. Essa é uma ação que realizarei após a defesa da dissertação, levando suas cartas às destinatárias e, se estas desejarem, farei o caminho inverso, trazendo suas cartas às remetentes.

Para escrita dessa carta, formulei a elas três grandes eixos temáticos sobre os quais poderiam desenvolver livremente a escrita: a primeira seria sua história, ou seja, como gostariam de se apresentar e de relatar a si mesmas; a segunda seria sobre as vivências na internação; e por fim, sobre a saída da unidade e todo o período até o momento da pesquisa, buscando suas perspectivas pós-internação.

Após cada carta, marcávamos um encontro e conversávamos sobre o que haviam escrito. Eram entrevistas-conversa cujos roteiros (Anexo) tinham como guia as cartas das jovens e os temas que elas escolheram abordar dentro dos três grandes eixos. Dessa forma, buscava aprofundar os relatos e entender os contextos e os significados das vivências relatadas. Além disso, também foram adicionadas perguntas sobre os eixos, mas que surgiam durante a entrevista-conversa, com base no material que delas emergiu.

O caminho para chegar nas mulheres egressas do sistema socioeducativo foi tortuoso e dependeu de uma rede de contatos. Eu sabia que a prof. Dra. Débora Diniz (UnB) havia

realizado uma pesquisa na Unidade de Internação da Santa Maria – UISM em um período muito próximo no qual realizei minha monografia de graduação e ela teria o contato de algumas jovens que por lá passaram na época. Enviei-lhe, então, um e-mail perguntando se poderia fazer essa ponte e ela respondeu me passando o contato de uma das pesquisadoras da Anis Instituto de Bioética. Foi então que conversei com a pessoa indicada e ela me colocou em contato com a Anna⁸.

Anna foi a primeira mulher com quem encontrei, no dia 29 de agosto de 2019, quando lhe expliquei a pesquisa e ela aceitou participar. Foi Anna que fez a ponte com todas as outras jovens com quem conversei sobre a pesquisa, estabelecendo, portanto, o método “bola de neve”⁹ para identificar as participantes. No total, entrei em contato com nove mulheres, das quais seis me responderam e aceitaram ter um primeiro encontro comigo, mas apenas três continuaram na pesquisa.

O mais instigante desse dado é que, dessas seis mulheres as quais encontrei, todas aceitaram continuar na pesquisa; mas, posteriormente, três delas não responderam mais as minhas mensagens. E das três que prosseguiram, os três encontros previstos demoraram seis meses devido às constantes desmarcações e desencontros, evidenciando um lento movimento de idas e vindas, que necessitava de certo tempo para a elaboração emocional, assim como para estabelecer certa confiança no vínculo comigo.

Esse elemento foi o segundo desafio da pesquisa. Sempre havia um receio, de minha parte, sobre a continuidade da pesquisa, levando-me a começar a questionar sobre a forma com que a pesquisa afetava a vida delas. Primeiramente, existiam as limitações de tempo: trabalho, família, estudos etc. O que me fez ser o mais flexível possível, propondo entrevistas em lugares mais próximos de onde estivessem, no final de semana, no período da noite, enfim, qualquer forma que facilitasse a participação. Mesmo assim, os “sumiços” não cessavam, nem mesmo das que permaneceram até o final.

Em segundo lugar, comecei a questionar se não era o tema da pesquisa que incomodava. Afinal, boa parte delas saiu da unidade aproximadamente há 4 anos e vinha tentando se recolocar na sociedade sem a ligação com seu passado. Uma pesquisa que voltasse a vinculá-las àquele ambiente, àquelas experiências, àquelas lembranças, certamente não era algo simples

⁸ Os nomes utilizados são fictícios objetivando manter o sigilo sobre a identidade das jovens e dos demais envolvidos em seus relatos

⁹ “Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”)” (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

de desenvolver. Buscando compreender essa oscilação na participação, questionei para as que permaneceram na pesquisa, como era tratar sobre o assunto:

“Polliana: Como é tratar das memórias da internação para você?”

Anna: Eh... assim... Eu gosto. Acho que contribuo. Mas também me faz lembrar de muita coisa. Eu entendo a importância de se falar, mas eu ainda tenho muita coisa para trabalhar em mim sobre isso. Sobre lidar com isso, né. Lidar com meu destino na pós-internação, quanto o das outras meninas. Eu acho que o que mexe mais comigo.

Polliana: E como foi escrever sobre sua vida antes da internação?

Anna: Para mim sempre dói um pouco, sabe? A escrita... quando você escreve você meio que revive, né, a memória. Durante bons momentos eu pensei que não importava mais, que estava tranquilo. Mas escrevendo meu TCC, escrevendo a carta, você vai... né... não sei se repensando, revivendo e isso mexe um pouco comigo ainda.” (Trecho da entrevista 1 com a Anna).

“Polliana: Como foi escrever?”

Ágatha: Foi de boa... assim, tipo, tem umas coisas que você lembra assim... eu já até esqueci do que eu escrevi (risos). Mas acho que foi de boa.

Polliana: Nessa primeira carta você falou um pouco sobre você e sua família...

Ágatha: é, assim, tipo ela [a carta]... tipo faz lembrar muita coisa, né? Tipo, é complicado escrever, porque são tantas coisas e você escolhe algumas que você acha que fazem algum sentido, né? Mas... é isso.” (Trecho da entrevista 1 com a Ágatha com grifo da autora).

“Eu acredito que superei, mas eu não falo sobre meu processo com quase ninguém, não quero revivê-lo, não quero olhadas estranhas, questionamentos, nem mesmo tentar ser clara para me fazer entendida, eu deixo ir... Deixo que o peso dessa situação se dissolva, agradeço o processo de aprendizagem que a internação me forneceu, lá eu percebi que o mundo é hostil, que suas estruturas não foram feitas para as complexidades do ser humano e que no fim o crescimento pessoal torna-se um processo quase solo.” (Carta 1, Alice, 2019).

Anna, Alice e Ágatha foram minhas as interlocutoras, corajosas e desafiadoras que permaneceram até o fim na pesquisa, que me contaram suas histórias através de 3 cartas cada e duas/três entrevistas individuais. Nos casos de Anna e Ágatha, duas entrevistas foram suficientes para tratar das três cartas e um terceiro encontro seria exaustivo e desnecessário.

Os encontros começaram em agosto de 2019 e terminaram em janeiro de 2020, totalizando 9 cartas e 7 entrevistas. As cartas foram enviadas por e-mail e/ou WhatsApp e as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para melhor análise dos dados. O total de horas das entrevistas foi: 2h20 de entrevista com a Ágatha; 2h com a Anna; e 2h30 com a Alice; totalizando 6h50 de gravação.

2.2.3 O sujeito opaco das abordagens biográficas

Na construção deste trabalho, desde a elaboração do projeto, permaneceu a ciência de que a pesquisa qualitativa seria mais apropriada para alcançar os objetivos e responder às questões colocadas. O sujeito aqui abordado, como discutido na seção anterior, vai além de características sócio estruturais, apesar de ser atravessado por elas.

O perfil traçado na apresentação constata que as meninas são minoria nas unidades socioeducativas em relação aos meninos, que são negras em sua maioria, provenientes da periferia do DF, que tiveram pouco ou nenhum acesso à educação, foram mães cedo e, em geral, presas por tráfico de drogas. Mas quem são as temidas “meninas infratoras”? Quais suas histórias? Como elas encaram suas realidades? Como elas relatam suas vivências? Foi com a pesquisa qualitativa que tentei explorar essas questões norteadoras.

O “objeto” das ciências sociais é simultaneamente transparente e opaco, porque pode ser visto de forma clara através de um perfil estatístico, mas ao mesmo tempo é um sujeito, possuidor do próprio ponto de vista, suas interpretações muitas vezes podem até contradizer os pesquisadores/as. (SILVA et al, 2007).

Busquei compreender a parte opaca desse objeto através do método de história de vida. Esse método requer um compromisso com a história narrada e com o processo de lembrar, tanto pela escrita quanto pela oralidade. Tinha também, como principal elemento, a revisão do sujeito sobre sua própria vida. (ibid).

Ao abordar histórias de vida, percebi que o momento da narrativa necessitava de cuidado e confiança, o que foi um dos maiores desafios da pesquisa. No momento da narrativa, “a experiência de relatar sua história de vida, oferece àquele que conta uma oportunidade de (re)experimentá-la, ressignificando sua vida – o que implica numa dimensão ética do estudo [...]”. (ibid, p. 31).

(Re)experimentar, estava longe de ser algo positivo para muitas das lembranças relatadas. Mas a ressignificação das próprias vivências foi um dos pontos mais fortes e importantes das narrativas. Utilizar tal método deu a oportunidade de realizar uma pesquisa que não só tentava oferecer uma escuta, mas também de ouvir as vozes dessas mulheres, que muitas vezes foram silenciadas na sociedade.

O relato de si foi a principal fonte de dados da presente pesquisa. A escrita tem uma importante função de transformação de uma realidade experienciada em ethos. Ou seja, é uma prática que se configura a partir daquilo que já foi dito, lido, praticado ou vivido, de modo a afirmar, reinscrever ou criar novos elementos na (re)construção de si em relação a um conjunto

de traços e modos de comportamento que conformam o caráter ou a identidade de uma coletividade. (MACEDO; DIMENSTEIN, 2009).

A escrita foi utilizada aqui como uma ferramenta através da qual as mulheres interlocutoras pudessem elaborar a si e aquilo que foi visto, escutado, lido, experimentado, sentido e vivido por elas. Uma forma de literatura de si. Ferrara (2018) considera que uma das maiores técnicas de subjetivação é a escrita, pois a estruturação do discurso se encontra na base da formação dos próprios sujeitos e dos seus meios.

A construção da narrativa do sujeito sobre si pode ser compreendida como o desenvolvimento de um ser social, evidenciando o caráter histórico-ideológico por trás das experiências. As literaturas de si, tanto na narrativa escrita quanto oral, são meios de subjetivação através da reflexividade, que passa pela elaboração de si a partir não apenas de uma individualidade, mas partindo da relação com os outros que nos atravessaram.

A prática da escrita não se mostra apenas como um meio de expressão individual estática, mas como uma possibilidade de reavaliação do sujeito sobre si a partir de uma reflexividade capaz de lhe fazer escapar a estereótipos e expectativas sociais não ligadas à experiência individual. A narrativa de si, apesar de se concentrar no próprio sujeito e em sua história de vida, é também um instrumento coletivo, que está contido em uma relação paradoxal entre escape e reiteração de normas e coerções. Apresentam horizontes que anunciam maneiras de ser e estar no mundo (FERRARA, 2018).

Analisar tais escritos que exploram a estruturação do eu a partir da distinção discursiva, daquilo que se conta e/ou daquilo que se omite, possibilita que compreendamos a linguagem e o discurso enquanto ferramentas basilares na formulação, propagação de assimilação de representações sociais, bem como nas possibilidades de ruptura e transgressão de normas (ibid.).

A construção da história pelas jovens traz uma perspectiva sobre o mundo infracional e institucional sobre uma perspectiva atravessada por representações de gênero. Ao mesmo tempo que são dotados de estruturas discursivas dramáticas, também incorporam trajetórias individuais e únicas. Em suas narrativas, revelam que foram protagonistas de afetos, amores e desavenças, o que releva o potencial da narrativa de mulheres, evidenciando uma cultura institucional pouco explorada, baseada em sentimentos de pertencimento e existência (MAIA; DOMINGUES, 2015).

A todo momento, busquei ter consciência de que o relato das interlocutoras não as define por completo e pretendeu enxergar, dentro de suas perspectivas, as resistências. O ato de criar

a si mesmas não é determinado apenas pelas estruturas sociais, tampouco é um ato absolutamente autônomo. É antes uma luta com condições não escolhidas de vida e por capacidade de ação, uma luta pelo reconhecimento.

Segundo Butler, é preciso não exercer violência ética de exigir que os relatos de si sejam construídos sobre uma identidade pessoal coerente e fixa, que precisa ser sustentada o tempo todo, mas que é muito mais performada em cada circunstância social, ainda que a história pessoal e de grupos a leve a certa estabilidade. Segundo a autora

Quando pedimos para conhecer o outro, ou pedimos para que o outro diga, final ou definitivamente, quem é, é importante não esperar nunca uma resposta satisfatória. Quando não buscamos a satisfação e deixamos que a pergunta permaneça aberta e perdure, deixamos o outro viver, pois a vida pode ser entendida exatamente como aquilo que excede qualquer relato que dela possamos dar. Se deixar o outro viver faz parte da definição ética do reconhecimento, tal definição será baseada mais na apreensão dos limites epistêmicos do que no conhecimento. (BUTLER, 2015, p. 61)

O reconhecimento na teoria social tem a tendência em se basear nas normas e como os sujeitos são formados a partir delas. Aqui, assim como Butler (ibid) faz, penso o reconhecimento através da interação e na interpelação pelo relato de si. O relato de si é permeado por uma opacidade, onde o sujeito e sua história nunca são fixos, nunca são transparentes e nunca são absolutamente acessíveis. Existem elementos que contribuem para a opacidade dos relatos: a despossessão; a interação; e a memória.

Judith Butler afirma que: - Quando o “eu” busca fazer um relato de si, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades que excedem suas próprias capacidades de narração. (ibid, p. 18). Ao contar-se, o sujeito também faz referência à história de “si” que foi contada a ele pela mãe, pelo pai, ou por qualquer um com quem tenha convivido durante o período da infância do qual não se lembra. Essa história de si, descrita pelos outros, também é atravessada por representações e por um conjunto de normas presentes naquela relação.

Contar-se não é um ato individual e sim relacional. Assim, a despossessão consiste no fato de que não existe nenhum “eu” capaz de se desvencilhar das construções sociais, ou que seja externo a alguma norma social imposta e que, por serem normas, extrapolam qualquer “eu” puramente individual, ninguém tem a posse total da própria história. Segundo Butler,

“o corpo singular a que se refere uma narrativa não pode ser capturado por uma narrativa completa, não só porque o corpo tem uma história formativa que é irrecuperável para a reflexão, mas também porque os modos em que se formam as

relações primárias produzem uma opacidade necessária no nosso entendimento de nós mesmos” (ibid, p. 33).

Outro fator que contribui para essa opacidade é que os relatos de si são construídos na relação com o/a interlocutor/a. Existe uma expectativa de quem é o/a interlocutor/a e quais os códigos e linguagens que ele/a vai reconhecer legítimos. Durante as primeiras entrevistas, o imaginário de quem eu seria e o que esperavam de mim como pesquisadora em sociologia permeou nossas conversas. O fato delas terem vivido experiências ruins com pesquisadores/as anteriores fez parte não só dos diálogos, como da construção deste trabalho como um todo, porque me obrigou a me posicionar, me responsabilizar e me comprometer com o bem estar delas.

A consciência dos possíveis juízos negativos que faziam a meu respeito foi um ponto importante para estabelecer o vínculo com elas. De início, a alternativa foi encontrar o que tínhamos de semelhante, identificando vários aspectos: posições políticas, crítica às pesquisas irresponsáveis, experiências vividas, nossa condição de gênero ou mesmo a questão geracional - minha diferença de idade em relação a elas é de 2 a 3 anos. Essa estratégia foi útil no início. Mas, conforme as histórias iam sendo contadas, nossas vivências se distanciavam e eu desconstruí meu olhar sobre elas várias vezes. Cheguei a pensar que os relatos não iriam me afetar, mas lá estava eu completamente afetada¹⁰.

A abordagem biográfica é ambivalente, o que se mostrou a maior riqueza e a maior dificuldade desta pesquisa. Lidar com a implicação, a expressão emocional, o compartilhamento de coisas íntimas, com encontros e a escuta era uma experiência que muito se aproximava de uma relação de intimidade ou terapêutica, o que me fez questionar a posição e o preparo psíquico que tive para ocupar esse importante e projetivo (e contra projetivo) lugar simbólico e representacional para elas.

Pedir para essas mulheres narrarem suas vidas para mim, uma estranha, foi uma das coisas mais duras que já fiz e exigiu muito cuidado de minha parte. Há uma grande

¹⁰ Em sua etnografia sobre a feitiçaria no Bocage francês, Jeanne Favre-Saad (2005) traz a noção de ser afetado, afirmando que “quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer” (p. 160). Ser afetada não é uma forma de estar no lugar do outro, como a empatia, mas sim ocupar um lugar de afeto, que mobilizou ou modificou meu próprio estoque de imagens. As informações e a comunicação são permeadas por diversos afetos, mas quando elas surgem nos textos, surgem apenas como informações como qualquer outras. Segundo a autora, dar lugar a comunicação não verbal, não intencional e involuntária e ao surgimento de afetos leva a explorar aspectos de uma opacidade essencial do sujeito sobre si mesmo. Ser afetado é um exercício indispensável para o fazer antropológico/sociológico, pois somente através dessa sensibilidade acadêmica é possível vivenciar a experiência do encontro com o outro e sua realidade.

responsabilidade em receber o relato de trajetórias, sabendo que junto virão traumas, descontinuidades, experiências dolorosas e, algumas vezes, vergonhosas. E eu não me vi, de início, em condições de apoiá-las naqueles momentos, mas fui percebendo que esse não era meu papel ali.

Entretanto,

(...) o envolvimento inevitável com o objeto de estudo não constitui defeito ou imperfeição dos métodos utilizados. Sendo o pesquisador membro da sociedade, cabe-lhe o cuidado e a capacidade de relativizar o seu próprio lugar ou de transcendê-lo de forma a poder colocar-se no lugar do outro. Mesmo assim, a realidade, familiar ou inusitada, será sempre filtrada por um determinado ponto de vista do observador, o que não invalida o rigor científico, mas remete a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. (VELHO apud SILVA et al, 2007).

Precisei compreender então que o meu lugar com elas era justamente reconhecer a existência e a força daquelas histórias e, simplesmente, estar presente. Compreender que a fragmentação, a incoerência e o não dito estariam sempre nas entrevistas e aquilo tinha muito mais relação com o que eu era para elas do que com o relato em si de fatos concretos que são hoje fatos discursivos, redimensionados, organizados a partir de suas expressões, sentimentos e intencionalidades na nossa interlocução. As perguntas que eram respondidas com “não sei”, “nunca pensei nisso” ou mesmo o silêncio foram essenciais para aceitar que nem tudo que se pergunta deveria ter uma resposta.

Ao ler Butler e compreender que a narrativa não pode ser plena e que essa incoerência define o modo como nós, sujeitos, somos constituídos na relação (implicados, obrigados, derivados, sustentados por um mundo social além de nós e anterior a nós), fez com que a escuta dessas respostas fosse diferente. Não mais as vi como não respostas, mas como formas de sobrevivência, inteligibilidade e subjetividade.

O relato é um ato performativo que atua como posicionamento e elaboração em relação àquele/a que o escuta. Parte desse contar é exercer uma ação sobre o outro que oferece a escuta e uma nova produção de si, nos dois sentidos da interlocução. Confesso que tudo que escutei ecoou em mim, não só como mestrandas, mas como mulher e pessoa. O trabalho que aqui apresento é resultado disso, dos relatos delas e, também, dos meus (auto)relatos, uma vez que não passei incólume por esse profundo encontro humano.

A narrativa aqui foi o centro, pois ela possibilita adentrar em um feixe de relações sociais, o que não significa ser apenas reflexo das estruturas sociais. Afinal, não pode ser compreendidas fora da cena interacional na qual ocorreram. Como diz Butler,

significa apenas que o “eu”, seu sofrer e agir, dizer e conhecer, acontece em um crisol de relações sociais, variavelmente estabelecidas e reiteráveis, sendo algumas irrecuperáveis e outras responsáveis por invadir, condicionar e limitar nossa inteligibilidade no presente. Quando agimos e falamos, não só nos revelamos, mas também agimos sobre os esquemas de inteligibilidade que determinam quem será o ser que fala, sujeitando-os à ruptura ou à revisão, consolidando suas normas ou contestando sua hegemonia. (BUTLER, op. cit., p. 167).

Por fim, falo sobre a memória como parte importante do relato de si, elemento que remolda o quadro da narrativa. Apesar de conter uma seção sobre o atual momento da vida das narradoras, esta dissertação trata bastante do passado, ainda que atualizado nas impressões e redimensionamento atuais. Existe uma ênfase especial na reconstrução de trajetórias individuais em diferentes temporalidades, vínculos e pertencimentos de quem se escreve, quem escreve e para quem escreve. (SILVA, 2009).

Como uma das fontes principais deste trabalho, a reconstituição da memória é parte também da sua objetivação, isto é, a transformação da memória em linguagem, em comunicação, em escrita e em narrativa. Existe uma relação entre a experiência social e a memória, que se desenvolve na dialética da lembrança e do esquecimento. A abordagem biográfica de história de vida permite a discussão sobre normas sociais e suas apropriações, interpretações ou mesmo incorporações na memória das interlocutoras

[...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história é uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta das lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções [...]. (NORA apud ibid, p. 160).

Existem alguns elementos que são parte da memória: experiências, sensações, pessoas, lugares, entre outros, que fazem parte da projeção que ocorre dentro da organização da memória individual ou coletiva. Segundo Pollak (1992), a memória também possui características: ela é seletiva, ou seja, nem tudo que é vivido é gravado; é em parte herdada, ou seja, vem também de interações e apropriações de memórias de outros; ela sofre flutuações em função do momento que é articulada e estruturada; e, por fim, a memória é uma construção, que pode ser consciente ou inconsciente.

A memória é um fenômeno construído social e individualmente. Faz parte de um sentido dado à imagem de si, para si e para os outros, que é adquirida ao longo da vida, que constrói

uma representação de si, tanto para a construção de uma identidade própria quanto uma forma de projeção para o mundo social.

Segundo Silva (2009), a utilização de histórias de vida pressupõe a construção que só é conseguida por dois elementos: o eu e a memória autobiográfica. A memória autobiográfica é baseada em acontecimentos e fatos da própria vida que estão relacionados com a construção do eu, são as memórias que tem sentido para o eu e que são relevantes. A forma com que é construída essa memória autobiográfica tem relação com as estruturas de reconhecimento presentes na cultura.

O conhecimento que parte dessa construção social e individual da memória é visto através das lentes de um conjunto de relações sociais que ocorreram de uma determinada maneira e não de outra. A memória é outro fator de opacidade, pois não é possível constituir uma diferença entre o que é pessoal e o que é construção social, o que constitui um conhecimento que evidencia a incapacidade de um conhecimento transparente sobre o sujeito as estruturas subjetivas de sua formação.

Os três elementos de opacidade, sobre os quais discorri, constituem a consciência de que o conhecimento aqui construído está em diálogo com a construção do sujeito não rígido, atravessado por estruturas, que se confunde com suas vivências, e ao mesmo tempo se (re)constrói constantemente a partir delas. Esse sujeito é muito diferente do sujeito essencialista, moldado pelas estruturas sociais, ou do sujeito individualista, que age de forma independente e autocentrado. O sujeito que pretendo trazer aqui é fluido, dinâmico, afetivo e opaco. É nesses elementos incertos que as entrevistadas encontram resistência às técnicas de poder impostas pelo controle e punição das instituições totais, assim como pelas relações de gênero, raça e classe que as atravessam.

3 A INFRAÇÃO COMO UM CAMINHO POSSÍVEL

“Desde criança eu sempre fui muito sonhadora... Tudo me fazia sonhar, os desenhos que assistia, as novelas, as revistas, além do meu turbilhão de pensamentos que idealiza tudo ao redor o tempo inteiro”

(Carta 1, Ágatha)

Como explicitado no capítulo anterior, a metodologia aqui aplicada buscou obter a narrativa biográfica das jovens por intermédio de cartas guiadas por temas e entrevistas abertas. Foram solicitadas três cartas: a primeira tratando de suas histórias, na qual as interlocutoras teriam a liberdade de apresentar-se e relatar-se; na segunda carta, teriam que discorrer sobre suas vivências da internação; e por fim, na última carta, se dedicariam a desenvolver os desafios e as oportunidades da pós-internação.

Os temas foram pensados partindo da literatura utilizada e, após o agrupamento dos dados surgidos nas cartas e entrevistas, foram estabelecidos enquanto eixos de sentido para as trajetórias das jovens. Assim, tornaram-se as categorias que aqui seguem, organizando a descrição e análise dos dados. Essas categorias serão discutidas, utilizando a internação como o ponto guia temporal: pré-internação, internação e pós-internação.

Este capítulo abordará as categorias referentes à pré-internação: as relações familiares, a figura materna e a significação da infração; o capítulo 3 tratará do período de institucionalização, voltando-se às noções de instituição total, punições e formas de resistência; por fim, o capítulo 4 analisará mais três categorias: a visão sobre a internação, o significado dessa e os desafios da pós-internação.

O presente capítulo, então, possui por objetivo desenvolver a discussão a respeito das relações familiares que emergiram nas histórias das três interlocutoras e o vínculo delas com suas respectivas mães. Ademais, serão analisados os relatos das jovens sobre suas infrações, buscando debater, principalmente, como o ato infracional é interpretado e narrado – ou não narrado - por elas.

3.1 A crítica à família desestruturada e a valorização da figura materna

Na primeira carta, foi solicitado às interlocutoras que escrevessem suas histórias livremente. Foi o primeiro momento que tive acesso ao estilo de escrita e às narrativas de suas trajetórias. Após o recebimento de todas as cartas, iniciei o processo de organização e

sistematização do material, partindo de uma questão central: o que temos de convergente e de divergente nesses relatos?

Dentre os relatos constantes nas primeiras cartas, as relações familiares aparecem como uma categoria a ser considerada. A noção de estruturação e desestruturação familiar, a centralidade do papel da mãe em suas criações e, em especial, no acompanhamento da medida socioeducativa foram elementos que permearam as primeiras cartas e insurgiram no momento da análise.

As relações familiares serão consideradas aqui por apresentarem relevância não apenas nas narrativas das mulheres com quem dialoguei, mas também por serem indicadas pela bibliografia enquanto um caminho para compreender a prática infracional de adolescentes. O discurso da família desestruturada versus estruturada esteve presente nas falas das jovens de formas diversas. Segundo Ágatha

“Meus pais não eram muito unidos pois brigavam constantemente, era uma relação bem problemática, meu pai era um homem bastante machista, muito rígido e ciumento além de ser dependente do álcool e minha mãe muito compreensiva e boa, mas submissa. Eu cresci vendo as brigas deles e a gente passava muitas necessidades também, além do pouco afeto que eu meus 4 irmãos recebiam. Meu pai era muito rígido com a gente reclamava de tudo, xingava o tempo inteiro, era uma péssima relação de família, resumindo era uma família muito desestruturada. Os anos foram passando e minha mãe se separou dele somente quando eu tinha 15 anos, mas nessa época eu já tinha me envolvido com tudo de ruim, com péssimas pessoas, com drogas, com roubo e só fui entrando cada vez mais no mundo do crime” (Carta 1, Ágatha, 2019).

Ágatha descreve o modelo de família patriarcal, hierárquica (GOLDANI, 1993), na qual o pai autoritário e violento é o topo, oprimindo a mãe submissa e os filhos. Para Ágatha, a mãe se separou “somente” quando ela tinha 15 anos, ou seja, tarde demais. Nesse relato é possível perceber que a jovem associava os conflitos e a falta de afeto na família à sua inserção no mundo do crime.

A jovem conta que o primeiro lugar onde lembra de ter morado foi em Águas Lindas, município do entorno do Distrito Federal. Quando fez 5 anos, ela e sua família mudaram-se para Brazlândia, região administrativa do DF, para morar na chácara de uma tia. Após 1 ano e devido conflitos familiares, toda a família foi para uma invasão que se formou em Brazlândia.

Ágatha conta que as condições de vida nessa invasão eram muito precárias. Todos moravam em barracos de madeirite, sem asfalto, sem estrutura ou saneamento básico. Após 6

anos houve um incidente: devido ao alto número de “gambiaras”¹¹, alguns barracos pegaram fogo e o governo distrital decidiu tomar a providência de construir uma quadra em Brazlândia para as famílias que ali viviam. Foi para essa quadra de Ágatha voltou após sair da internação e é onde sua mãe mora até hoje.

Ágatha pontuou a relação de desunião dos pais e, por consequência, dos filhos:

“Ah, tipo assim, sempre foi uma relação muito difícil, sabe? Meu pai e minha mãe eram muito desunidos. Nunca teve união entre a gente. Tipo, meu pai morava com minha mãe, eles vieram do Maranhão, sabe? Então, a minha mãe casou com meu pai com 14 anos, ela veio lá do Maranhão e deixou toda a família dela, ela não tinha exatamente ninguém aqui. Então aí, meu pai tinha 18 e eles se juntaram, mas acho que eles nunca foram muito felizes na relação, porque minha mãe conta que desde o começo sempre foi uma relação muito conturbada, mas acho que ela se sentia muito presa a ele e se sentia muito longe da família dela que “tava” no Maranhão, ainda mais porque ela tinha só 14 anos, então pra ela era um sonho muito distante estar perto da família dela. Então acabou que ela se amarrou a essa relação durante muitos anos e perdeu toda a juventude dela. Tipo, meu pai era um cara muito... ele é uma pessoa muito ciumenta, muito obsessiva, muito obcecado na minha mãe. Eu lembro que eu sempre cresci vendo as brigas deles, tudo pra ele... ele tinha ciúme de tudo, de tudo, de tudo. De coisas que só existiam na cabeça dele e eram brigas muito feias. A gente nunca teve uma relação... sempre foi muita briga, sabe? A gente nunca teve amor, nunca... Minha mãe é uma boa pessoa, mas ela é muito fria, sabe? Eu acho que o sofrimento que ela passou, acho que congelou todos os sentimentos dela, que ela é muito fria. Então minha mãe não era nada carinhosa com a gente, não tinha nenhum amor por parte dela, mas ela era uma boa presença, então era bom ficar perto dela. Mas o meu pai tinha uma energia muito ruim, eu odiava ficar perto dele, eu não gostava dele, era um porre. Ele bebia muito, ele era alcoólatra. Ele destruturou totalmente a vida dele, ele se deixou levar pelas mágoas da vida, pelas amarguras, se afundou no álcool e destruiu a vida dele.” (Entrevista 1, Ágatha, 2019)

Ágatha tem mais 6 irmãos, 4 de mesmo pai e mãe e 2 irmãos por parte de pai. Após a separação dos pais, Ágatha teve pouco contato com o pai, pois ele foi morar em outra cidade e só voltou para Brazlândia em 2018, quando acabou se afundando mais no alcoolismo e tendo uma parada cardíaca. Ela contou emocionada que estava em aula quando recebeu uma ligação da mãe contando a notícia.

A mãe de Ágatha sempre a visitou, tanto ela quanto o irmão, também preso. Quanto a mãe, ela conta:

¹¹ Ligações irregulares de captação de energia elétrica.

“Minha relação com minha mãe sempre foi muito de boa. Ela é uma pessoa muito de boa, ela tem um coração muito bom, ela é uma pessoa muito boa, só que ela é muito passiva, sabe? Eu acho que ela não tem reação diante das coisas da vida. Ela sofreu demais e congelou tudo. Eu acho que ela tem depressão, não sei. Eu já pesquisei um pouco sobre isso, eu acho que ela tem aquela depressão diferente, aquela que você não sente... depressão você se preocupa muito com as coisas e fica tipo doido, né? Ela é ao contrário, ela não se preocupa com nada, sabe? Parece que a vida perdeu a graça pra ela, mais ou menos isso. Tá sempre na mesma e não tem atitude diante de nada, parece que ela tá meio congelada nos sentimentos dela, tá precisando de umas terapias (risos)”. (Entrevista 1, Ágatha, 2019).

Ao relatar sua infância, Alice também relatou uma família conflituosa e hierarquicamente rígida, segundo ela

“Polliana: E como é a relação com sua família? Você comentou da outra vez que você tem um pouco de problema com seu irmão.

Alice: É. Porque assim, a minha família é bem... hoje em dia não, hoje em dia não é tanto, mas ela se estruturava muito na religião, era muito conservadora, essas coisas todas.

Polliana: Eles são evangélicos?

Alice: Eles eram. Hoje em dia eles estão mais assim... soltos. Mas eles eram bem.. bastante. Daí eles eram bem conservadores, então meio que a gente batia muito de frente. Hoje em dia a gente meio que se respeita e eles estão mais abertos. Menos o meu irmão. Meu irmão está cada dia mais fechado (risos). Não adianta, ali eu já desisti (risos). E é isso! Mas assim, na minha infância, na minha adolescência, as relações eram bem tóxicas, assim, era bem pesado.

Polliana: Como tóxicas?

Alice: Porque era tudo muito extremo, assim. Meu pai era muito rígido, muito violento, então era bem complicado. A gente vivia sobre muita regra, tinha muito medo de tudo. E aí era tudo pecado, pecado, pecado...

Polliana: Isso até quantos anos, mais ou menos?

Alice: Assim, a minha mãe... o meu pai ficou em casa até os meus 10 anos, depois meio que todo mundo ficou mais soltinho. Mas a minha mãe continuou na igreja até eu sair do sistema... não, na verdade até eu entrar no sistema. Aí ela foi julgada demais, não sustentou e saiu” (Entrevista 1, Alice, 2019).

Em mais um relato, há a permanência de uma estrutura familiar patriarcal, marcada pela violência e pela rigidez de papéis. Apenas com a separação dos pais as relações em sua família ficaram mais fluidas e com mais diálogo. Alice contou também que as relações com a igreja enrijeciam ainda mais os laços familiares. Além disso, é importante notar que a mãe de Alice perde uma das duas principais redes de apoio com a internação da filha, demonstrando um isolamento da família diante da situação.

Entretanto, ao contrário de Ágatha, Alice considerava sua família estruturada, pelo menos quando se comparava com as outras meninas com quem ficou internada. O fato de sua

família possuir mais recursos materiais proporcionava mais oportunidade a ela e aos irmãos, além do apoio nos estudos e a assistência à saúde. Alice conta que teve muitos problemas de saúde na sua infância e boa parte da adolescência, mas sempre teve os cuidados que precisou.

Após a separação dos pais, Alice seguiu morando com a mãe, uma das irmãs e um irmão, sendo ela a caçula. O pai mudou de estado, hoje mora no Nordeste e eles ainda mantêm contato. Alice conta que a relação com o pai é boa, mas ele não sabe muito de sua vida e eles têm um relacionamento sem muita profundidade, mas com afeto e respeito.

Sobre a relação com sua mãe, destaco o seguinte trecho da entrevista

“Polliana: Voltando para a carta. Você fala¹² que isso de se cuidar era uma forma de agradecer a sua mãe pelo amor que ela te dava. Assim, nessa frase eu interpretei que a relação com sua mãe é forte. Sempre foi assim?”

Alice: Sim. Porque eu fui uma menina muito doente, né? Quando eu era criança. Até por eu ter tido muita crise de ansiedade. E eu fiz uma cirurgia com 4 anos, fiquei 3 meses internada, foi bem... então nosso elo é bem forte, mas ao mesmo tempo ela foi muito protetora e acabou, assim... quando você é muito protetivo com uma criança, ela vai ter medo de falar as coisas para você... protegeu tanto que ela não confia em você, ela tem medo de te preocupar, te magoar.

Polliana: Você não conseguia conversar muito com ela? Sobre você, seus problemas?

Alice: Não. E nem hoje eu dia eu consigo muito.

Polliana: Você acha que entrar na unidade fortaleceu esse elo? Ou enfraqueceu?

Alice: Sim, acho que fortaleceu. Assim, foi muito decepcionante pra ela, até hoje é notável que ela ainda tá bem machucada com isso. Mas ao mesmo tempo eu vejo que ela viu que eu sou mais forte do que ela imaginava. Porque ela tinha uma visão de que eu era muito fraca. E... agora ela melhorou um pouquinho, mas quando eu saía ela falava... assim, eu estava trabalhando, fazendo estágio [...] e fazendo faculdade a noite. E ela falava todos os dias “Você não vai dar conta, você não vai dar conta”, aí eu ficava “ué, por que você está me incapacitando dessa forma?”. Mas foi bom que ela viu que eu consigo me virar.

Polliana: Mas você acha que hoje ela tem mais confiança em você?

Alice: Eu acho que assim... ela percebe, como eu sou a caçula, dos quatro irmãos eu sou a mais forte. Então ela não fica... não sei, acho que ela tem um orgulho embutido (risos). Mas ela não assume não. Mas quando os meus irmãos vão fazer viagens, essas coisas, ela fica bem mais apreensiva, querendo saber de tudo e quando eu faço isso ela “tá bom”, “tudo bem” (risos).

Polliana: E quando você foi internada, você acha que ela se sentiu responsável?

Alice: Sim. Ela se culpou muito” (Entrevista 1, Alice, 2019).

¹² A pergunta se refere ao seguinte texto da carta: “O meu pior inimigo era somente eu mesma, e da mesma forma que eu era minha pior inimiga, eu poderia me tornar minha heroína, poderia me salvar, aprender a fazer escolhas, selecionar a dedo quem eu gostaria do meu lado, e principalmente me amar mais do que qualquer pessoa nesse mundo já amou, isso era uma forma de agradecer a minha mãe pelo amor que ela me dava” (Carta 1, Alice, 2019).

Alice conta que sempre foi criada a partir de uma ideia de que tudo que ela quisesse seria possível e que ela sempre teria um suporte, mas quando ela foi para a internação essa ilusão se desfez. Ela considera que a criação que ela teve fez com que ela fosse passiva de muitas influências e abusos

“Polliana: Mas você acha que antes de você entrar, você se sentiu usada de alguma forma? Porque você falou que se você não tivesse aprendido o que você aprendeu, você estaria em um relacionamento abusivo hoje. Você acha que aquela Alice de 17 anos deixava falarem por ela? Fazerem por ela.

Alice: Acho que falarem não, mas porque assim... eu sofri abuso quanto eu tinha 5 anos, então... eu sofri o abuso com 5 anos e depois eu sofri de novo com 10 anos.

Polliana: Pela mesma pessoa?

Alice: Não. E... na adolescência, assim... lógico que mulher sofre abuso quase todo dia, se ela der boqueira, né? Você vai numa festinha e “opa, um abuso, acabaram de passar a mão na minha bunda, como assim?” Né? E eu acho que era muito falta de ter o corpo e falar “ele é meu, você não chegue perto, porque se você chegar perto vai dar problema” (risos). Eu não tinha muito essa clareza, assim, tanto que foi uma série de situações assim bem... que na época eu nem sentia, era tudo meio...acho que eu vivia numa coisa meio...

Polliana: Mas você era muito nova também...

Alice: Isso. E não sei também, acho que minha mãe também tinha um pouco de medo de falar dessas coisas pra mim, porque ela também passou por abuso e ela dizia que se você passou por algum abuso, você vai aprender a ser proteger sozinha, porque você vai ter medo. Então você não vai estar numa festinha depois da meia noite, porque você sabe que pode acontecer alguma coisa. Só que a vida não é assim. Se eu ficar com medo, eu não saio de casa. E eu acho que eu tive muito essa percepção, de que se você der mole até seu amigo pode tomar o seu lugar. Não no sentido de estamos todos competindo, mas no sentido de tirar sua autonomia e começar a querer escolher por você, querer falar por você, querer pensar por você, etc

Polliana: Você acha que desde essas situações você foi se preservando?

Alice: Não. Só depois de chegar no sistema. Porque eu não pensava sobre elas. Eu sentia elas. Teve uma situação muito horrível, que eu lembro que eu vomitei, assim, do nada eu vomitei. Então eu sentia elas, meu corpo sentia...

Polliana: Essas situações de abuso?

Alice: É. Todo ano eu tinha um quadro depressivo. Então eu sentia, mas eu não tinha consciência, eu não parava para refletir sobre.

Polliana: Você só sabia que tinha alguma coisa errada?

Alice: Exatamente. E aí quando você está lá dentro, você vai pensar em tudo, né? Você não tem nada para fazer, você começa... por exemplo, as meninas... quando você está dentro de um lugar que o maior sentimento que você tem é saudade, então você meio que fica o tempo todo revivendo recordações. Então quando você vai revivendo recordações você vai destrinchando, tipo “pera, será que isso é legal mesmo?”. Que nem, eu tinha uma visão da minha infância: que minha infância tinha sido muito bonita, ficava “não, mas ah, rolou um abuso ali, mas foi mó legal minha infância”. Hoje em dia eu nem gosto de lembrar da minha infância, porque, nossa, foi horrível” (Entrevista 1, Alice, 2019).

Alice cresceu em um ambiente marcado por princípios religiosos rigorosos, pela violência e agressividade do pai, além da negligência quanto aos abusos que sofreu. Por não ter estrutura para lidar com as violações sofridas, Alice somatizou diversos traumas que só vieram à tona com o isolamento da internação e também incorporou uma culpa, como se ela mesma estivesse se exposto ao abuso. A falta de apoio para lidar com esses traumas foi um fator de sofrimento transversal às narrativas da jovem.

Anna, por sua vez, em sua primeira carta relatou uma relação de fidelidade com sua família. Segundo ela

“Foi dificuldade atrás de dificuldade, mas nunca deixei minha família na mão. Era nós 3 [Anna, a mãe e o irmão], se não era os 3, não era nenhum. E quando eu rodei lá no Rio, ela também não deixou falando, porque quem se dizia amigo foi testemunhar contra mim na audiência, e mesmo ela toda machucada pelo lichamento da galera que queria fazer "justiça" com as próprias mãos, ela me visitou. Visitou por todos os 2 anos e 5 meses de medida, em todas as unidades” (Carta 1, Anna, grifo da autora, 2019).

No início de sua carta, Anna pontua que foi criada por mulheres. Filha e neta de mães solteiras: a avó foi deixada pelo avô e a mãe perdeu o companheiro, pai de Anna. Tanto o pai como a mãe tinham envolvimento com gangues de bairro no Pará, o que foi a causa da morte de seu pai e da partida de sua mãe para Brasília, fugindo dos conflitos. Nessa época, Anna tinha 3 anos e passou a viver com a avó e o irmão no Pará.

Aos 7 anos, veio para Brasília viver com a mãe, que na época trabalhava como empregada doméstica e diarista. Depois de 2 ou 3 anos, o irmão também veio. Com 12/13 anos, Anna viu sua mãe entrar para o tráfico para sustentar a família. No trecho abaixo ela conta um pouco sobre o período

“Polliana: Como foi vir do Pará para cá?

Anna: Assim, eu não gostei muito, porque eu cresci lá, então foi meio ruim. Mas minha mãe veio primeiro. Bem antes ela veio pra cá, porque meu pai morreu... foi morto lá... aí ela veio embora. Eles faziam parte de umas gangues de bairro, aí ela resolveu ir embora. Aí ela deixou eu e meu irmão lá. Quando eu tinha uns 7 anos eu vim pra cá junto. Meu irmão veio depois de uns 2 ou 3 anos. Eu acho que eu gostava de ficar com minha avó, mas ao mesmo tempo eu sentia falta da minha mãe. Eu vim pra cá, morei com ela. No começo ela não era envolvida com nada. Ela era doméstica, trabalhava de empregada doméstica e diarista. Aí meu irmão veio, aí ficava nós três. Até que a gente se mudou e aí ela ficou numa situação que ela meio que não conseguia mais sustentar e ela começou a vender droga. Aí começou a vender droga e é dor de cabeça até hoje.

Polliana: Você sabe dizer como isso começou?

Anna: Então, eu tinha esse padrasto que no início ele dava uma ajuda boa. Ele era funcionário público, mas eles separaram. Ele dava ajuda, mas meio que ela que sustentava o resto todo, aluguel e os dois filhos. Não dá para perceber muito essa virada, o dia que aconteceu, sabe? Eu lembro que foi meio assim: pegava um pouquinho de pedra e vendia. Aí quando vê já estava envolvida. Primeiro era só vender e depois foi virando uma bola de neve. Até hoje ela tá aí e acho que não consegue mais sair, sabe?” (Entrevista 1, Anna, 2019).

Anna conta que nada mais foi como antes. Ela ajudava a mãe não só com as contas, mas também carregava a droga quando precisava, cuidava da mãe quando a guerra do tráfico batia à porta

“Nisso, eu cuidava de calcular o dinheiro, guardar a droga já que eu era menor de idade, buscar os flagrantes na boca pra polícia não pegar, e as vezes vendia quando minha mãe não estava, mas era ela a frente. Junto com o dinheiro fácil, veio também as desgraças, as vezes tinha que cuidar dela depois de ter corrido no mato pra fugir de bala, cuidava dela quando quem se dizia amigo armava casinha e pegava ela e batia, deixando até com traumatismo craniano” (Carta 1, Anna, 2019).

Anna relata que a mãe foi a única que nunca a abandonou, inclusive era ela que a visitava em todos os dias de visita das unidades, foi ela que ficou ao lado de Anna quando ela foi presa. Existe um sentimento de proteção mútuo.

Utilizando a perspectiva “Romance Familiar e Trajetória Social”, Penso et. al. (2012) pontua a articulação entre a relação familiar e a trajetória social são parte da formação do processo identitário, visando vincular a realidade objetiva dos fatos sociais à realidade experienciada individualmente. A história pessoal passa a ser produzida por múltiplos fatores “(familiares, psíquicos, sociais, ideológicos, econômicos, políticos, entre outros). A construção subjetiva dependerá da arte de cada sujeito de se construir em permanência, a partir dos diferentes eixos que o atravessam”. (PENSO et al, 2012, p.16).

A família tem sido um ponto importante nas discussões sobre prática infracional de adolescentes, principalmente tratando da existência de fragilidades nas composições familiares, que dificultam a vinculação entre o/a jovem e a família. Segundo Zappe e Dias (2012), a delinquência representa um fenômeno complexo, resultado da interação entre fatores estruturais, sociopsicológicos e individuais. Dentre os aspectos sociopsicológicos, considera-se a influência de instituições de controle, em especial a família.

Parte dos estudos sobre infração juvenil utiliza a noção de fatores de risco, que são constructos teóricos utilizados para interpretar elementos transversais às trajetórias dos/das

adolescentes que praticam infrações. Os fatores de risco são um composto de problemáticas estruturais e sociopsicológicas comuns a essas trajetórias, mas que não devem ser interpretados como causais.

Entre os fatores de risco estruturais e sociais, a literatura tem apontado a elevada vulnerabilidade; as situações de negligência e abandono; a pobreza; a criminalidade e violência na família, na escola, na comunidade e na sociedade em geral; e o abuso de substâncias psicoativas. (NUNES et al, 2013).

Sendo assim, a família é um ponto chave para alcançar uma visão integral dos contextos de inserção dos/das jovens na prática infracional. Segundo Nunes,

[...] a literatura tem sugerido que a família pode constituir um importante fator de risco ou proteção para os atos infracionais adolescentes, dependendo de suas características e dinâmicas de funcionamento. Por vezes, as famílias desses adolescentes vivenciam uma desestruturação social, em que, em função disso, muitas delas acabam perdendo sua capacidade de oferecer proteção, suporte afetivo e regulação social adequada. (ibid., 2013, pág. 146).

Compreende-se a família como instituição fundamental para a relação entre indivíduo e sociedade, pois serve como um mediador entre ambos, reproduzindo ou negando seus aspectos. A partir do período moderno, a família nuclear passa a ser elemento indispensável para os primeiros cuidados, permitindo a sobrevivência e o desenvolvimento físico e psíquico do sujeito. A família é a primeira instância socializadora, onde o sujeito aprende os papéis sociais históricos e culturalmente desenvolvidos e os valores indispensáveis à vida social. (LEGNANI et al, s.d).

Segundo Ana Maria Goldani (1993), o modelo de família brasileiro está associado a dois principais estereótipos. O primeiro é estereótipo da família patriarcal, baseado na presença de parentes, a um sistema hierárquico e de valores no qual se destacam a autoridade do homem sobre a mulher, a monogamia, a indissolubilidade das uniões e a legitimidade da prole. O segundo é estereótipo da família classe média urbana, muito retratado nas telenovelas, que é centrada nas funções reprodutivas. Nesse modelo, o individualismo, a privacidade e as relações afetivas entre os membros assumem maior relevância, dando origem a novos padrões de sociabilidade, que em especial isolam a família em si mesma e responsabilizando-a por qualquer tipo de desproteção.

Ainda segundo Goldani (ibid.), diversas transformações socioeconômicas têm modificado as estruturas familiares brasileiras, afastando – se é que um dia foi próximo - ainda mais dos modelos acima descritos. Tal distanciamento vem acompanhado por um discurso da

onda conservadora, muito presente inclusive no governo federal atual, de falência ou crise na família tradicional, o que seria a causa de diversos problemas sociais como a criminalidade e o abandono da moral e dos costumes. (ALMEIDA, 2019).

O discurso que dita os aspectos da família como produtores de delinquência e criminalidade juvenil, assim como de comportamentos antissociais¹³ é facilmente aceita pela maioria das pessoas. A família passa a ser uma “plataforma a partir da qual o desenvolvimento social normal ou perturbado do indivíduo se faz e, ao mesmo tempo, constitui o ponto de partida para numerosos programas de intervenção”. (TRENTIN, 2011, pág. 219).

A noção de desestrutura familiar ainda está muito relacionada ao afastamento do molde de família anteriormente relatado, que é exclusivista e não necessariamente garante qualquer eficácia na proteção e no acompanhamento da criança e do adolescente. Entretanto, os modelos familiares comentados, além de não serem garantias de famílias protetivas, impõem limitações e ofusca a realidade da maioria das famílias brasileiras, em especial as que pertencem às chamadas classes populares. Para Goldani,

A variedade de arranjos domésticos dos grupos populares – onde sobressai a presença de famílias monoparentais, sobretudo mulher com filhos – é atribuída a uma maior instabilidade do vínculo conjugal, fato que tem alimentado o mito da desorganização familiar entre os pobres. Arraigado entre os mais diferentes setores profissionais e/ou acadêmicos este mito adquire características e perversidade e estigma na medida que influi no comportamento daqueles que nele acreditam e seve para desqualificar o pobre. (GOLDANI, op. cit., pág. 74)

Atribuir à família toda a responsabilidade pela infração de adolescentes ignora que aquela também é produto da exclusão social, da violência e de privações de toda ordem. Para Castro e Guareschi

A família sofre, ela também, as consequências de relações sociais excludentes. Neste sentido, não deve ser vista como causadora e sim como exposta e subjetivada pelas mesmas situações. O sistema de atendimento e os programas sociais existentes, via de regra, ao invés de intervirem no apoio a essa família, acabam por responsabilizá-la pelas dificuldades do adolescente, colaborando, assim, com o afastamento de seus familiares e o rompimento dos já frágeis vínculos existentes. (CASTRO; GUARESCHI, 2008, pág. 204).

A influência de discursos midiáticos e dos profissionais da área na percepção dos adolescentes sobre o relacionamento familiar com causa do comportamento infracional tem feito com que os adolescentes responsabilizem a família pelos males que lhes acontecem,

¹³ Comportamento antissociais não estão relacionados a qualquer psicopatologia, mas sim a uma noção de quebra de padrões sociais historicamente estabelecidos como normais.

diminuindo sua capacidade de autorresponsabilização e proporcionando um afastamento ainda maior dos laços familiares. (NUNES et al, op. cit.).

A compreensão da configuração familiar como um fator de risco é extremamente importante para a compreensão da prática infracional juvenil, mas o cargo da família ainda está perdido em um discurso moral. Estruturas familiares monogâmicas, heterossexuais e hierárquicas parecem fornecer a imagem de família perfeita, contudo ocultam relacionamentos turbulentos entre os pais e filhos, reforçados por comportamentos agressivos e autoritários.

O conceito de família desestruturada traz a imagem de que existe uma estrutura ideal de família, na qual ausência do pai e a monoparentalidade materna é um desajuste. Nos relatos das jovens, a participação paterna, quando essa existe, limita-se à rigidez e agressividade. Ou seja, mesmo quando fisicamente e financeiramente presentes, os pais estiveram ausentes afetivamente, o que construiu um sentido negativo para a figura paterna e masculina.

Um dos principais fatores de risco que surge com a monoparentalidade materna não é a ausência da figura masculina, mas a ausência de uma rede de apoio que dê suporte na criação dos filhos. A mãe fica responsável por todos os papéis e por driblar as condições de vulnerabilidade social acumuladas. (COSTA; MARRA, 2013).

Ao propagar agressões, ao negligenciar casos de abuso e, também, ao expor as jovens às situações de risco, a função protetiva e de apoio das famílias falhou. Pais e/ou mães afetivamente ausentes, violentos ou que praticam crimes são fatores de risco. Ademais, são famílias com vulnerabilidades, com pouca ou nenhuma rede de apoio e isso não tem relação com sua estrutura, mas sim com o meio no qual estavam inseridas, onde o patriarcado e a violência são um denominador comum e o Estado falha ao não oferecer suporte e proteção.

Uma vinculação fraca com a figura paterna e a valorização da figura materna estão muito presentes nas três trajetórias, o que parece ser um fator transversal nas histórias de vidas de adolescentes que praticam atos infracionais. (PENSO et al, 2012). Apesar de criticarem suas mães em alguns aspectos, Anna, Alice e Ágatha falam das mães com gratidão.

A referida valorização é questionada em alguns estudos, principalmente porque muitas vezes acaba caindo em uma idealização da maternidade, principalmente nos casos de adolescentes do gênero masculino. (ZAPPE; DIAS, 2012). Interpreto que tal idealização aparece, mas com menor intensidade. Em vários períodos dos relatos das jovens, as mães emergem como um símbolo de amor, apoio e presença, mas isso não impede que exista conflito.

A relação dessas jovens com suas mães reflete fragilidades encontradas nas trajetórias das próprias mães, como a relação com maridos agressivos, abusos, a responsabilização

incondicional pela criação dos filhos, problemas econômicos, desemprego, envolvimento com infrações/crimes, a constituição de uma família em idade muito precoce, a ausência de rede de apoio e problemas psicológicos. Todos esses fatores são reconhecidos e relatados pelas jovens, fazendo sempre um processo dialético de relação com as mães, no qual nem as críticas e nem os elogios impedem das jovens verem suas mães como humanas e, por isso, falhas.

3.2 O dizível e o indizível na prática infracional

Anna, Alice e Ágatha cumpriram medida socioeducativa de internação entre os anos de 2013 e 2015, entrando entre 16 e 17 anos e saindo com 19 anos. Anna e Alice foram internadas pelo ato infracional análogo à homicídio e Ágatha, tráfico de drogas. Das três, a única que nunca havia “caído”¹⁴ foi Alice, pois ela praticou apenas uma infração e, por ter sido considerado muito grave, foi aplicada a internação. Anna já havia caído por roubo e Ágatha também, além de várias vezes, segundo ela, por tráfico de drogas.

Como discutido no Capítulo 1, os estudos sobre a prática criminal/infracional por mulheres são ainda muito escassos na sociologia brasileira. Santos (2016) pontua que esse fato se dá por uma ilusão cientificista que estabelece a relevância dos temas pesquisados partindo de dados estatísticos expressivos, ou seja, àquilo que tem maior relevância quantitativa, tem maior relevância como fenômeno social. O que se dá no caso das meninas e mulheres que praticam infrações/crimes é justamente o oposto, o que as torna invisíveis dentro desse tipo dos estudos sociológicos.

Segundo Santos (ibid.), os estudos sobre a prática criminal de mulheres associam-nas a uma subordinação à figura masculina ou agindo de acordo com uma atitude tipicamente masculina, o que tende a ofuscar a percepção e a ação das mulheres, colocando-as sempre submissas à uma influência externa. São poucos os estudos que buscam compreender o protagonismo de mulheres em ações violentas e criminosas.

Rosemary Almeida (2001), em seu estudo sobre mulheres encarceradas pelo crime de homicídio no Rio de Janeiro, busca discutir a violência como ato de significado complexo na vida das mulheres, composto por elementos individuais e estruturais. Afirma que a condição feminina, cetera comportamental sem horizontes, recusa às mulheres a possibilidade de expressão. O ato criminoso é, muitas vezes, uma transgressão da ordem que controla as mulheres por determinações e produzem um sentimento de impotência e silenciamento. O crime é também uma dissidência diante do controle.

¹⁴ Expressão utilizada pelas jovens para quando a pessoa é presa.

Compreender como essas mulheres interpretam e narram suas vivências infracionais foi um dos objetivos desse estudo, mas, ao contrário de alguns temas trazidos anteriormente, a prática infracional só surgiu de forma espontânea na carta de Ágatha. Na narrativa de Anna e Alice tive que questionar quais foram suas infrações e, desde o início, foi um tema extremamente sensível.

No primeiro encontro com Anna perguntei sobre como seria uma pesquisa que a deixasse confortável e ela respondeu “não gosto de falar da minha infração. Não falo sobre como foi e nem o porquê”. Foi o primeiro sinal de alerta, mas de início não compreendi ao certo o porquê de seu receio, devido à proximidade de sua mãe com o tráfico, eu já havia concluído que Anna seguiu o mesmo caminho, o que posteriormente caiu por terra. Em sua primeira carta, contava

“Nisso, eu cuidava de calcular o dinheiro, guardar a droga já que eu era menor de idade, buscar os flagrantes na boca pra polícia não pegar, e as vezes vendia quando minha mãe não estava, mas era ela a frente. Junto com o dinheiro fácil, veio também as desgraças, as vezes tinha que cuidar dela depois de ter corrido no mato pra fugir de bala, cuidava dela quando quem se dizia amigo armava casinha e pegava ela e batia, deixando até com traumatismo craniano. Por essas e outras, decidimos que era hora de dá um tempo de Brasília, fomos para o Rio de Janeiro, fomos sem muito dinheiro, sem destino, dormindo em rodoviária e nas casas de um e outro” (Carta 1, Anna, 2019).

A jornada da família para o Rio mudou essa dinâmica. Durante esse período, a mãe parou de traficar e eles foram viver uma “aventura”. Quando perguntei por que o Rio de Janeiro, Anna respondeu que achavam legal e queriam conhecer a praia. Anna, a mãe e o irmão chegaram primeiro na capital e depois foram pedindo carona para outras cidades, onde passavam um período. Segundo Anna, a mãe era muito bonita e geralmente aplicava vários golpes em homens para ter onde ficar e, depois de um tempo, roubavam tudo e fugiam para outra cidade.

Em determinado momento dessa trajetória, eles decidiram se estabelecer¹⁵, onde Anna e a mãe começaram a trabalhar em um hostel. Foi nessa cidade que a jovem foi presa e depois transferida para a internação no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro – DEGASE. Depois de 5 meses foi transferida para a UNIRE, porque a repercussão do caso tornou perigoso para ela e a família a permanência no Rio.

¹⁵ Escolhi não expor o nome da cidade onde a família decidiu ficar, porque a infração foi amplamente divulgada na mídia à época e poderia revelar a identidade da jovem, rompendo o sigilo estabelecido no termo de consentimento livre e esclarecido.

Após a infração, a jovem fugiu e as pessoas tentaram realizar um linchamento com sua mãe, para que ela revelasse o paradeiro da filha. Quando Anna foi presa, a delegada quis obrigá-la a colocar a culpa na mãe, o que ela nunca fez. relata que não sabia da existência do socioeducativo e não entendia bem para onde ela iria após ser apanhada pela polícia. Ela pensava que, por ser menor de idade, não seria presa, ninguém da sua família sabia da existência de uma “cadeia para menor” (Entrevista 1, Anna, 2019).

A infração de Anna está longe de ser simples e, diante de sua escolha de não narrar, escolhi seguir minha análise sobre a complexidade do não dito e do indizível. No relato de Alice ocorre algo muito parecido e permanece a escolha por deixar essa parte da sua história opaca.

No caso de Alice, foi entre a primeira e a segunda entrevista que percebi a delicadeza do assunto. Pedi para que, na segunda carta, caso ela se sentisse confortável, falasse um pouco sobre sua interpretação da infração. Entretanto, pouco foi narrado.

Confesso que os caminhos até as infrações das duas jovens foi quase um processo de investigação. Por vários momentos, me vi procurando saber o que aconteceu, como aconteceu, até que comecei a questionar: o que de fato eu quero responder com essas perguntas? Saber como ocorreu a infração é importante para este trabalho? Não era. Se quero conhecer a história dessas jovens, precisava não só ouvir o que me diziam, mas entender o que elas não me diriam e o porquê.

Partindo da interpretação de que o não-dito é um dado, passei a tentar compreender o porquê a infração para elas duas era algo indizível, voltando-me para literatura. Os estudos sobre mulheres que cometem homicídio costumam centrar-se em dois contextos para esses crimes: as mulheres infanticidas e as mulheres que, após longa trajetória de violência doméstica, matam seus parceiros. De certa forma, limitam o crime/infração ao âmbito do feminino passional ou materno.

A mulher que comete qualquer crime/infração já sofre uma repressão moral, como demonstram estudos sobre o tema. (MATOS, 2004; MACHADO 2014). Para Ludmila Carneiro (2015), a forma com que a mídia trata mulheres envolvidas no tráfico apresenta tal estigma

é a monstrificação de um ser que se distancia do padrão do que é ser mulher porque não é exatamente o que se espera que uma mulher seja e que, ao mesmo tempo, também não é um homem. É um ser que, de tão inimaginável às nossas estruturas de pensamento hegemônicas, é entendido como híbrido ou, no mínimo, “a outra”. (CARNEIRO, 2015, pág. 33).

A imagem de uma mulher que tira a vida de outro ser humano, em uma sociedade patriarcal, é uma subversão e inversão padrões impostos de feminilidade. A imagem feminina

no patriarcado é feita para gerar, cuidar e preservar a vida. A construção dessas mulheres como perversas, perigosas ou mesmo psicopatas são apresentados na narrativa de ambas as jovens.

Na primeira entrevista, Anna falou um pouco sobre o estigma construído sobre essa prática infracional

“Polliana: Você se sente confortável em falar sobre isso agora?”

Anna: Sim.

Polliana: Lembro que na primeira conversa você disse que não gostava de falar sobre isso, que às vezes as pesquisas queriam falar sobre isso e era desconfortável.

Anna: Acho que depende do nível do pesquisador. Eu só não gosto de falar do homicídio. A gente evita de falar artigo. O tráfico é bem mais aceitável. Geralmente eu falo que caí por tráfico.

Polliana: Você se sente julgada quando fala?

Anna: Sim. Acho que é bem menos aceitável do que um tráfico. Eu evito falar qual é o meu artigo. Geralmente eu falo que foi por tráfico mesmo.” (Entrevista 1, Anna, 2019)

Por respeito não insisti no assunto, no momento ela estava narrando sobre como ela foi presa, então prosseguimos nisso. O assunto voltou de forma mais espontânea na mesma entrevista, quando Anna narrou sobre como as outras internas tratavam o fato de ela ter sido internada pelo ato análogo a homicídio

“Polliana: E vocês que foram presas pelo mesmo artigo, vocês eram tidas como perigosas?”

Anna: Sim, pra caralho.

Polliana: Entre as meninas também?

Anna: Demais, tinha menina que chorava pra não entrar no meu quarto. Assim, no Rio era bem mais, porque a maioria dos artigos era de roubo. Essas meninas que vivem na Lapa, roubam, sei lá, tráfico. Bem menos homicídio. Então era eu e mais três meninas. Então o pessoal tinha mais medo. Aqui em Brasília não, muitas tinham o artigo. Em Brasília elas ligam menos. Entre elas tem mais homicídio do que entre eles, mas depende muito da época. Mas muitas que caíram por homicídio tinham o pé no tráfico, então não rodaram por tráfico, mas rodaram por homicídio. Mas é um dado bem oscilante.

Polliana: Como era isso de terem medo de você?

Anna: Eu achava meio chato. Tinha umas meninas que não queriam puxar no mesmo quarto que a gente, porque tinha medo. Criava muito falatório entre as meninas. Especulação sobre o que eu tinha feito e o que tinha deixado de fazer. Tinha esse medo de morrer, que eu não sei de onde vinha. Aí tinham os apelidos também. Mas assim, eu não... tinha esse medo, mas eu deixava de boas. Com o tempo foi passando.

Polliana: Você acha que era definida por isso?

Anna: Um pouco. Eles achavam que eu era meio fria, mas é porque eu nunca gostei de falar muito não. Eu sempre fui mais calada, então as pessoas me achavam meio

fria, mas eu só não gostava de falar. Mas criava, pelo artigo já pegava e me colocavam como essa pessoa” (Entrevista 1, Anna, 2020).

Com Alice havia a mesma imagem, de frieza

“Polliana: Quando você entrou, você era considerada perigosa?

Alice: Acho que perigosa não, mas eu era considerada muito fria.

Polliana: Por quê?

Alice: Por causa do meu caso, porque como eu tô num homicídio... Porque assim, lá dentro tem uma regra, a maioria é tráfico ou roubo... a grande maioria é tráfico na verdade. Mas tipo assim, homicídio são casos isolados, são poucas pessoas. Tanto que na unidade inteira tinham três pessoas... e uma das três era eu. E aí, tipo assim, eu não era muito aberta com as meninas, depois deu a familiarizada, até porque a gente tinha uma diferença de vida, né? E por isso eu era considerada muito fria. E também pela... assim, com as técnicas eu nunca fui muito afetuosa... na verdade eu nunca fui muito afetuosa com as pessoas (risos), então, tipo assim... E como você vai ser afetuosa naquele lugar? Sua vida tá na mão dessas pessoas e essas pessoas estão tipo cagando para você, querida. E aí... as meninas não, acho que por conta que muitas delas tiveram uma vida muito difícil, não tem mãe ou a mãe tem uma diversidade de problemas, elas são muito carentes. E acaba que são também bem ingênuas e aí as técnicas já me apontavam como fria para as meninas, porque eu não era afetuosa com as técnicas... eu era com as meninas, mas demorava um tempo.

Polliana: Mas você acha que relacionavam essa sua personalidade com a sua infração?

Alice: Com certeza. Foi o meu caso que trouxe isso... Talvez se eu não estivesse nesse caso, eu seria a menina que é “na dela”. Mas não, como eu estou nesse caso aí me colocavam como a menina fria e calculista, né?” (Entrevista 2, Alice, 2019).

A imagem de frieza, psicopatia, perversidade era presente na internação de Anna e Alice. O fato delas escolherem não falar sobre sua infração com as técnicas e terem um comportamento menos afetuoso as afastava de uma normalidade. Durante seu período de internação no Rio de Janeiro, Anna passou por 3 psicólogos e relata

“Anna: Até hoje eu não gosto de psicólogo. Os psicólogos trabalham lá pra fazer relatório, é isso que eles fazem. Não é pra saúde mental de ninguém. Tanto que no Rio eu tive 3. Lá eles levam em consideração o ato infracional, as meninas que tinham o ato infracional mais pesado, mais perigoso, tinham mais psicólogos. Eu tinha 3. Tinha uma que se dizia que era criminal, que eu não sei o que quer dizer criminal. Tinha uma que era para pessoas com muitos traumas. Tinha outra lá que eu nem lembro o nome dela. E tinha a Assistente Social, que era a que eu mais gostava de falar. Mas eles... como chegaram muito com essa pegada policialesca, né, e a mulher chegou querendo que eu descrevesse como tudo aconteceu. Aí eu: não, eu não quero falar sobre isso. Aí ela: Ah, mas você vai ter que falar. Ai eu: Não, não vou, lê meu relatório. Aí ela: Não, eu quero ouvir de você. Aí eu falei: Mas você não vai ouvir. Aí eu fiquei calada a sessão inteira. Aí dessa sessão ela fez um relatório falando que eu era uma psicopata, que eu não tinha sentimento

nenhum, não sei o que, que não demonstrava nenhum arrependimento e que era isso a minha vida. Eu odeio ela... O outro era um homem... eu já tenho dificuldades de falar com homens, não gosto, e ele... sei lá, eu via que era meio forçado pra ele, eu não gostava. Aí passava a sessão toda e eu não falava nada. Dava uns 20min eu falava: vou sair, tá? Aí eu ia embora.... não gostava muito dele não” (Entrevista 2, Anna, 2020).

A prática infracional para Alice e para Anna é também um trauma. No momento dessa pesquisa elas não estavam prontas e nem dispostas a lidar com a imagem que seria formulada sobre elas, seja neste trabalho, seja na nossa interação. Quando perguntei para Alice se ela gostaria que houvesse um acompanhamento psicológico na unidade para meninas que estavam internada por homicídios, ela respondeu

“Alice: Com certeza. Porque é uma situação bem séria. Eram poucas as meninas que estavam no homicídio e é uma coisa que você vai levar pro resto da vida. Porque assim, vender droga é tipo uma aventura, dependendo da pessoa que olhe pro esse lado, mas poxa... matar uma pessoa é muito sério e é algo que você vai ter que conviver pro resto da vida e que talvez você tenha que contar para os seus filhos. É muito sério” (Entrevista 3, Alice, 2020)

Apesar da presença de psicólogos/as na equipe multidisciplinar de acompanhamento dos/as adolescentes, o fato desses profissionais serem também responsáveis pela elaboração de relatórios avaliativos para a determinação do tempo da medida é uma barreira para a confiança das jovens. Ver no psicólogo uma imagem de avaliação e não de tratamento afasta das jovens a possibilidade de falar sobre essa vivência.

A escolha por não narrar foi, nesta pesquisa, também uma forma de preservação, de desvinculação da imagem negativa que foi construída sobre as jovens durante toda a internação pelos/as servidores, pelas outras internas e também pelas pessoas com quem elas conviviam anteriormente. A marca do estigma que a infração impõe às histórias de Anna e a Alice fez com que elas passassem a manipular parte de sua identidade e tornando-as mais opacas, menos capturáveis.

Alice, por exemplo, conta que não fala sobre a infração e a internação com praticamente ninguém, que prefere tentar se curar sozinha

“Eu me arrependo profundamente do que fiz e hoje tento entender tudo o que houve sempre me acolhendo, é difícil lidar com os julgamentos, é difícil lidar com tudo que houve, com as más interpretações, com os olhares das pessoas. Eu acredito que superei, mas eu não falo sobre meu processo com quase ninguém, não quero

revivê-lo, não quero olhadas estranhas, questionamentos, nem mesmo tentar ser clara para me fazer entendida, eu deixo ir...” (Carta 2, Alice, 2019).

Ao perguntar à Alice sobre como foi voltar ao convívio de antigos amigos, após a saída da unidade, ela respondeu que havia uma amiga com quem ela sempre teve contato e era uma das poucas pessoas que sabiam sobre a infração, mas toda vez que a encontrava, ela perguntava: “Você se arrepende?”. A imagem de homicida estremece o modelo feminino no qual as mulheres são construídas para serem vítimas, esposas e donas-de-casa. É um colapso nas instituições e no imaginário social. A marca do estigma precisa ser manipulado por Alice e quando não o é, o outro, no caso a amiga, também precisa de certa manipulação para manter a normalidade e a interação social. (GOFFMAN, 2008). A amiga busca através do arrendimento uma forma de aceitar parte da identidade de Alice.

Alice conta que poucos souberam de sua internação e, muito menos, de sua infração, ela prefere não contar

“Polliana: Você não conta por que você não quer esse olhar pra você?

Alice: Também, mas também porque eu não sei como vai ser para a pessoa, porque a pessoa pode ficar assustada, ou ela pode ficar diferente, né? É uma situação meio pesada. Eu me coloco no lugar nas pessoas e eu ficaria assustada hoje, se acontecesse hoje de eu tá alguém e a pessoa falar “não, já fui presa e tal, já matei alguém”. Você fica assim, não é? É natural! Eu não penso “nossa, que pessoa horrível”, porque é natural. A gente fica “tá, mas até onde eu posso ir com essa pessoa?”, né?” (Entrevista 3, Alice, 2020)

Ágatha, por outro lado, trouxe diversas falas sobre suas infrações. Ágatha caiu uma vez por roubo e diversas vezes por tráfico, chegando a ficar em internação provisória duas vezes e, por fim, medida de internação por 1 ano e 11 meses. Segundo ela

“Os anos foram passando e minha mãe se separou dele somente quando eu tinha 15 anos mas nessa época eu já tinha me envolvido com tudo de ruim, com péssimas pessoas, com drogas, com roubo e só fui entrando cada vez mais no mundo do crime. Mas eu gostava pois conseguia o que eu sempre almejei pude comprar minhas coisas e sair para onde eu queria e eu vendia drogas e ajudava dentro de casa e era totalmente independente, aquele era o meu mundo e eu poderia ter entrado bem mais cedo se tivesse aparecido a oportunidade antes. Eu era muito inconsequente não tinha medo de nada fui presa várias vezes até ser sentenciada. Quando eu fui sentenciada eu tinha 17 anos e estava na oitava série, eu já tinha parado de estudar várias vezes mas sempre retornava pois apesar de tudo eu queria terminar meus estudos e ter um trabalho, o problema era só que ninguém me dava trabalho e tem coisas que não tem como esperar, apesar que eu sempre senti um instinto dentro de mim que me dizia que a vida não era só aquilo mas cada coisa

no seu tempo e eu ainda não tinha mentalidade para pensar em faculdade e nessas coisas pois minha realidade era bem difícil e isso eu via como um sonho distante ainda” (Carta 1, Ágatha, 2019).

Para Ágatha, ela entrou no tráfico tarde. Diversas vezes repetiu que se tivesse oportunidade, havia a entrado antes. Em sua compreensão, foi um misto de busca por independência financeira e por poder e status, por ser vista como a “maloqueira”:

“Ágatha: Eu sempre quis, desde quando eu lembro, eu via no Orkut... na época era Orkut... aí eu via as fotos do pessoal que era envolvido, aí tinha uma menina lá que eu acho que ela era muito envolvida e tal e eu achava ela muito massa. E eu via as fotos e meio que me espelhava, sabe? Eu tipo queria, só que eu não sabia como eu entrava, eu não sabia... na verdade eu queria um emprego, primeiramente, e eu nem sabia por onde arrumar, era como se fosse um sonho muito distante. Verdadeiramente eu queria só um emprego, eu queria ter minhas coisas, eu sempre fui uma pessoa que queria muitas coisas, muito apegada... não é nem apegada, acho que ia pelo menos suprir um pouco da minha necessidade. Mas aí eu não conseguia nada. Mas aí eu comecei a me envolver nessas coisas mais quando eu tinha uns 15. Eu tinha acabado de fazer 15 anos quando eu comecei a vender. E eu não comecei antes porque não teve nenhuma oportunidade e eu não fiz mais nada assim porque as pessoas... tipo, não tinha ninguém, se chegasse alguém e mim e falasse “vamos roubar alguém ali, eu tenho um revólver aqui” eu ia falar “bora, na hora”.

Polliana: Por quê?

Ágatha: Porque eu queria dinheiro. Só faltava alguém que tivesse um revólver pra me emprestar, pra eu roubar o pessoal, porque eu queria dinheiro. Ah, eu tinha a mente ainda muito fechada. Eu estava disposta a qualquer coisa, porque eu não tinha medo de nada. Então qualquer coisa pra mim tava valendo. Mas não surgiu nada pra esse lado. Mas onde eu comecei a vender foi assim: tinha uma casa lá que eu ia direto, de umas amigas minhas, e lá era muito liberal. A mãe dela não ficava lá vários dias, elas eram todas de menor e a gente ficava lá. Aí ela tinha os namorados delas, que eram os meninos lá da quadra, que eram os maloqueiros e tal. Aí tava todo mundo nesse meio. Só que eu já tava querendo, só que eu não sabia como começar. Aí teve um dia que um cara lá passou, ele tava com uma trouxa de droga, de pedra, de craque, e passou pra um pivete lá e falou bem assim: “guarda aí pra mim e tal”. Aí ele pegou e guardou, aí depois ele foi buscar e falou “ah, vende isso aí pra mim”, aí ele pegou e falou “não, pó, eu não quero vender isso não, porque eu já tenho muito dos outros caras aqui, já tenho muita coisa, não quero não”. Aí eu só olhei assim e falei “uai, me dá aí que eu vendo” (risos). Aí ele pegou e falou “Tem certeza? Não, eu não vou fazer isso não, não vou colocar isso na sua mão”, aí eu disse: “Não, eu tenho certeza que eu quero”, aí ele disse “não, eu não vou fazer isso, porque isso é muito fácil de entrar e muito difícil de sair” e tal, aí eu falei “Eu não quero saber, eu quero vender, me dá aí”, aí ele falou “então tá, mas se você for sair pra algum lugar, fazer alguma coisa, você deixa comigo”. Aí nesse primeiro dia eu já peguei e já consegui vender tudo, porque lá era muito bom um ponto. Aí eu vendi muito rápido, aí eu comecei a pegar com ele” (Entrevista 1, Ágatha, 2019).

Inconsequência, consumo, reconhecimento. O mundo do crime era presente no círculo social de Ágatha, no qual ela viu uma oportunidade mais próxima de conseguir dinheiro e se espelhava na imagem do poder. Ágatha conheceu o “cara” que ela cita quando tinha 14 anos e ele tinha 19 e, na época, tiveram um relacionamento amoroso que não deu certo. Ele já havia sido preso por tráfico e estava de “saidão”. Depois que Ágatha começou a vender, eles se reaproximaram:

“Ágatha: Aí a gente ficou vários meses sem se falar e depois a gente voltou a se falar nesse momento aí. No momento que ele me passou. Até então a gente não se falava, porque tinha aquele ranço assim, sabe. Mas aí quando eu comecei a vender ele demonstrou ser outra pessoa, tipo me defendia dos caras, porque eles queriam me atravessar às vezes quando eu estava vendendo, eles achavam ruim, porque todo mundo queria vir em mim e eu vendia... eu tava vendendo mais que eles e eles achavam ruim e ele super me defendia. Aí eu fiquei nisso. Aí depois começou a rolar o maior clima de novo e aí a gente começou a namorar e dessa vez foi de verdade, aí a gente começou a namorar. Aí eu quase não vendia quando a gente começou a namorar, porque a gente ficava muito junto, aí eu quase não ficava na rua, só que aí a gente ficávamos os dois juntos vendendo dentro da casa dele. Ele que botava as coisas na mão dos caras e tal, ele era como se fosse o cabeça lá. Então eu diminuí um pouco, mas eu continuava fazendo. Aí depois a gente namorou uns 3 meses e aí ficou nessa, aí ele foi preso. Ele foi preso numa tentativa de homicídio, tentou matar o cara lá e ficou preso. Eu tinha 15 anos e eu gostava dele, ele era mó bom comigo, sabe? Aí eu não quis largar ele, aí eu comecei a esperar ele, sabe? E foi isso, eu fiquei esperando ele e a gente tá junto até hoje (risos)” (Entrevista 1, Ágatha, 2019).

Apesar de ter sido esse o caminho de Ágatha para o tráfico, ela não interpreta que foi levada pela figura masculina, mas sim que foi uma oportunidade que apareceu e ela aproveitou. Quando a relação dos dois se intensificou, ela foi retirada do meio público e passou a exercer um papel secundário, porque ele era “o cabeça” e ela sua companheira.

Partindo dos relatos de Ágatha, as mulheres do mundo do tráfico precisam ter alguém ao seu lado para não ser “atravessada”, seja ele um homem ou outras mulheres.

“Polliana: Eles não te diminuía?”

Ágatha: Os caras?”

Polliana: Sim.

Ágatha: Não, não.... sim, um pouco. Na verdade fazia, a maioria dos caras queria atravessar¹⁶. Tipo, depois que ele foi preso, eu juntei muito com duas outras meninas, então nós três formamos uma equipe, aí ficava nós três sempre, sempre, sempre. E uma delas já tinha 20 anos, então ela já tinha uma mente bem mais avançada, então tipo, essas coisas ela resolvia tudo. Ela falava com os caras, ela

¹⁶ Atravessar: querer atrapalhar a venda das drogas.

não deixava ninguém querer oprimir a gente, entendeu? Claro que eu também falava e tudo, mas ela que chegava, era bem mais aberta. Mas mesmo assim a gente sofreu várias coisas dos meninos. Principalmente porque tinha um cara lá que queria comandar, sabe? E se dizia ser amigo do meu namorado, só que ele foi o primeiro a querer atravessar e ele ficava botando os caras contra a gente, ficava falando que a gente era cabrita¹⁷, que a gente colava com os capa¹⁸, ficava falando um monte de coisa assim, sabe? Então era... eu vendia, mas era muito conturbado, a gente tinha treta com os caras da própria quebrada porque eles eram muito recalcados. E era só por causa de um que colocava na mente de todos, e eles eram tudo robozinho dele... eu lembro que a gente já brigou muito, a gente já discutiu muito, tinha hora que era bem tenso também, tinha hora que era bem tenso” (Entrevista 1, Ágatha, 2019).

Corroborando com essa narrativa, apresento um relato de Anna sobre como é a dinâmica da vivência da sua mãe dentro do tráfico:

“Polliana: Dentro da dinâmica. Sua mãe, uma mulher dentro do tráfico, você acha que tinha uma diferença?

Anna: Total

Polliana: Como?

Anna: Os caras não respeitam mulher dentro do tráfico, né? Ter respeito para a mulher dentro do tráfico tem que ter um homem atrás, para os caras respeitar. E minha mãe tem esse problema até hoje, dos caras desacreditarem dela porque é mulher e não querer respeitar porque é mulher. E não ter essa moral que os homens tem e constantemente ela ter que ter meio que um guarda costas. Tipo um noiado, ou um namorado, ou um cara que também trafique junto com ela, meio que para fazer essa segurança. Dentro do tráfico a mulher também ainda é muito desigual. Apesar de ela ter sua própria droga.

[...]

Polliana: As casinhas que você disse que armavam para sua mãe, você acha que tem relação com isso?

Anna: Algumas casinhas era porque tinha cara que queria ficar com ela e ela não queria, dentro do tráfico, porque traficante acha que se quer ele vai ter que ter. Mas com ela não é assim. Ela não queria e começavam a armar essas casinhas. Outra era quando outras mulheres dentro do tráfico ficavam incomodadas e queria arrumar treta. Ou então era por causa do tráfico mesmo. Tinham vários motivos. Uns era por era ser mulher e outros pela droga mesmo” (Entrevista 1, Anna, 2019).

Ágatha também pontua que para estar no tráfico, era necessário não estar sozinha. Após o companheiro ser novamente preso por tentativa de homicídio, ela passou a cuidar do ponto dele com mais duas amigas. Foi esse o momento que ela conseguiu se estabelecer:

¹⁷ Cabrita: ser cabrita é andar com os rivais, os traficantes inimigos.

¹⁸ Capa: os traficantes rivais.

“Ágatha: Então, aí depois que ele foi preso eu comecei... continuei fazendo, sabe? Comecei a vender, meio que o dele passou pra mim. Como se fosse mais ou menos isso, porque lá não era qualquer pessoa que podia chegar, eu só podia porque eu tava pra ele e tal, então era tipo isso. Aí eu continuei no lugar dele. Aí eu comecei a vender muito, sabe? Até comecei a ganhar dinheiro mesmo, porque começou a dar super certo. Aí eu ia na Ceilândia, pegava, vendia, aí fiquei nessa. Só que eu era muito insequente, sabe? Eu não pensava nas consequências. Eu ficava vendendo na cara dura, na praça, todo mundo vendo e foi por isso que eu rodei várias vezes e fiquei sentenciada, porque eu tava meio nem aí. Tipo isso.

[...]

Polliana: Legal. Uma questão que fiquei pensando. Essa época que você vendia, você acha que essa alma amaloqueirada também tinha relação com poder?

Ágatha: Sim, por isso também. Eu gostava meio de ostentar, essa sensação de sentir que você pode. Tipo, eu comecei a vender, né? Eu tinha 15 anos. Eu gostava de ficar lá na esquina e vendendo e povo vendo que eu tava vendendo. Era um pouco de ostentar, eu gostava de ver que eu não precisava pedir pra ninguém, que eu não precisava de ninguém, porque o que eu queria eu ia comprar com o meu dinheiro que eu conseguia. Então tinha muito isso também” (Entrevista 1, Ágatha, 2019).

Mais do que uma insequência, o tráfico “na cara dura” era também uma forma de reconhecimento para Ágatha. Ser vista como maloqueira lhe dava autoridade, a possibilidade de ser vista e até invejada. Ser maloqueira, para Ágatha, era ser agente de sua própria identidade, era escolher quem ela queria ser

“Ágatha: Ah, eu via as outras meninas e onde eu morava ou as meninas eram piranhas ou era maloqueira. Aí eu preferi ser maloqueira. Aí eu queria muito ser maloqueira, então... eu achava massa, eu gostava do estilo e sei lá... até no modo de vestir, eu gostava de colar de prata, de tênis, de Mizuno, tipo assim, queria me vestir bem amaloqueirada” (Entrevista 2, Ágatha, 2020).

O papel de maloqueira rompe com os papéis femininos presentes na vida de Ágatha. Entre ser submissa e sofrer como sua mãe, ser piranha e não ser respeitada, ou ser maloqueira e ser reconhecida, Ágatha preferiu fazer sua escolha.

A narrativa de Ágatha pode ser analisada em diálogo com as narrativas das mulheres entrevistadas por Carneiro (2015). A complexidade das correlações estabelecidas por essas mulheres e o caminho até o envolvimento no tráfico vão além de um paradigma de assujeitamento, no qual as mulheres representam apenas um reflexo de suas relações de subalternidade às estruturas que as cercam ou aos homens com quem se relacionam. Os tipos de análise que focam apenas nas estruturas dessas mulheres são importantes, mas olhar apenas por essa lente impossibilita a análise das formas com que as mulheres agenciam suas práticas infracionais.

Ágatha esteve em dois cargos dentro do tráfico de drogas, primeiro como “vapor”, que é quem realiza o pequeno tráfico e vende diretamente para os consumidores, vendendo em pequenas quantidades. Após a prisão de seu companheiro, Ágatha e as amigas assumiram a boca. Ser “dona da boca” é um cargo de risco, porque é um dos cargos mais competitivos do tráfico, não é sem motivos que sempre queriam atravessá-las. A probabilidade de mulheres alcançarem o cargo de donas da boca é muito pequena e a manutenção do cargo é mais difícil ainda. (CARNEIRO, 2015).

A inserção de Ágatha no tráfico foi através da relação com seu companheiro, mas esse foi apenas o meio que ela encontrou para entrar no mundo do crime, algo que já desejava muito antes. Sua decisão foi pelo desejo, poder, reconhecimento, consumo e as oportunidades que o tráfico poderia lhe trazer, como uma opção mais próxima do que um emprego legal.

Através do dito e do não-dito foi possível analisar a narrativa dessas jovens mulheres sobre suas vivências no período anterior à internação, destacando principalmente elementos comuns que perpassaram as 3 narrativas. A intenção aqui não foi homogeneizar suas vivências, mas compreender como cada categoria ora tratada se destacou em suas narrativas, apesar de configurar contextos diferentes.

A família como elemento significativo da emergência das jovens como sujeitos, apareceu como fator central na narrativa das jovens sobre suas próprias histórias. Ágatha, com uma vivência de privações e ausências, tanto materiais como da ordem afetiva. Anna com sua relação de forte vínculo com a família, mas exposta a privações econômicas e ao envolvimento da mãe com o tráfico. Alice, que relata um maior apoio familiar, teve e ainda tem que lidar de forma solitária com seus próprios traumas e abusos. As situações relatadas nos levam a questionar sobre a influência dessas estruturas familiares na construção identitária. (MINUCHIM apud PENSO et al, 2012).

Um dos objetivos deste capítulo foi compreender essas estruturas como condições de existência e não como uma causa da criminalidade e uma justificativa para a internação. Há outros elementos mais complexos que perpassam o envolvimento das jovens com infrações, não apenas privações econômicas e afetivas, mas um emaranhado de relações e situações que possibilitam a busca pelo reconhecimento social e emocional através do crime e da violência.

Importante explicitar que nenhuma das jovens entrevistadas sabia as consequências que suas práticas infracionais lhes acarretariam e aos outros envolvidos direta ou indiretamente nas situações. O discurso delas que não lhes aconteceria nada da magnitude da internação foi unânime. Pensavam que, por serem inimputáveis em decorrência da idade, não responderiam

perante a justiça por suas infrações. Friso aqui a necessidade de se compreender como a especulação da não responsabilização penal por parte dos/as jovens e o desconhecimento popular das práticas do sistema socioeducativo que, conforme mostrarei no próximo capítulo, é também punitivo.

4 ADESTRAR E DOCILIZAR NA FEITURA DA MULHER

“Lá todos os internos usam branco e chinelos, todos nós somos um número em alguma pasta”

(Carta 2, Anna)

Este capítulo discute a internação socioeducativa como um marco na trajetória das jovens e parte de suas perspectivas sobre a medida socioeducativa e a unidade de internação, evidenciando o aspecto institucional total punitivo que incidiu na identidade das jovens. Desse modo, o capítulo trata de como elas lidam e elaboram a internação a partir da vida atual, visto que as jovens ainda convivem com consequências e ressignificações dessas vivências.

4.1 A Medida de Internação de Meninas no Distrito Federal

Em 2014 investiguei quais eram os discursos de servidoras do CAJE, da UNIRE e da UISM sobre meninas cumprindo medida de internação socioeducativa. A maioria das servidoras entrevistadas, entre agentes socioeducativos se especialistas psicopedagógicos, tinha discursos relacionados à insubordinação das jovens.

Os atos de transgressão de autoridade levavam as meninas a serem rotuladas como mais difíceis, porque, na visão das servidoras, elas discutiam mais, reclamavam mais, aceitavam menos as ordens das agentes, sendo menos “domáveis” que os garotos. Sob outra perspectiva, as entrevistadas traziam que as jovens dificilmente aceitavam a forma truculenta que as agentes as tratavam, sendo o comportamento das meninas justificado por uma natureza feminina com sentimentos mais aflorados e confusões morais que necessitam de cuidado, o que fazia do trato com elas mais complexo.

O primeiro discurso tendia a colocar a culpa na personalidade das meninas, como meninas criminosas, e o segundo em uma natureza feminina e um defeito moral. De toda forma, todos consideravam que trabalhar com meninas no sistema socioeducativo é mais difícil, dava mais trabalho e era menos desejado que trabalhar com os jovens meninos. (MACHADO, 2014).

Procurei na pesquisa aqui desenvolvida, compreender como esses discursos eram percebidos pelas jovens quando estiveram na unidade

“Polliana: Quando eu fiz a pesquisa na unidade, tinha um discurso que as meninas eram piores que os meninos...”

Anna: Ah, é. A gente tem essa fama mesmo.

Polliana: Por que?

Anna: Porque a gente não ouve calada. Os meninos são muito “sim, senhor. Não, senhor”. Tanto é que a gente saiu do CIAGO¹⁹ e todos os agentes falavam que a gente era o pior módulo, que a gente era horrível de trabalhar, ninguém gostava da gente. Tinha uma que até falava que se pudesse explodia o módulo. Na nossa cara mesmo, falava “se eu pudesse, explodia esse módulo”. Porque os meninos são muito mais subordinados. A gente já responde, se falam A, fala B, tem muito mais caso de desacato do que os meninos.

Polliana: E isso vai muito mais para o relatório?

Anna: Muito mais! As meninas respondem muito mais os agentes do que os meninos. Muito mais. De forma cabulosa. Menina não tem muito medo dos agentes. Porque eles são mais de boa, né? (Entrevista 1, Anna, 2019).”

Tanto Alice quanto Anna falam sobre as formas truculentas que os meninos são tratados

“Anna: Lembro que do combogó²⁰ dava para ver o PDE, que é o pavilhão disciplinar do módulo. Aí a gente via os meninos apanhando, né. Só que as meninas gritavam: “vocês estão batendo nos meninos, tão doido?”. Aí os agentes não gostavam. Era uma denúncia ali, sabe? Aí a gente gritava, né? Até que eles pegaram e levaram a gente lá pra baixo e a gente não voltou mais. [falando sobre a transferência do módulo das meninas na UISM].

Polliana: Você acha que tinha um controle mais forte com as meninas?

Anna: Acho que eles não gostam porque a gente é mais respondona, né? As meninas tem muito mais dificuldade com regras do que os meninos. Eu já acho um ponto positivo de ser mulher e não baixar a cabeça pra ninguém. Mas assim, os agentes não gostam. Mas eu acho que eles têm mais controle com os homens, porque quando acontece uma coisa mais grave é os meninos. Tentativa de fuga, homicídio, tentativa de homicídio, os meninos que fazem. As nossas ocorrências são essas coisinhas, sabe? Raramente acontece uma fuga.

Polliana: Mas é isso que é mais frequente, né?

Anna: É. São essas coisinhas que vão pro relatório, mas é bem mais de boa. Desacato. Responde as agentes. Xinga as agentes. Sei lá. A gente questionava muito as regras também. Entrava nos quartos e saia bagunçando tudo, levando tudo que era da gente. Queria colocar nas costas da gente coisa que não era necessariamente proibido, né? Tipo, sei lá, chegava lá e falava que tava sentindo cheiro de maconha, mas cadê a maconha? Aí queriam enfiar isso no relatório e aí a menina respondia mesmo” (Entrevista 2, Anna, 2020)

Alice comenta reforçando essa diferença. O tipo de controle é diferente com as jovens, está mais voltado para um controle e domesticação, apesar de também relatarem agressões físicas por parte das agentes, mas com menor incidência:

¹⁹ Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras (CIAGO) é antiga denominação dada à Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE). O nome mudou em 2011, quando a organização e gestão das instituições de medida socioeducativa do DF passou a ser do Governo Distrital. Anteriormente, o Centro era gerido por convênios e contratos estabelecidos por entidades não governamentais.

²⁰ Janelas de concreto vazadas, nas quais as jovens conseguem ver a parte externa do módulo.

“Alice: Sim. E eu acredito que é por isso que eles vão se tornando mais e mais agressivos.

Polliana: E não tem reflexão sobre isso.

Alice: Não, tem reforço. Tem agente batendo neles o tempo todo, porque os meninos apanham muito mais do que as meninas, muito mais. O menino levanta a cabeça na fila, já leva um tapão, tipo, qual a necessidade de bater no garoto por causa disso? E aí é bem diferente o tratamento.

Polliana: Mas você acha que com os meninos eles são mais agressivos do que com as meninas?

Alice: Acho que com as meninas eles são mais ofensivos. Eles rebatem as meninas o tempo inteiro.

Polliana: É mais psicológico?

Alice: É, exatamente. Com os meninos é bem físico, bem agressivo, é bem na base da gritaria, dos tapas, é bem mais assim” (Entrevista 1, Alice, 2019).

A equipe dirigente da unidade considera que a intransigência dos meninos geralmente é mais agressiva, mas é menos frequente. Quando os meninos se revoltam nas unidades, geralmente são ações com grande risco, como fugas em massa, armas, tentativa de homicídio, tráfico de drogas, entre outros. Já as jovens, apesar de já terem relatado tentativa de fuga e rebeliões, essas são controláveis e no cotidiano são conflitos mais simples, mesmo sendo recorrentes. (MACHADO, op. cit.).

O rumor de que as meninas são mais cruéis no crime e mais insubordinadas nas cadeias também foi analisada por Débora Diniz. A autora compreendeu esse como uma possível consequência da crescente feminização do sistema, uma vez que a população de meninas nas unidades de internação tem crescido proporcionalmente mais que a masculina. (DINIZ, 2017).

Minha interpretação não nega a importância da feminização do sistema, mas destaco outra característica da institucionalização de jovens no sistema socioeducativo. A perspectiva de que as meninas são piores do que os meninos tem um fator moral que perpassa os discursos das servidoras. A internação feminina pretende formar uma jovem que “se dê ao respeito” e promover uma ressocialização que reproduz a hierarquização social de gênero e que as mantenha em um lugar de submissão. O comportamento combativo e questionador, mesmo que não seja necessariamente violento, é percebido como um problema, porque viola não só as regras da unidade, mas também porque desestabiliza o padrão estereotipado do comportamento feminino que a instituição está querendo reproduzir. (MACHADO, op. cit., p. 49).

Por serem adolescentes, o tratamento recebido nas unidades não é só uma ressocialização, é também uma fase do ciclo socializador. O atendimento dado às adolescentes dentro da internação faz parte da formação dos seus processos físicos e cognitivos de valores e afetos. Pelo ECA, aos doze anos, uma adolescente já pode cumprir medida socioeducativa, ou

seja, “o corpo que se transforma entre a infância e a adolescência já recebe punição. Prender o corpo, mesmo quando ele ainda é miúdo, é a resposta máxima ao descumprimento da lei”. (VILARINS, 2016).

A socialização da instituição é feita através da punição, com a qual as jovens são controladas, sendo silenciadas a todo o tempo, mesmo quando estão indagando sobre seus direitos ou questionando decisões arbitrárias das agentes. Além disso, esse caráter punitivo se dá também através da escassez de oferta de oficinas profissionalizantes, ou quando as servidoras justificam a separação da ala masculina da feminina puramente porque as meninas não estão prontas para conviver com os meninos, o que em geral causa conflito. (MACHADO, op. cit.).

A perspectiva punitiva é mais incisiva em questões morais sobre o comportamento feminino do que sobre a infração e seus motivadores. Na interpretação das servidoras da unidade, mesmo que exista a compreensão que os desvios das jovens possuem um caráter social complexo, o discurso apreendido interpreta ser mais eficaz limitá-las a um padrão feminino, pois mantêm um imaginário que a feminilidade não é capaz de desviar, delinquir, questionar.

Essa forma que a instituição trata as adolescentes vai além de decisões individuais das servidoras. A unidade, como instituição total, revela relações de poder, punições e narrativas que são estruturadas para reproduzir hierarquias sociais e manter o indivíduo seguindo os padrões hegemônicos. O discurso apreendido é consequência de uma estrutura social e da forma com que a instituição total deve agir sobre os corpos, domando-os e adestrando-os, para que ele siga a normalidade. A unidade de internação, como um braço de controle do Estado, também funciona como um “aparelho patriarcal”. (COSTA apud *ibid.*).

A punição das jovens se dá por diversas faces. Pune-se por serem criminosas, mas principalmente por serem mulheres, negras e pobres. Essa punição não parte um problema isolado nas agentes ou nas servidoras, mas do próprio imaginário social sobre o feminino, que não consegue conceber a condição de adolescente menina criminosa, provocando às internas sempre mais sofrimento.

O duplo desvio é a noção de que a mulher é punida e estigmatizada tanto pela sua transgressão criminal quanto pela transgressão aos papéis de gênero convencionais. As mulheres são consideradas mais perversas ou mesmo piores que os homens, uma vez que elas também desestabilizam o padrão mulher do patriarcado. Sendo assim, a punição à mulher é principalmente uma punição moral, o que já começa com relação às adolescentes infratoras.

A medida socioeducativa de internação tem um poder normativo que pune, ela prende as meninas para normalizá-las, incide sobre seus corpos, mentes e afetos em um momento ainda

de formação. Ao contrário da punição de mulheres adultas, que em certa medida já são encaradas como desenvolvidas, a normalização das adolescentes dá-se a partir de um aspecto de constituição, mas que incide sobre seus corpos com violência.

A mulher criminosa é um fenômeno irracional para a heterodeterminação, o que levou várias teorias a interpretar que as mulheres são incapazes de escolher o crime ou a violência. Então suas ações são interpretadas como resultado da coação de uma figura masculina ou ela é lida como uma mulher-macho. (MATOS, 2008).

A criminologia feminista propôs desconstruir esses discursos “através da exploração de fatores de ordem social, como a marginalização social e econômica das mulheres, o poder patriarcal ou os dispositivos informais de controle do comportamento feminino”. (ibid., p. 109). Buscam a ideia de que a mulher escolhe a via do crime, entre outras opções que lhe parecem menos favoráveis, fazendo, sim, uma escolha possível.

Essa perspectiva pode, também, ser trazida para se refletir sobre as adolescentes, embora a questão da escolha racional nessa faixa etária deva ser relativizada por se tratar de jovens ainda em processo de socialização e amadurecimentos de suas faculdades cognitivas, afetivas e de senso ético. Entretanto, da mesma forma, a perspectiva da jovem sobre a infração possibilita compreender quais os caminhos trilhados e a interpretação dada à suas ações.

As perspectivas feministas dentro da criminologia têm a preocupação não só em criticar a forma com que a criminalidade feminina tem sido teorizada, mas também como as implicações que essas concepções tem tido na forma de punição e tratamento das mulheres pela justiça criminal e pelo sistema socioeducativo, buscando criticar também discursos estereotipados de feminilidade e transgressão. (MACHADO, op. cit., p. 30).

4.2 Unidade de internação do DF como Punição e Disciplinamento

Tem-se vivido nos últimos anos uma escalada do discurso punitivo no Brasil. As políticas restaurativas, no âmbito da segurança pública, passam aos poucos a ser abandonadas em prol do punitivismo, mais voltado para a imobilização e neutralização dos criminosos do que para sua correção em termos de responsabilização e recuperação.

Essa onda conservadora propagou-se na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos (ALVAREZ, 2007) e nos últimos quinze anos ganhou relevante força no Brasil, intensificando-se na polarização política das eleições de 2018. Um dos principais alvos desse debate é a suposta impunidade gerada pela inimizabilidade penal garantida na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelo ECA. (Lei nº 8.069/1990).

A forma com que esses discursos são construídos e endossados são a base da implementação de políticas para essa população, além de influenciar a aplicação das políticas existentes. A configuração prática da penalidade é objeto da sociologia justamente por refletir os objetivos da sociedade geral. Segundo Marcos César Alvarez

se as políticas criminais adquirem uma nova centralidade na contemporaneidade no que diz respeito às formas de governo dos indivíduos e das populações; se a luta ideológica volta a colocar a questão do controle do crime e da insegurança como um tema central em qualquer debate político; se as políticas criminais voltam a adquirir um papel significativo que aponta para muito além da questão puramente técnica do crime e da pena – geralmente restrita aos cálculos dos operadores do sistema de justiça criminal – e acabam colocando em questão o conjunto de valores da própria sociedade, é o próprio fenômeno da punição que recupera um estatuto epistemológico central para a compreensão da sociedade, estatuto esse já ressaltado no momento de emergência da própria reflexão sociológica clássica. (ALVAREZ, 2007, p. 99).

Para compreender os impactos que o discurso punitivista tem na internação socioeducativa de adolescentes, é relevante abranger três questões: o que é a punição e como ela se configura? quais as instituições nas quais essa punição é evidenciada? e quais as consequências que essa tem na formação do sujeito?

Em 2014, na escrita de minha monografia, constatei que várias modalidades de punição faziam parte cotidiano da socioeducação do DF, principalmente quando se tratava das meninas, com as quais a noção de pena vai além da determinada em sentença e evidencia um conjunto de fatores morais e patriarcais que atravessam a aplicação da medida de internação. (MACHADO, 2014).

A punição exercida nas unidades de internação socioeducativa, como instituições de controle social, são um reflexo do contexto social em que vivemos. Produzir uma análise prática daquilo que é feito dentro das instituições e as consequências para os sujeitos – internas, agentes e técnicos – é compreender como são produzidas subjetividades, modos de existência e universos sociais que constituem e refletem nossa sociedade.

Para dialogar sobre punição, utilizarei os conceitos de Michel Foucault (1999), especificamente a noção de punição na sociedade disciplinar. Segundo Benelli, a sociedade brasileira não é apenas uma sociedade disciplinar, ela contém traços de uma sociedade de soberania e também de sociedade de controle, mas cada técnica de punição é aplicada de diferentes formas em diferentes classes sociais ou no período histórico que está sendo tratado. (BENELLI, 2014). Sobre instituição, será utilizado o clássico conceito de Instituição Total de Erving Goffmann (1974), enfatizando principalmente seus processos de mortificação do eu.

Aqui exploro dois recursos de adestramento – sanção normalizadora e exame. (FOUCAULT, 1987) - que foram apresentados nas narrativas das jovens e são utilizados pelas unidades socioeducativas na para punição e disciplinamento dos corpos das adolescentes.

Os principais *exames* presentes na internação socioeducativa são o Plano Individual de Atendimento e os relatórios que são elaborados para a avaliação da juíza da Vara da Infância e da Juventude (VIJ). O Plano Individual de Atendimento (PIA) é uma “ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do socioeducando e na conquista de metas e compromissos pactuados com ele e com a família durante o cumprimento da medida socioeducativa. (BRASIL, 2006).

A elaboração do PIA se dá apenas quando decretada a internação. A equipe multidisciplinar – assistente social, pedagogo e psicólogo – utilizam um relatório avaliativo inicial, que é elaborado quando a/o adolescente ainda está em medida provisória e tem como objetivo relatar o histórico sociofamiliar da/do adolescente e é o documento que instrui o processo em tramitação na VIJ.

Assim como o PIA, os demais relatórios avaliativos passam a ser realizados com a/o adolescente já sentenciado. A cada seis meses, a equipe multidisciplinar manda para a VIJ informações sistematizadas sobre a situação da/o socioeducanda/o em cumprimento da medida, analisando-o os diversos contextos da instituição – Escola, Profissionalização, Esporte, Cultura, Lazer, Saúde, Segurança e Sociopsicopedagógico.

As narrativas das jovens destacavam os relatórios avaliativos como o principal meio de controle da equipe de segurança. Quando o relatório “desce ruim”, ou seja, chega nas mãos da juíza com ocorrências e expondo mau comportamento, a tendência é que as adolescentes passem mais tempo na medida de internação, geralmente mais seis meses. Na internação do DF, o relatório tem contribuições da equipe pedagógica, da equipe de segurança, das psicólogas e das assistentes sociais.

Anna conta um pouco sobre como a relação com todas as equipes da unidade eram perpassadas pela avaliação que iria para os relatórios

“Anna: Eles fazem um levantamento para o juiz se você está menos criminosa ou não. Era tudo uma forma de fazer relatório. As técnicas tem uma máscara. O relatório vai contar para o juiz como você está a partir de categorias, tem categorias estabelecidas sobre o que você deve falar para o juiz e a categoria é se ela está melhor ou não, e qual é o parâmetro disso, né? Se você está menos bandida ou não. Isso é meio policialesco. Então a gente nunca se sentiu muito confortável com as técnicas porque elas entram no papel do sistema disso. Nunca me ajudou e

nunca foi bom pra mim. [Uma servidora]²¹aqui da UISM até quebrou o sigilo profissional e contou pro pessoal da [nome faculdade onde ela estuda]²²que a gente era ex-interna. Teve essa coisa também. Elas sempre estiveram nesse papel de ser um ouvido do juiz e escrever o que importa para ele e não para nós” (Entrevista 2, Anna, 2020).

Tanto as psicólogas quanto as assistentes sociais realizam seus atendimentos com o mesmo objetivo, segundo as entrevistadas: avaliação para elaboração de relatório. O saber específico dessas profissionais seria utilizado não como um possível tratamento ou acompanhamento, mas como uma análise da evolução do quanto aquela jovem estaria mais ou menos “bandida”, evidenciando assim a utilização de saberes e suas autoridades para o disciplinamento das jovens. A docilidade de seus corpos e comportamentos ditavam se sua saída seria mais cedo ou mais tarde.

Sendo assim, além de um instrumento de exame, os relatórios também seriam os principais instrumentos de punição e de ameaça destinados à normalização disciplinar. Além de um relatório que “desce ruim” e adia a liberação da jovem, era utilizada pela equipe de segurança outras ações para manter o controle, de acordo com as entrevistadas. Além das ameaças de um relatório ruim, as principais *sanções normalizadoras* eram as medidas disciplinares, agressões físicas e psicológicas.

Sobre as medidas disciplinares, Anna explica

“Polliana: E punições? Como funcionava? Vocês sabiam as regras?

Anna: As regras são passadas quando você entra na unidade. Eles passam quais são as regras e quais são as punições. Geralmente a punição de quando você faz uma coisa é você não pode sair para nada. Pega tantos dias de medida. É medida que chama. Depende da unidade. Pode variar de grave, para média e para leve. Se for muito grave você vai para uma espécie de conselho que eles fazem na segurança, você passa por meio que um tribunal. Lá você recebe uma sentença da segurança e geralmente quando você chega ao conselho, você pega 15 dias... por aí. De não poder sair do quarto para banho de sol, pro corre, qualquer atividade que tenha na unidade você não pode ir, você não recebe cobal²³ da visita, tudo que sua família trouxer você não pode receber, a visita também é diminuída e a única coisa que fica normal é a escola, que é obrigatória” (Entrevista 2, Anna, 2020).

²¹ O cargo da servidora foi retirado para que essa não seja identificada.

²² Anna e Alice estudam em faculdades particulares de Brasília.

²³ Comidas e objetos que os familiares podem levar para as jovens nos dias de visita.

Em geral, o que vai de negativo para os relatórios são ocorrências de mau comportamento, medidas²⁴ e notas baixas. O sistema de micropenalidade é imposto através de medidas, ocorrências e um relatório ruim. Mas também se configura através de punições físicas, humilhações, xingamentos, entre outras agressões. Existiria, então, uma micropenalidade formal e informal, que infringiria os corpos e as mentes das internas com o objetivo de docilizá-las e adestrá-las para o mundo de fora.

Ágatha conta que sempre teve problemas com a avaliação das agentes, principalmente por causa do seu comportamento questionador

*“Polliana: Você comentou que as agentes não gostavam muito de você. Por que?
Ágatha: Acho que de mim... acho que ninguém gosta de mim. Eu sou muito... eu acho que eu tenho a cara muito fechada, acho que a pessoa já acha que a pessoa olha pra mim e já não gosta de mim. Acho que sem eu perceber, eu fico fechando a cara pra todo mundo (risos). Aí eu sou um pouco difícil do povo gostar de mim de primeira. Ainda mais lá na unidade, que eu tava com a cabeça da rua, aquelas coisas.*

Polliana: Como é a cabeça da rua?

Ágatha: Eu tava muito com o espírito da rua, tava me sentindo muito amaloqueirada, sabe? Tava muito ligada ainda àquele meu vínculo. Então eu não queria trocar muita ideia com aquelas gurias não, porque eu achava elas muito chatas. E achava elas muito fútil, porque eu sou um pouco crítica, aí eu via elas pensando umas coisas assim tão fúteis, que eu ficava “ain, não suporto ouvir isso”. As agentes eu acho que elas não gostavam de mim, porque eu debochava muito delas, mas era sem querer. E também porque eu era... eu retrucava muito as coisas. Elas falavam “você não pode usar essa blusa” e eu ficava “Por que eu não posso usar essa blusa?” e ficava tipo insistindo. Aí eu acho que isso fazia elas criarem uma raiva de mim.

[...]

Polliana: Você ficava muito de medida por causa disso?

Ágatha: Direto.

Polliana: Você acha que esses conflitos influenciaram o fato de você não ter saído antes?

Ágatha: Acho, porque eu acho que elas me avaliavam muito mal... e eu ficava “nossa, eu nem faço nada e esse povo fica me avaliando mal assim”. Eu não achava que meu comportamento era ruim, eu achava que eu era até bem de boa, bem controlada, mas eu era um pouco mal avaliada. E eu acho que eu era muito mal avaliada por conta da [nome da jovem que ela namorou na unidade], porque sempre que a gente estava junta, a gente queria tá perto, aí só isso daí elas já achavam ruim” (Entrevista 2, Ágatha, 2020).

²⁴ Punições a comportamentos de desacato ou quando a jovem tem algum comportamento mais agressivo com as agentes ou com outras internas, se recusam a cumprir ordens, entre outras infrações ao regulamento interno da unidade. Essas medidas podem ser a proibição do banho de sol, isolamento ou impedir que a jovem receba determinadas comidas na visita dos familiares.

Outros dois relatos de Alice são muito exemplares como *sanções normalizadoras*, voltados principalmente para a punição para qualquer comportamento que fugissem do imposto pela unidade

“Alice: Lá dentro eu conheci. Eu estudei com alguns meninos.

Polliana: Lá podia estudar com os meninos?

Alice: Não, na Santa Maria não, mas no CIAGO sim. No Recanto das Emas. Inclusive, toda unidade tem um módulo que chama “Seguro”, que é o que não pode misturar. E tinha Módulo Seguro lá no Recanto das Emas. Lá é bem grande a unidade. E nesse módulo tinham muitos meninos que estavam ali por conta de estupro.

Polliana: Mas para proteger eles de agressões?

Alice: É. Porque assim, se você tiver for internado por estupro, todos os meninos sabem. E dentro do mundo do crime se você for Jack, como eles chamam, você é morto. Então a chance desses meninos morrerem era muito grande, então tinha que realmente separar. E aí beleza, colocaram os meninos na M8, M8, que era o módulo dos estupradores. Todo mundo falava “Módulo dos Jack”. Aí tá, as meninas fizeram uma rebeliãozinha, eu nem lembro porque, eu só lembro que a gente tava com muita raiva no dia e todo mundo bateu na lata e fez uma gritariazinha. O que fizeram como castigo? Mandaram a gente estudar com os meninos estupradores (riso irônico).

Polliana: Nossa, gente.

Alice: Eu fiquei tipo “como assim?”. E foi uma mulher que decidiu, a encarregada. Junto com as técnicas, uma psicóloga, uma pedagoga, assistente social e mais a encarregada do módulo. Tipo, “ah, como castigo vamos coloca-las para estudar com os estupradores”” (Entrevista 1, Alice, 2019).

Em muitas falas de Alice ela chama as manifestações das jovens de “rebeliãozinha”, no diminutivo, principalmente porque as rebeliões nos módulos femininos eram menores e com um menor potencial agressivo. O relato das três evidencia que os comportamentos desviantes das jovens dentro da unidade eram protesto contra as imposições arbitrárias das agentes e formas de resistência à mortificação impostas pela instituição.

Em outro relato Alice conta:

“Alice: Teve uma vez que a gente foi pega com maconha lá dentro, a gente ainda era menor. Eu, né. E aí a gente foi pega com maconha lá dentro. Um baseado, não era nem tipo “nossa”. E aí, beleza, a encarregada do módulo pintou o quarto todo de amarelo fogo. O chão, o teto, pintou tudo.

Polliana: Só o de vocês?

Alice: Foi.

Polliana: Mas tem algum significado?

Alice: Tortura. A cor, amarelo fogo, bem quente. A gente sentia dor de cabeça o dia inteiro, fome e ansiedade.

Polliana: Por quanto tempo?

Alice: Pra sempre. O quarto ficou amarelo. Ficou só amarelo. Ninguém entendeu aquilo, mas a encarregada quis.

Polliana: Na época você já entendia o que significava?

Alice: Sim, eu sabia que era tortura. Todo mundo entendeu, inclusive a encarregada falou "agora vocês vão morrer dentro desse amarelo, porque é para vocês sentirem dor de cabeça o dia inteiro". Aí a gente, além de tá punida, né? Porque ela tirou tudo, desodorante, sabonete, tirou tudo do quarto. Aí a gente... como eu era do CAPS, né? Eu ficava tomando remédio para dormir. Eu dormia o dia inteiro. E era basicamente isso. E todo mundo sabia o que estava acontecendo, que as meninas estavam dopadas" (Entrevistas 1, Alice, 2019).

Uma teoria geral do adestramento visa fabricar corpos submissos, corpos dóceis. A noção de docilidade dos corpos é a capacidade que o corpo tem de ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. As disciplinas são técnicas de controle das operações desses corpos, que

realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. As práticas disciplinares caracterizam-se por distribuir os indivíduos em espaços fechados e heterogêneos, onde cada um deles tem um lugar especificado, desempenhando também aí uma função útil. Esses locais são ainda intercambiáveis e hierarquizados. Em termos espaciais, portanto, cada prisioneiro ocupa um lugar a um só tempo funcional e hierarquizado, formando um quadro espacial em que se distribui a multiplicidade de indivíduos para deles tirar o maior número de efeitos possíveis. As disciplinas implicam também um controle das atividades dos indivíduos, estritamente coordenadas quanto a horários, ao conjunto dos demais movimentos corporais e aos objetos a serem manipulados, visando a obter assim uma utilização crescente de todas as atividades ao longo do tempo. Além de distribuir espacialmente e controlar temporalmente, as disciplinas combinam os indivíduos de modo a obter um funcionamento eficiente do conjunto por meio da composição das forças individuais. (SALLA; GAUTO; ALVAREZ, 2006, p. 337).

Por fim, outro elemento importante de pontuar sobre a noção de disciplina como técnica de controle e punição são os recursos necessários para um bom adestramento. Foucault afirma que esse adestramento está em diversas instituições, inclusive nas instituições prisionais. O primeiro recurso é a *vigilância hierárquica*, que consiste em formação de “observadores” dentro dos próprios disciplinados e é o elemento que permite que o poder disciplinar se torne um sistema integrado, que está em todo lugar e sempre alerta, controlando continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar.

O segundo recurso é a *sanção normalizadora*. A essência dos sistemas disciplinares é que funcionem como um pequeno mecanismo penal. Foucault afirma que a disciplina estabelece uma infrapenalidade, qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapam aos grandes sistemas de castigo. A instituição de controle e disciplinamento

funciona como repressora de toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. (FOUCAULT, 1999, p. 203).

A penalidade que atravessa e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza e exclui. Antes de tudo, o objetivo dessas punições é a *normalização*. Aparece aqui o poder da norma, que tem uma função de definir lugares, permitindo medir desvios, determinar níveis, tornar úteis as diferenças e faz uma gradação destas.

Por fim, o último recurso é o *exame*, o medidor das capacidades de vigilância e de normalização das instituições disciplinares. “O exame é uma técnica pela qual o poder, em vez de emitir os sinais de seu poderio, em vez de impor sua marca a seus súditos, capta-os num mecanismo de objetivação” (ibid., p. 211). O exame documenta o indivíduo, identifica-o, descreve-o, assimila-o, com o objetivo de classificar, formar categorias, estabelecer médias, fixar normas.

O indivíduo passa a ser analisado em sua evolução particular, suas capacidades e sob o controle de um saber permanente. Não é um privilégio de ter sua vida considerada, relatada, é antes um meio de controle e um método de dominação, um documento para utilização eventual

E essa nova descritibilidade é ainda mais marcada, porquanto é estrito o enquadramento disciplinar: a criança, o doente, o louco, o condenado se tornarão, cada vez mais facilmente a partir do século XVIII e segundo uma via que é a dos mecanismos de disciplina, objeto de descrições individuais e de relatos biográficos. Esta transcrição por escrito das existências reais não é mais um processo de heroificação; funciona como processo de objetivação e de sujeição. A vida

cuidadosamente estudada dos doentes mentais ou dos delinquentes se origina, como a crônica dos reis ou a epopeia dos grandes bandidos populares, de uma certa função política da escrita, mas numa técnica de poder totalmente diversa. (FOUCAULT, op. cit., p. 216).

Como se vê, a unidade utiliza duas das três técnicas de adestramento descritas por Foucault (ibid.), buscando através dos saberes aplicar exames e sanções normalizadoras, para primeiro identificar e classificar as jovens por suas trajetórias pessoais e depois utilizar as sanções normalizadoras para docilizar e controlar seus corpos, mentes e afetos.

Por serem adolescentes, essas jovens são expostas à dominação e até mesmo à violência como formas de socialização, que visa afastar o desvio através da descrição de suas trajetórias e busca mudar a rota de suas histórias, adestrando-as para um modelo normalizado de feminino, que, teoricamente, não seria capaz de transgredir. Essa forma de socialização considera o desvio como um “defeito” individual, que será solucionado através do controle e da punição.

A partir da Revolução Francesa, a sociedade moderna retira o foco da punição que viola e degrada do corpo e a substituí por uma nova política do corpo, baseada em ideias reformistas, priorizando a vigilância, o adestramento, a coação e buscando o disciplinamento. (ibid.). O desenvolvimento do conceito de punição no período está estreitamente ligado à relação do poder político sobre os corpos e a apropriação de seu potencial produtivo, mais precisamente no que se refere à maneira como se exerce o domínio, o controle e a sujeição dos mesmos. (LEMOS, 2013).

De acordo com Foucault (ibid), o séc. XVIII foi marcado por uma modificação dos tipos de crime predominantes, passando de uma criminalidade de sangue, mais violenta, para uma criminalidade de fraude, voltada para os bens materiais. Segundo o autor, o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um refinamento das práticas punitivas. Segundo o autor,

o que vai se definindo não é tanto um respeito novo pela humanidade dos condenados – os suplícios ainda são frequentes, mesmo para os crimes mais leves – quanto uma tendência para uma justiça mais desembaraçada e mais inteligente para uma vigilância penal mais atenta do corpo social. De acordo com um processo circular quando se eleva o limiar da passagem para crimes violentos, também aumenta a intolerância aos delitos econômicos, os controles ficam mais rígidos, as intervenções penais se antecipam mais e tornam-se mais numerosas. (FOUCAULT, 1999, p. 98-99).

Em meio às essências dessas novas formas de punição, destaco aqui a regra da idealidade suficiente. A essência da punição não é a ideia de sofrimento, mas a ideia de uma dor, de um desprazer, de um inconveniente:

o ponto de aplicação da pena é o corpo, é o tempo, são os gestos e as atividades de todos os dias; a alma, também, mas na medida em que é sede de hábitos. O corpo e a alma, como princípios dos comportamentos, formam o elemento que agora é posto à intervenção punitiva. Mais que sobre uma arte de representações, ele deve repousar sobre uma manipulação refletida do indivíduo. (ibid., p. 148).

A proposta da reforma penal desse século foi, antes de tudo, constituir uma nova economia e uma tecnologia do poder de punir. Emerge a ideia do delinquente como inimigo da sociedade, um traidor do contrato social e constitui sobre ele o direito de punir, “o direito de punir desloca-se da vingança do soberano à defesa da sociedade” (ibid.). A sociedade moderna é toda fundada na vigilância generalizada, que busca antecipar os atos delituosos, que tem como consequência lógica a necessidade da punição do desviante.

As unidades de internação socioeducativa são instituições totais e disciplinares. Segundo Benelli (2014), nesses estabelecimentos, é possível notar a continuidade de estratégias de normalização disciplinar. Como visto, essa normalização se dá através de técnicas de adestramento e controle, que homogeneiza e classifica as jovens através de exames e avaliações, além de um sistema de punições voltados para o disciplinamento.

4.3 Unidade de internação do DF como Instituição Total

A instituição total é definida por Erving Goffman (1974) “como um local de residência e de trabalho onde grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. (ibid., p. 16). O fechamento de tal instituição é o seu caráter total, uma vez que esta possui barreiras em relação ao mundo externo.

A noção de instituição total elaborada pelo autor é um tipo ideal, ou seja, é descrita para ser um modelo geral, mas não totalmente real de descrição de um fenômeno social. Sendo assim, pontuarei algumas características que permanecem úteis para a análise da unidade socioeducativa de internação.

Segundo Goffman, a instituição total possui alguns aspectos centrais:

em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (GOFFMAN, 1974).

Interessa aqui entender como Goffman (1974) descreve o mundo do internado. As instituições totais não buscam substituir a experiência e cultura prévia do indivíduo, o que ocorre de fato é uma mudança, um afastamento de algumas oportunidades e situações de mundo externo. Ocorre uma sistemática mortificação do eu e uma sequência de mudanças no que o autor chama de *carreira moral*, que representa as crenças que o indivíduo tem a seu respeito e a respeito dos outros.

A primeira mutilação do eu exercida pela instituição total é o isolamento e a privação da liberdade, sendo que, no caso em pauta, se trata ainda de um eu em formação por serem adolescentes. A privação das vivências na vida civil, externa, acarreta o despojamento dos papéis sociais exercidos pelo indivíduo. Ao entrar na instituição, o indivíduo passa por um “processo de admissão”, onde é coletada sua história de vida, tiram fotografia, pesam, tiram impressões digitais, atribuem números, enumeram bens pessoais, distribuir roupas da instituição, dão instruções quanto as regras, entre outros. São processos de programação, modelando o interno às operações de rotina. Esses procedimentos formulam um novo tipo de identificação, que ignora qualquer outra utilizada pelo indivíduo anteriormente.

Alice conta como foi sua passagem de provisória para sentenciada, evidenciando o processo de iniciação na unidade

“Polliana: E quando foi que a ficha caiu?”

Alice: Na verdade a ficha caiu quando a encarregada do módulo me recebeu. Porque a encarregada do módulo já chegou me ameaçando: “Agora as coisas mudou, você agora está internada”.

Polliana: A encarregada do módulo das sentenciadas.

Alice: Não, é porque lá era um módulo só.

Polliana: Ah, era na UNIRE.

Alice: Desse lado de cá, o lado A, era das provisórias e o lado B era das sentenciadas. A gente se via assim pela... Aí ela já chegou, falando que quem manda é ela. Aí eu percebi que... eu fui internada” (Entrevista 1, Alice, 2019).

Ao contrário das provisórias, as sentenciadas possuem uma rotina estabelecida e já passam a ser avaliadas de forma mais constante em seus comportamentos. Passam a ser

acompanhadas para saber a progressão de suas medidas. Elas são internas definitivas, que ficaram no mínimo 6 meses e no máximo 3 anos na instituição. A sentença é a proclamação da privação de liberdade, mas não revela quanto tempo exatamente a adolescente vai permanecer internada.

No processo de admissão é uma despedida e um começo. Os bens pessoais são recolhidos e substituídos por bens padronizados da instituição, o que acarreta uma desconfiguração pessoal. Esse é um ponto de grande importância, pois

um conjunto de bens individuais tem uma relação muito grande com o eu. A pessoa geralmente espera ter certo controle da maneira de apresentar-se diante dos outros. Para isso precisa de cosméticos e roupas, instrumentos para usá-los e consertá-los, bem como de um local seguro para guardar seus objetos e instrumentos – em resumo, o indivíduo precisa de um “estojo de identidade” para o controle de sua aparência pessoal. (GOFFMAN, 1974, p. 28).

A partir desse momento, há uma maior sensação de perda da segurança pessoal e isso constitui diversas angústias, fazendo a jovem interna sentir que está em um ambiente de perigo e que não garante sua integridade física. Além disso, passa a ser exigida uma série de posturas corporais, que podem obrigar as internas a manterem-se em uma posição humilhante – cabeça baixa, mãos para trás -, muitas vezes sendo obrigadas a interagir com os/as agentes apresentando palavras de deferência, como “senhor/senhora” e tendo que pedir frequentemente por coisas pequenas. Esse é pontuado como uma das formas físicas de mortificação da identidade do indivíduo. (ibid.).

A interna é obrigada a participar de uma rotina diária com a qual não se identifica e viver em um ambiente onde sua privacidade é constantemente invadida. Sua vida pessoal é exposta e avaliada pela equipe diretora e será constantemente questionada nas entrevistas com psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais. Além disso, a interna ainda é obrigada a realizar contato interpessoal com pessoas desconhecidas e indesejadas, acarretando uma relação social imposta.

Na segunda carta de Anna ela conta como a rotina da unidade e o tempo que ela ficou internada foi um processo doloroso

“As coisas lá não mudam muito, rotina de cadeia é monótona, só muda com interna nova que nos traz notícias do mundo, com tentativas de fugas, confusões, tentativas de suicídio ou homicídio e etc. A rotina da UISM começa com o confere, que é as agentes as 6 da manhã passando de bocuda em bocuda com uma lanterna fazendo uma chamada, quando chamam seu nome você precisa responder e fazer um sinal de vida. Depois elas ou o corre deixam café e leite e pão na bocuda. A espessura da porta é de uns 4 dedos, ela é azul e tem 3 trancas que fazem um

barulhão quando são abertos ou fechados. Um barulho que carrego comigo pela vida e sinto que nunca vou esquecer.

Às 8h nos tiram para ir à escola, atividade obrigatória. Se você se recusar ganha uma medida disciplinar. Ficamos lá até as 11h e voltamos para o módulo para o almoço e voltar para a tranca. à tarde somos retiradas para o banho de sol, depende da segurança como será, se será uns quartos por vez ou todos juntos, depende de como está a confiança da segurança em nós. às 17h/18h o corre²⁵ serve a janta e recolhe lixo e faz alguns favores para quem está nos barracos. Está no corre é um privilégio, você pode circular pelo módulo, conversar com outros quartos olhando nos olhos, e ver um pouco a lua. O corre é importante para nós, andar livre pelo pátio sem um agente atrás é um pouco de liberdade que nos restava. Quando o corre da noite é preso na tranca, nós ficamos um tempo conversando nas bocudas²⁶, lendo ou fazendo qualquer outra coisa que der pra fazer dentro de um quarto com apenas um colchão e produtos de higiene. Às 10h da noite as luzes são desligadas, é proibido barulho, mas o risco sempre valeu a pena, pois a noite pode ser perturbador para algumas, principalmente para quem tem a saúde mental frágil. A noite em uma cela é campo minado para tentativas de suicídio. Eu nunca tentei, se já pensei? Claro. Uma hora a cadeia pesa a mente. Chega um momento que parece que você nunca irá embora, ali é sua vida agora, toda a sua personalidade já foi roubada e a sua vida passada também” (Carta 2, Anna, 2020).

Goffman discute a mortificação do eu contida na perturbação na relação entre o ator individual e suas ações (GOFFMAN, 1974). A primeira perturbação seria o “circuito”: o indivíduo não consegue utilizar de forma eficaz suas respostas protetoras para estabelecer distância da mortificação do eu. De acordo com Goffman,

na sociedade civil, quando um indivíduo precisa aceitar circunstâncias e ordens que ultrajem sua concepção do eu, tem certa margem de expressão de reação para salvar as aparências – mau humor, omissão dos sinais comuns de deferência, palavrões resmungados, ou expressões fugidias de desprezo, ironia e sarcasmo. [...]. Embora essa resposta expressiva de autodefesa a exigências humilhantes ocorra nas instituições totais, a equipe diretora pode castigar diretamente os internados por essa atividade, e citar o mau humor e a insolência como bases para outros castigos. (ibid., p. 40).

Há a submissão de praticamente todas as ações dos indivíduos, por menores que sejam, a regulamentos e julgamentos da equipe diretora. A vida do/a internado/a é constantemente atravessada por uma sanção, gerando um completo desequilíbrio entre as necessidades e os objetivos. Violenta-se a autonomia do indivíduo.

Essas submissões estiveram presentes na narrativa das jovens

²⁵ Nome dado à adolescente que é responsável por entregar as refeições para as jovens e depois limpar o módulo.

²⁶ Um quadrado gradeado que tem nas portas, que permite que as jovens vejam fora dos quartos.

“Polliana: Essa pergunta é mais ampla. O que você mais sentia falta na unidade? Alice: Ain.... eu acho que eu sentia falta de tudo (risos). A única coisa que eu sentia era falta. De tudo, assim... da minha individualidade, das minhas coisas, das minhas músicas, de ser respeitada... porque lá dentro você não é nada, né? Você não é nada... você é algo que eles têm que alimentar. E aí, é isso... eu fiquei um bom tempo sem... assim “o que tá acontecendo? Quem eu sou?”. Porque você não é nada e você é colocado nessa posição” (Entrevista 2, Alice, 2019).

Em outro momento Alice narra o que para ela foi um dos momentos mais marcantes para ela na unidade

“Alice: O Natal... acho que o de 2013? Meu deus, acho que foi o de 2013. Eu tinha 6 meses de internação. E nenhuma menina saiu²⁷. Claro, no Natal tava todo mundo extremamente triste, tava assim bem cemitério a unidade. E aí os agentes estavam super felizes... deu meia noite eles estavam fazendo uma ceia e lá... você já foi na UNIRE?

Polliana: Na UNIRE, não.

Alice: Então, o lugar onde ficavam os agentes... esqueci até o nome de lá... ainda bem que estou esquecendo (risos). Acho ótimo. Enfim, ficava no meio assim, tinha um corredor pra cá com os quartos, um corredor pra cá com os quartos e eles ficavam no meio. A gente via tudo que eles faziam e a gente via tudo que eles faziam. E aí eles estavam fazendo a ceia deles, fazendo o amigo oculto deles e rindo, enquanto tinha um monte de menina surtando e se dopando pra conseguir atravessar aquele dia. E aí uma das meninas ficou muito nervosa, porque isso era um desrespeito, né? Tipo, nossa, legal, tudo bem que você tá trabalhando e é o seu natal, mas vai fazer isso lá no inferno e não fazer isso aqui na frente de todo mundo. Aí uma menina ficou muito nervosa e uns agentes foram lá e fizeram uma “oração” por nós e aí tá, depois que ele terminou a oração não adiantou nada, a gente continuou super nervosa ainda e aí ele falou que na bíblia estava escrito que não se pode “jogar pérolas para os porcos”. Porque a oração deles são pérolas maravilhosas (risos). Aí depois disso teve uma rebeliãozinha onde a gente apanhou muito. A gente foi algemada lá fora no frio até de manhã, tipo oito meninas na mesma corrente, uma no braço da outra, até de manhã. A gente foi xingada e tal e de manhã foi uma defensora lá e ficou tipo manipulando a gente pra dizer que não tinha acontecido nada e no outro dia os agentes foram em todos os quartos, porque eles queriam proibir que os pais entrassem, porque no outro dia seria a visita de natal e... primeiro eles queriam proibir, mas deu a maior confusão, aí eles desistiram, aí eles decidiram que teria meia hora de visita, sendo que seriam duas horas. Aí deixaram os pais trazer tudo, porque no natal pode trazer tipo farofa, frango, essas coisas, deixaram os pais entrar com bagulho, com tudo, com uns bombons. Quando os pais foram embora, tiraram tudo. Tudo. Até o sabonete. Tiraram tudo. Deixaram a gente só com a roupa do corpo. Tiraram até colchão. A gente ficou num quarto, vazio, só com a roupa do corpo” (Entrevista 2, Alice, 2019).

²⁷ Nesse ano nenhuma jovem teve o benefício de saída para passar o Natal com a família.

Esses elementos colocam o indivíduo em um local de dependência, onde a menor de suas solicitações pode ser alvo de risos, questionamentos excessivos, ser ignorada, entre outras humilhações. A internada é obrigada a apresentar renúncia à sua vontade. As mutilações do eu ocorrem inclusive quando a internada está disposta a cooperar e a direção tem interesses ideais pelo seu bem-estar. Porém, a mortificação do eu não é um elemento valorativo, pois, apesar de sempre incluir uma aguda tensão para o indivíduo, ela pode ser um fator de alívio psicológico.

Os mecanismos de adestramento e a mortificação do eu caminham juntas para a normalização das adolescentes, são apresentados através dos meios punitivos e disciplinares da instituição. A configuração desses elementos são não apenas para punir, mas para reconfigurar a identidade das jovens e conduzi-las a comportamentos modelares e exemplares de meninas normais, não criminosas, “menos bandidas”.

Evidentemente, esses mecanismos não se aplicam de forma unilateral e também enfrentam resistência no comportamento e na percepção das jovens. Existem estratégias de resistência do indivíduo ao processo institucional. (GOFFMAN, 1976 apud BENELLI, 2014).

Goffman (1976) discute como as estratégias adaptativas ao contexto institucional, sendo essas: o afastamento da realidade vivida; intransigência; colonização; conversão; e, o “se virar”. No afastamento da realidade o internado deixa de dar atenção a tudo, abstando-se de acontecimentos e interações. A intransigência é o desafio intencional do estabelecimento ao negar-se a cooperar com a equipe dirigente. A colonização é adaptação tal que o interno passa a acreditar que vive melhor na instituição. Na conversão o interno compra o papel imposto pela instituição e torna-se o internado perfeito. E, por fim, o “se virar” são táticas mais difusas que os internos utilizam para evitar sofrimentos físicos ou psicológicos. (ibid., 2014).

Ordóñez (2005) pontua que a realidade da privação de liberdade em cárcere feminino de adultas revela mecanismos de saída, ou seja, de resistência à normalidade imposta. Esses mecanismos dividem-se entre mecanismos de fuga física, o que é pouco frequente na internação feminina, e a “fuga ilusória e mental, por meio de comportamentos, atitudes e reações psíquicas como estratégia e resposta empregada para aliviar a situação individual de mal-estar”. (HIRSHMAN apud ORDÓÑEZ, 2005).

A autora analisa em seu trabalho três aspectos da realidade prisional - a sociabilidade, a homossexualidade e a religiosidade -, interpretando-os como mecanismos de adaptação-resistência, evidenciando as formas que

o sujeito feminino institucionalizado e encarcerado usa e cria ambivalentes, híbridos e indiscerníveis mecanismos de “adaptação-cum-resistência” para

driblar o extremo estado de repressão e contenção em que se encontra submetido. Esses mecanismos são espaços intermediários e brechas do sistema prisional, pelos quais a vida e a singularidade pedem passagem subordinada e limitada às tecnologias de controle e, ao mesmo tempo, em coexistência negociada com elas. Dessa forma, são cruciais para a sobrevivência da presidiária. Sobrevivência que implica um delicado equilíbrio entre submissão e resistência. Através deles, as internas encontram formas de criar espaços de singularidade, de preencher de sentido a nova identidade e a vida atrás das grades. (ORDÓNEZ, 2005, p. 55).

Como afirma Ordóñez (ibid.), as formas de adaptação-cum-resistência são híbridas não se apresentam de forma isolada. Nos relatos aqui trazidos, identifiquei três principais formas de resistência e adaptação: o afastamento da realidade, a intransigência e a homossexualidade.

O afastamento da realidade como mecanismo de poder, através do isolamento social das adolescentes e submetendo-as a um adestramento para sua reinserção na sociedade, submetendo-as à rotina, às regras, à hierarquia, à autoridade, às micropenalidades e ao convívio com pessoas desconhecidas e não confiáveis, tanto entre as jovens quanto com as agentes.

O afastamento da realidade, entretanto, também é um mecanismo utilizado pelas jovens para lidar com as opressões da unidade e o uso desses foi um denominador comum nas narrativas das jovens. A reflexão, a leitura, a introspecção e o uso de drogas lícitas e ilícitas foram táticas utilizadas pelas jovens mulheres para atravessar as vivências de mortificação do eu, privação de liberdade e violência.

Ao falar sobre como era lidar com o isolamento, Ágatha conta

“Ágatha: Eu pensava um pouco no passado, mas eu pensava mais no futuro. Eu ficava imaginando mais o que eu ia fazer quando eu saísse. Eu ficava mais idealizando meu futuro mesmo. Meu passado eu pensava um pouco, mas só via o que eu queria, o que eu não queria, o que eu ia mudar, o que eu ia continuar, essas coisas assim. Pensar eu pensava demais, faltava explodir a cabeça, porque eu já penso muito, penso até demais, até hoje eu penso. Acho que por isso que minha cadeia passava rápido, eu pensava demais, aí passa, porque eu nunca tava lá, tava sempre desconectada. Mas eu lia muito também, aí eu ficava lendo muito, em 1 ano e meio eu li mais de 50 livros. Então eu lia muito, porque não tinha televisão também, então era um incentivo a mais. Eu lia muito” (Entrevista 1, Ágatha, 2019).

Anna também relatou a leitura e a escrita como uma forma de lidar com a internação

“Anna: A gente tentava lidar lendo. Muitas meninas dormiam muito, né? Estavam em um processo de depressão e dormiam muito. A gente lia muito, pra tentar passar o tempo. Lidar ninguém lida muito bem, porque não tem exatamente um acompanhamento de saúde mental. Tem uma psicóloga, que geralmente vai uma, duas vezes por semana conversar, mas não tem exatamente uma forma de como lidar. Você lida escrevendo, sei lá, lendo, conversando com as outras meninas.

Facilitou ter mais gente, ter as outras meninas, diminui um pouco a solidão” (Entrevista 2, Anna, 2020).

Alice também conta que a internação foi principalmente um momento de reflexão, que mudou muito a perspectiva sobre ela mesma e a vida, mas ela utilizava principalmente o uso de drogas lícitas, para dormir o máximo possível. O uso de drogas lícitas e ilícitas nas unidades socioeducativas e nos sistemas prisionais é outro mecanismo de resistência e sobrevivência.

A prática da medicalização e a prescrição de remédios psiquiátricos para ansiedade e depressão, principalmente remédios para dormir, é uma forma de docilização dos corpos das jovens. Os medicamentos são prescritos por psiquiatras do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou por um psiquiatra que ia à unidade algumas vezes no ano, sendo-lhes entregues pelas agentes. As internas são obrigadas a tomar no momento que é entregue, mas as jovens relatam que geralmente conseguem burlar a segurança e guardar os medicamentos para usar depois, quando quiserem.

Anna conta como as jovens faziam a gestão desse medicamento para fugir da realidade da internação

“Polliana: Como era a questão de medicamentos psiquiátricos?

Anna: Ah, a psiquiatra ia lá 3x no ano... eu fui uma vez na psiquiatra. Psiquiatra é muito raro ali dentro. Geralmente é a psicóloga e a assistente social. A psiquiatra não é do quadro da unidade, ela vai lá as vezes, muito raramente. Geralmente levavam as meninas para o CAPS, né, as que tinham algum transtorno mental, ou que estavam com a saúde mental muito fragilizada lá dentro, aí ia pro CAPS pra tomar medicamento. No CIAGO elas iam muito para o CAPS. Na UISM foi menos, o CAPS meio que acabou. Aí lá quem dava era essa psiquiatra... a psicóloga achava que você tinha problema e te manda para a psiquiatra. Me mandaram pra psiquiatra uma vez, eu nem pedi, elas que me mandaram. Geralmente é menina que tem problema pra dormir, menina que tem... sei lá... pensam em suicídio, coisa de uso de droga. Eu fui porque eles acharam que eu tava depressiva, né? Na verdade eu só não queria falar com ninguém. Eu não gostava de ninguém. Ai eles me mandaram pra ela e ela me passou um remédio lá que eu nem sei o que era. Eles me davam todo dia de manhã e o remédio é meio que obrigatório você tomar. Tem que tomar. Eles verificam sua língua e tudo. Às vezes a gente cuspiava, escondia, mas geralmente eu tomava. Mas eu não sabia o que era. A psiquiatra é bem mais rara você vê lá.

Polliana: Tinha um remédio para dormir?

Anna: É o bolachão. Tinham umas meninas que tomavam dele, ele é muito forte. Elas iam juntando ele dentro de uma garrafa, aí enchia de água e a gente meio que distribuía para o módulo, né? Tinha um monte de menina que queria. Era bom. Pra passar o tempo, “ah, vou dormir nessa porra, bom que passa o tempo logo”. Esse era o mais forte, tinham outros, mas esse era o mais cabuloso” (Entrevista 2, Anna, 2020).

Na fala de Alice ela também relata que o uso da medicação para de “desligar” era comum entre as meninas

“Polliana: Todo mundo era do CAPS também?”

Alice: Não, mas a gente trocava remédio. Todas as meninas tomavam para dormir.

Polliana: Você era acompanhada pelo que?

Alice: Psiquiatra. Mas ele sempre passava o mesmo remédio, só Diazepam para todas elas.

Polliana: Mas vocês ficavam com o remédio com vocês?

Alice: A gente recebia o remédio do enfermeiro, mas a gente não tomava na hora que ele queria. Inclusive teve uma época que ele obrigava a gente a abrir a boca para ver se a gente tinha tomado. Mas não adiantava nada, porque a gente escondia. Aí a gente... ele dava o remédio para a gente e a gente ficava guardando, tomava quando queria.

Polliana: Todo o acompanhamento do CAPS era só psiquiatra ou tinha psicólogo também?

Alice: Tinha psicóloga, mas era muito difícil ela atender a gente. Muito difícil, pelo menos comigo. Era mais o psiquiatra.

Polliana: E era mais para medicalização?

Alice: Era só para a medicalização. Ele nem queria saber nada, assim. E era sempre o mesmo remédio, né? Para todas as meninas. Com exceção da... de uma das meninas, porque ela era usuária de crack, então ela tava em abstinência e o remédio dela era um pouco mais forte do que o nosso.

Polliana: Mas então não importava se era depressão, ansiedade...

Alice: A mesma coisa. Era um calmante horrível, que dava uma dor de estômago horrível, que eu nem lembro mais o nome de tanto que eu odiava aquele calmante e Diazepam. Diazepam para todo mundo, pra geral (risos).

Polliana: Mas você começou a tomar quando entrou lá, ou você já tomava?

Alice: Fui eu que pedi para a psicóloga me encaminhar. Justamente porque eu queria remédio. E eu sabia que estava todo mundo tomando, eu falei "eu quero o meu também" (risos).

Polliana: E era para dormir?

Alice: Uhum.

Polliana: Você tinha muita insônia?

Alice: Não, é porque eu queria passar mais rápido, aquele tempo que eu tava lá dentro ia passar mais rápido.

Polliana: E dormir era uma boa solução?

Alice: É, né, porque você não vê o tempo passando. Quando você está acordado dentro daquele lugar, tipo, o dia não passa. Não tem nem hora para você olhar, você não sabe nem que dia da semana é. Não, o dia da semana você até organiza por causa da visita, mas a data você não sabe. O ano você sabe, o mês também porque você conta de quando você é sentenciada. Mas quando você é sentenciada você conta meses, não conta dias” (Entrevista 1, Alice, 2019).

A intransigência era uma das maiores reclamações das agentes e das técnicas, além de ser a principal base para o discurso de que as meninas são piores e dão mais trabalho. Em minha

pesquisa de 2014 na unidade, cheguei à conclusão de que essa percepção de um comportamento pior se dava principalmente pelo conflito entre o comportamento esperado de mulheres, de recato e submissão, e o comportamento questionador das jovens internadas. Mas, além disso, o comportamento intransigente das jovens é também uma forma de resistência cotidiana, para não se deixar silenciar e manter um mínimo da identidade e dignidade diante das humilhações e controle da instituição.

Quando questionei Alice sobre suas estratégias de resistência, a intransigência foi uma de suas respostas

“Polliana: Quando você estava internada, você tinha estratégias de resistência? Sobre sua identidade. Porque tem uma parte que você fala que existe muito a dissolução da identidade da pessoa”²⁸.

Alice: Eu acho que nos meus comportamentos eu mantinha. Como a gente tinha um pouquinho mais de “regalia”²⁹ do que os meninos, dava para manter um pouco, assim, mas muito pouco. Assim, eu me senti muito usada quando eu fui para o sistema, por tudo. Parecia que todo mundo falava por mim, né? Você se torna um número porque todo mundo fala por você. Você está na tutela do Estado, então você nem abre a boca mais. Então eu tinha... até hoje eu tenho isso... de ter uma rixa com os agentes. Tinham alguns agentes que era de boas, que as meninas gostavam, eu não gostava. Eu deixava bem delimitado, “você está aí e eu estou aqui, não vai ter relação aqui, não adianta”. Eu acho que era uma tentativa de falar “você não vai falar por mim”, de forma nenhuma, nós não somos amigas” (Entrevista 1, Alice, 2019).

As relações sexuais e afetivas entre os/as jovens nas unidades de internação é um fenômeno que parece reproduzir os padrões prisionais adultos. Apesar da escassez de dados confiáveis sobre o assunto, uma vez que ainda é um assunto nebuloso tanto por parte das instituições, quanto pelos/as próprios/as internos/as.

Na internação feminina do DF, as equipes dirigentes e de segurança admitem que essas relações estão presentes, mas a exposição íntima dessas relações de afeto – beijos, carícias, toques – são proibidas. Essa proibição baseia-se em dois discursos, primeiro o discurso homofóbico de parte das agentes e também de outras jovens, que reforça a homossexualidade como algo antinatural e o segundo é o discurso da ordem e do controle, que assume que essas

²⁸ A pergunta refere-se ao seguinte trecho da carta de Alice: *“A internação é muito complexa e complicada, eu passei e sei que os internos passam por uma série de humilhações, de desrespeito, perda da identidade, convivência com outras internas, o acesso a saúde é difícil, a educação não é adequada, existe um descaso por meio de quem deveria estar garantindo nosso bem-estar, nossa segurança, nossa saúde mental, nossos direitos” (Carta 1, Alice, 2019).*

²⁹ Elas podiam ter mais coisas, como roupas, algumas maquiagens. Entretanto, Alice relata que já no final da sua medida isso mudou e a entrada desses objetos foram restritos na unidade. Hoje as jovens tem que usar apenas roupas brancas, inclusive chinelo, e que não sejam justas no corpo.

relações expõem e geram conflitos, precisando ser limitados o máximo possível (MACHADO, 2014).

Abordar o tema da homossexualidade dentro da unidade em minha pesquisa em 2014 foi conflitante, uma vez que a unidade afirmava que essas relações eram frequentes, mas as jovens internadas rejeitavam, apresentando um constrangimento ao tratar do tema. Na época, das 16 adolescentes entrevistadas, 5 admitiam relacionar-se com mulheres dentro da unidade.

Nas narrativas de Anna, Alice e Ágatha o tema foi recorrente. As três admitiram que tiveram relacionamentos com outras internas e também reforçaram que isso era muito comum e dificilmente alguma internada não tinha

“Polliana: E nas meninas tinha muito isso?”

Alice: Casal?

Polliana: É.

Alice: Todas, assim, inclusive as provisórias. “Pô, cheguei ontem e já estou com um casal”... “Ahhh, sou hetero”, passava o outro dia já estava com um casal.

Polliana: Mas o discurso de hétero permanece, né?

Alice: Permanece. Elas falam: “ah, é só enquanto eu estou aqui”. Só que lá dentro elas... eu não sei se era toda a carência, toda... que lá dentro é muito sentimental, né. Tudo é muito sentimento muito forte. Mas lá dentro você vê que as relações não eram carnavais...

Polliana: Eram afetivas?

Alice: Demais. Era chororô o tempo todo (risos)” (Entrevista 2 , Alice, 2019)

Viver essas relações era também uma forma de fugir da realidade de privação e isolamento

“Polliana: Você teve relacionamentos lá dentro?”

Anna: Tive.

Polliana: Como foi?

Anna: Ah, acho que você lembra que é humana, né? Acho que ajudou bastante. Eu tive muitos relacionamentos. Foram bons.

Polliana: E a unidade? Como lidava?

Anna: Por um lado eles acha assim... mais normal... do que se fosse com os meninos. Por a gente ser mulher eles tratam de forma mais normal. Mas mesmo assim é proibido. Não tem exatamente um manual da segurança, mas é proibido ter demonstração de afeto, namoro, normalmente eles tentam separar, deixar as meninas o menos juntas possível. Assim, eles sabem que acontece, mas é proibido. A questão da homossexualidade não é trabalhada, a segurança não lida muito bem, mas sabem. Eles lidam melhor com a gente do que com os meninos, mas é proibido.

Polliana: Por que você acha que existe essa diferença?

Anna: Ah, acho que eles acham que mulher já tem essa coisa de afeto, né? Agora a figura masculina é um pouco mais brutalizada e pra eles é menos normal lidar. Entre os meninos eles também não lidam bem. Acontece entre eles, a gente sabe

que acontece, mas a gente não fala sobre, nem eles falam sobre. A gente finge que não acontece. Entre a gente a gente sabe que acontece, a gente fala sobre, a gente lida bem melhor, eles não” (Entrevista 2, Anna, 2020).

O relato de que a unidade enfrentava homossexualidade de meninas de forma mais branda do que a de meninos também apareceu nos relatos de Alice. Um ponto importante a ser destacado é que havia certa flexibilidade com adolescentes quanto elas serem carinhosas, carentes e afetivas entre si, apesar de ser uma prática proibida e sofrer tanto repressão quanto preconceito. Ágatha conta como as agentes lidavam com o relacionamento que ela teve na unidade

“Ágatha: [...]E tipo, também não era só isso, é porque lá dentro eu comecei um relacionamento com uma menina lá dentro... e tipo eu gostava muito dela, só que as agentes criaram um preconceito muito grande, sabe? Entre eu e ela, então essa era uma das coisas que fazia elas mais, mais e mais implicar comigo. E com nós duas, sabe? Eu acho que eu sofria muita perseguição delas porque eu namorava com essa menina lá dentro. A gente era muito o casal 10 da unidade, todo mundo sabia, sabe? E eu não tava nem aí, por mim podia saber e a gente sofria muita coisa por causa disso. A gente mal podia ficar perto, era muito perseguido.

Polliana: Como era se relacionar com ela?

Ágatha: Eu gostava muito dela, quando ela chegou a gente deu muito certo, eu gostava muito dela, só que aí a gente ficou junta até um bom tempo. Só que aí depois eu fui desgostando, no final. Eu gosto dela até hoje, a gente tem até uma amizade ainda. Infelizmente ela rodou e saiu várias vezes e tá presa na Colméia. A vida dela é muito, muito conturbada. Mas era muito bom eu gostava, até ficava mais leve, sabe? Ter uma pessoa que você gosta e que está ali com você e tudo. Era muito bom. Mas a gente sofria muito preconceito, muito mesmo. A gente mal podia ficar perto, as meninas ficavam se abraçando e a gente mal podia ficar perto, só porque era nós duas, aí não podia, sabe? Ela tinha muito jeito de homem, sabe? Ela tinha cortado o cabelo lá dentro, ela tinha um jeito muito, muito de menino, sabe? Muito mesmo, o jeito de falar, de tudo. Então chamava mais atenção pra gente. Mas todo mundo sabia, acho que até todos os caras sabiam. Até meu namorado ficou sabendo. E assim, a [membro de uma organização não governamental]³⁰, ela ia fazer umas oficinas com a gente e a gente discutia muito essas coisas de gênero e tal com a gente, aí ela levava cartaz pra gente escrever e tal. Aí um dia a gente tava discutindo sobre gênero, aí a gente formou um grupo e ela falou para fazer um cartaz de algo assim de gênero, aí eu falei “vou fazer, gente, porque eu tô com uma ideia aqui”. Aí perguntei se alguém sabia desenhar e ninguém sabia, aí eu falei “então deixa, que eu vou fazer uma marmota de desenho, mas eu vou fazer”. Aí eu desenhei duas meninas se beijando e coloquei a legenda em cima bem assim “Minha felicidade te incomoda?”. Aí eu coleí na parede. Tu acredita que no outro dia as agentes tiraram? Aí eu e as meninas não aguentamos e ficamos “A felicidade incomoda, né?”. Aí eu lembrei muito disso, porque elas tiraram o cartaz. E eu botei bem na porta do módulo assim. E foi bem o meu.

³⁰ O nome aqui foi ocultado para preservar a identidade da jovem e da pessoa mencionada.

Polliana: Tiraram só ele?

Ágatha: Tiraram só ele. Incomoda, né? Respondeu!” (Entrevista 1, Ágatha, 2019).

A questão das relações homoafetivas na privação de liberdade é um pouco mais complexa. Existe o discurso da manutenção da ordem e também o da manutenção da pena, ou seja, a unidade de internação não é local de lazer e namoro, as jovens estão lá para serem punidas, ressocializadas e desumanizadas. Entretanto, isso endossa práticas de opressão e preconceito, enquanto temas como gênero e sexualidade não são discutidos de forma adequada. Alice pontua o quanto é problemático apenas reprimir e ignorar essas relações

“Alice: Eu acho que... como a gente falou da questão dos relacionamentos. Tanto dentro dos módulos femininos quanto dos módulos masculinos, ocorre. Inclusive eu acho que no módulo masculino ocorre bem mais, só que eles não estão abertos para assumir isso. E eu acho que deveria ter educação sexual para a galera e preservativos, essas coisas. Porque vai ocorrer, é um bando de adolescente morrendo, cheios de hormônios e a unidade ignora totalmente essas coisas” (Entrevista 3, Alice, 2020).

As relações homossexuais fazem parte das práticas de resistência das jovens, uma vez que recupera a humanidade que lhes é retirada, a individualidade que é significada através do sentir, sentir-se, amar a si e amar o outro. Olhar para essa relação como um importante recurso de existência é iluminar a hermenêutica do amor, proposta por Sandoval (2000). A necessidade afetiva de uma jovem que está passando por privações e por solidão intensa, onde sua identidade é constantemente atacada, conseguir se relacionar e confiar em alguém é um meio de sobrevivência e de manutenção da sua humanidade. Mesmo entre conflitos e brigas, as relações amorosas fazem a unidade parecer humana, mais próxima de um “lá fora”, faz pesar menos.

Os três mecanismos aqui desenvolvidos são interpretações de como as jovens agiam para preservar suas identidades e saúde mental, para não serem caladas e desmontadas psiquicamente. As constantes investidas da unidade para o controle de corpos e docilização delas eram apartadas pelas práticas das jovens, que são intransigentes, estabelecem seus laços e suas formas de preservação e sobrevivência.

5 SIGNIFICAÇÕES E DESAFIOS DA PÓS-INTERNAÇÃO

“Não sou inferior a ninguém, meu processo de vida é único, só eu o conheço completamente, então não aceito me sentir inferior, não aceito ser julgada por quem não sabe da força que tenho em mim para enfrentar meus próprios pesadelos” (CARTA 1, ALICE).

Neste capítulo serão analisadas três categorias temáticas, a primeira consiste na visão sobre a unidade de internação; a segunda no significado da internação; por fim, na percepção delas sobre os desafios da pós-internação. Os temas foram propostos nos roteiros das cartas e das entrevistas realizadas, sendo as categorias resultantes dos relatos trazidos pelas jovens e das referências bibliográficas, conforme já foi explicitado nos capítulos anteriores.

5.1 A visão sobre a unidade de internação

A visão sobre a unidade objetiva agregar as percepções atuais das jovens sobre a instituição no tempo em que lá estiveram, as propostas de ressocialização e as oportunidades a elas oferecidas. Trata-se de uma avaliação geral do período de privação de liberdade, oferecendo um panorama da vivência adolescente na internação, englobando suas possibilidades de crescimento, aprendizagem e limitações proporcionadas.

Mesmo não tendo voltado ao sistema socioeducativo ou adentrado no sistema carcerário, Anna, Alice e Ágatha consideram que não seguiram o destino que a unidade esperava e trilharam um caminho de exceção. Para Anna e Alice, o discurso da unidade oferecia apenas um caminho possível para as jovens saírem do mundo do crime: a adequação à feminilidade hegemônica. Essa adequação resumia-se a dois principais pontos: a maternidade e o matrimônio heterossexual. Essa percepção me foi relatada por Alice e registrada aqui, em um trecho do meu diário de campo

“No caminho para a parada [de ônibus] ainda fomos conversando. Em um determinado momento, ela me contou que em determinados momentos ela entendia que a unidade achava que casar e ter filhos ajudava a afastar a mulher do mundo do crime e ela me perguntou o que eu achava disso. Eu disse que podia ser e que ela não era a primeira pessoa que me falava isso. E então ela começou a contar a história de uma moça, que em um dos saidões conheceu um homem bem mais velho, servidor público (bombeiro) e que engravidou dele, enquanto ainda estava na unidade. Quando ela saiu, eles se casaram. Mas ele era muito mais velho que ela e ela ainda era menor. Mas mesmo assim, ela ouvia várias técnicas e agentes dizendo que essa moça “se deu bem”, pois casou com um servidor público. O problema, entretanto, é que essa moça “some e aparece”, e conta para elas (em

específico ela e a Anna) que sofre abuso, que esse homem impede ela de ver a família, que ele não a deixa sair de casa, não deixa ter redes sociais, ou seja, isola ela de tudo. Elas tentam ajudar, mas logo a moça some novamente e elas não conseguem fazer nada. Ela disse que é muito complicado a unidade querer vender esse tipo de vida, sendo que elas nem sabem o que realmente se passa na vida dessa moça.

Ela disse também que eu escolhi muito bem as entrevistadas³¹, pois todas elas seguiram caminhos bem diferentes do que a unidade queria, pois elas não casaram e não tiveram filhos. Elas foram estudar, trabalhar, uma passou no vestibular e está na UNB, a outra tem o próprio salão de beleza de penteados afro³². Nenhuma “depende de homem”.” (Diário de Campo, 2019).

Foi Anna quem primeiro trouxe essa percepção, em nosso primeiro encontro, também descrito em diário de campo

“Ela começou então a falar de suas amigas egressas. Disse que é uma minoria que começou a ver na educação uma forma de sair do mundo do crime, muitas delas não têm consciência disso. Eu perguntei então se isso não era complicado de interpretar, já que elas viam outras formas de sair do meio do crime (casamento e filhos). Ela me disse que na verdade muitas delas não pensam sobre isso e me contou a história de uma das moças que saiu e se casou com um homem de 50 anos e teve três filhos. Segundo ela, essa moça sofre violência doméstica, mas agradece a “benção” do marido e dos filhos que a tiraram do mundo do crime. Além disso, Anna falou que isso não é uma visão só das egressas, a instituição promove esses atos como uma salvação. Ela me contou que foi a algumas palestras que o sistema socioeducativo promoveu para falar sobre as egressas, e o discurso do casamento e dos filhos como salvação é constante nesses ambientes.

Ela falou que existem muitas que estão presas também. Na Colmeia. A maioria, na verdade. Segundo ela existem três destinos mais comuns para as egressas da unidade: ou a prisão, ou o casamento, ou os filhos. Ela e algumas outras meninas são exceção, seguir o caminho da educação é uma exceção, principalmente porque ninguém estimula isso. A maternidade e o casamento são o discurso de salvação” (Diário de Campo, 2019).

O processo de disciplinamento dessas jovens visou a normalização, partindo da submissão de corpos femininos e seu adestramento, baseando-se na afirmação de que as mulheres são incapazes de cometer crimes. Percebe-se que a unidade constrói um discurso contraditório: aloca o desvio de meninas como resultado de uma vulnerabilidade ao controle do masculino, retirando sua agência e, ao mesmo tempo, usa a feminilidade hegemônica como salvação.

³¹ Alice concluiu que eu havia escolhido as jovens ativamente, mas como mencionado no capítulo sobre metodologia, foi utilizada a técnica de “bola de neve” para acessá-las.

³² O contato com essa jovem infelizmente não teve continuidade.

De acordo com a percepção das jovens, a educação não se apresenta como proposta efetiva de transformação e ressocialização. É falado que a educação é atividade obrigatória e um dos grandes pilares da socioeducação, tanto que todas as unidades possuem módulos escolares, aos quais as jovens vão cinco vezes por semana e têm aula de 3h por dia.

As meninas são minoria na unidade e, na época que as jovens aqui entrevistadas estavam internadas, o número não passava de 21 jovens sentenciadas. Criar uma turma por série/ano faria com que existissem muitas salas com um número pequeno ou mesmo sem jovens estudantes, o que organizacionalmente era pouco viável. Por outro lado, a unidade contava com um número muito maior de meninos, precisando de mais salas para os jovens e, diante da impossibilidade de convivência, não era possível a formação de turmas mistas. Sendo assim, na unidade haviam apenas 3 turmas para as meninas: nível fundamental 1 (1º à 4ª série³³), nível fundamental 2 (5º à 8º série) e nível médio³⁴.

As jovens em cada bloco de anos escolares tinham a mesma aula, o mesmo conteúdo, o que impacta na sua aprendizagem. Ágatha relata sua percepção sobre o ensino na unidade

“Ágatha: Lá eles não acreditam na gente, sabe? Acho que eles pensam que a gente é muito burro. Tipo, o ENEM, só podia fazer quem tava no ensino médio. Os professores eram muito fracos, ensinavam coisas muito fáceis, então praticamente eu não estudei lá. Eu nem considero que eu fiz 8ª e primeiro lá, porque não valeu de muito, não aprendi nada” (Entrevista 2, Ágatha, 2020).

Ágatha terminou o ensino fundamental e cursou o primeiro ano do ensino médio na unidade. Apesar de concordar com a crítica de Ágatha, talvez o maior problema dessa modalidade de ensino não seja a capacidade do profissional de ensino, mas o próprio sistema de aprendizagem, que precisa ser básico e acessível às jovens com menor nível de ensino, mas é limitado para as que estão nas séries mais avançadas.

Alice terminou o ensino médio na unidade e conta

*“Polliana: E o ensino, como era?
Alice: Péssimo. Horrível. Lá era ridículo, a gente era tratado como um bando de autista. Era como se a gente fosse muito incapaz, pra eles. Eles passavam coisa de criança” (Entrevista 2, Alice, 2019).*

³³ No período, estava em curso a mudança do ensino fundamental de 8 para 9 anos, o que posteriormente modificou a nomenclatura de “série” para “ano”. Sendo assim, mantenho fiel à narrativa, apesar de estar desatualizado quanto à lei vigente na publicação desse trabalho. À época, o nível fundamental acabava na 8ª série e, no ano seguinte, era iniciado o 1º ano do ensino médio.

³⁴ Essa informação foi retirada de um dos relatos de Alice e reorganizados para melhor compreensão. Sendo assim, os nomes de blocos de turmas foram inseridos pela autora, a interlocutora apenas narrou como funciona a separação.

Ágatha relata que a unidade nunca incentivou que ela tivesse um destino diferente do crime, inclusive as agentes deixavam claro que aquele era o seu destino:

“Polliana: No início das entrevistas, comentaram comigo que as agentes acreditavam que as meninas que casavam e tinham filhos não voltariam para o mundo do crime. O que você acha disso?”

Ágatha: Acho que não assim. Eu acho que elas esperavam que todo mundo ali ia sair, ia ficar pior e ia continuar na mesma vida. Na verdade, quando eu tava lá elas ficavam tipo analisando assim, tinha umas que era até de boa, mas elas falavam mesmo, tipo “daqui nenhuma se safa”. Elas ficavam falando mesmo, falando que nenhuma ia sair do mundo do crime, eu acho que elas esperavam isso, que todo mundo ia ficar na mesma e ainda colocava que... elas ainda tinham a vergonha na cara de dizer quem eram as únicas que iam sair. Aí ela falava que era só a Anna que ia, que a Anna nunca foi do crime, na real, a Alice, que também nunca foi do crime e a Beatriz³⁵, mas a Beatriz era. Mas o resto ia ficar só a bagaça, ia continuar, que não ia ter jeito, que era aquilo e pronto. Pelo que eu via, elas sempre falavam que era dali para a Colmeia. Principalmente eu, que era má vista pelas agentes, então elas esperavam de mim o pior” (Entrevista 2, Ágatha, 2020).

Terminar a medida socioeducativa sem estudo, sem nenhum tipo de profissionalização aumentava as chances do crime ser a única possibilidade. Ao sair da unidade para exercer sua sonhada liberdade, as jovens voltam para suas condições socioeconômicas anteriores sem apoio, com mais idade e com antigos e novos conflitos familiares e comunitários. Ágatha conta que assim que começou a sair na sistemática, teve dificuldades e logo voltou a traficar

“Quando eu comecei a sair eu estava com a cabeça bem mais madura e com muitos planos para o futuro, almejava conseguir um emprego logo, terminar o ensino médio e entrar na faculdade para poder me formar o quanto antes, mas como eu ainda estava de sistemática e com um pé na rua e outro na cadeia não tinha como de imediato conseguir o que almejava, só me restava esperar os 2 meses passar para ir atrás dos meus objetivos. Eu fiquei 1 mês saindo de 15 em 15 dias e 1 mês saindo todas as semanas, era só 2 meses, mas pra mim parecia uma eternidade para passar. Primeiramente quando eu saí eu queria comprar outras coisas pra mim pois meu gosto já não era o mesmo e eu queria renovar, também queria arrumar meu cabelo unha, sobrancelha e fazer tudo que eu não podia lá dentro, porém tudo era muito caro e minha mãe não tinha condições de suprir todas as minhas necessidades e devido a tantas dificuldades comecei traficar em todos os saidões para suprir minhas necessidades e até ajudava em casa também, e mesmo com o pensamento mudado eu não estava disposta em esperar pra ter minhas coisas e quando já sabemos como “fazer dinheiro” o crime é sempre um convite ou uma opção. Com isso continuei vendendo drogas mesmo de saidão, mas sendo mais prudente e tomando muito cuidado para não me esparrar de novo. Quando fui

³⁵ Nome fictício para que a jovem citada não seja identificada, mesmo que ela não faça parte diretamente desta pesquisa.

liberada de vez, a primeira coisa que eu fiz foi procurar emprego pois não queria aquela vida mais para mim e na primeira vez que procurei já tive a sorte de encontrar, lembro que fui na agência do trabalhador e tinha um emprego disponível de balconista na padaria, eu fui lá e trabalhei um dia mas era muito pesado o trabalho, os donos eram chatos e exploravam das balconistas e eu não fiquei pois não valia o meu bem estar e então continuei procurando. Comprei um jornal e circulei os empregos disponíveis, fui nos locais entregar currículos e em menos de uma semana eu consegui um de recepcionista de hotel que era bem melhor que na padaria, trabalhei no hotel por 3 anos” (Carta 3, Ágatha, 2020).

O estudo que desenvolvi em 2014 e deu origem ao meu trabalho de conclusão de curso em Sociologia evidencia o caráter moral e patriarcal da socialização imposta pelas unidades de internação do DF, nas quais o encarceramento e adestramento dessas jovens afastam-se muito dos objetivos das políticas públicas propostas. As poucas oficinas ou cursos presentes eram chamados de “amostra grátis”, ou seja, não tinham continuidade e muitas vezes não tinham certificação. (MACHADO, 2014).

Alice conta um pouco como era a dinâmica das oficinas

“Polliana: Em alguma dessas unidades você participou de alguma oficina ou alguma profissionalização?

Alice: Sim. Eu participei de bijuteria, mas a mulher era muito safada... (risos)

Polliana: Como assim?

Alice: Porque era assim, ela comprava o material, dava aula de bijuteria, aí pegava as bijuterias que as meninas faziam, que nós fazíamos, vendia lá na feira da torre, que ela tem uma loja, e o dinheiro era dela. Ou seja, a gente era trabalho escravo. Mas a gente gostava dessa oficina, porque era melhor que ficar no quarto. Mas eu achava ela muito safada. Ainda mais lá na torre, porque na torre é tudo muito caro... então tipo... mal sabiam eles, mal sabe quem compra que quem faz é preso. E aí é isso. Aí eu fiz panificação também, que era um projeto do SENAI, que é tipo aprender a mexer com padaria e tal... não aprendi nada, mas é porque eu não tinha interesse mesmo. E aí a gente ganhou uma bolsa de 500 reais, eu acho, todo mundo que fez o curso. Durou 2 meses.

Polliana: E esse dinheiro vai pra onde?

Alice: Vai para os pais. E aí é isso... deixa eu ver o que mais eu fiz... ah, tinha serigrafia, tinha umas oficinas assim... mas as meninas, a gente ia muito pouco para as oficinas, muito pouco, muito pouco... Era quando... não sei, acho que era quando eles falavam “pega essas meninas e enfia em algum lugar, porque já tá demais o barulho” ou quando vinha algo de fora para a unidade. Mas a unidade mesmo, com as meninas, ela não tinha muito interesse não, isso na UNIRE. Lá na Santa Maria realmente não tinha nada, não tinha oficina de nada, nada, nada. Agora lá na UNIRE era assim, tinham os lugares que tinham oficinas quase todos os dias, mas as meninas quase nunca eram levadas.

Polliana: Eles é que escolhiam por vocês? Eles que falaram quais as oficinas eram para vocês?

Alice: Olha só, quando eu fiz panificação eu era a única menina. Eles escolheram por questão de disciplina. Eu era a única menina em uma sala de 11 meninos.

Polliana: E na Santa Maria não tinha nada?

Alice: Nada. Teve uma oficina de grafitti... tipo assim, tinha uns projetos aleatórios de uma galera de fora que vinha, fazia e ia embora.

Polliana: Nada profissionalizante?

Alice: Não, teve uma aula de serigrafia uma vez, uma aula de música e só” (Entrevista 2, Alice, 2019).

Durante os dois anos que esteve internada, Alice lembra-se apenas dessas atividades, sendo que boa parte dessas foram desenvolvidas na UNIRE e não na UISM, que é a unidade onde atualmente as adolescentes cumprem medida socioeducativa. Nos relatos das três interlocutoras desse trabalho, a mudança para a UISM significou mais tempo “na tranca”³⁶ e mais exclusão das meninas das oficinas e das atividades de profissionalização.

Uma vez que a unidade é mista e os meninos são a esmagadora maioria, a maior parte das atividades é direcionada a eles. Além disso, eles têm mais liberdade para transitarem fora dos módulos para atividades de lazer, como jogar bola na quadra, por exemplo. A unidade é pensada para eles, sua profissionalização e sua educação, que, apesar de não ser perfeita, ainda considera mais os seus futuros do que os das meninas.

Ao reproduzir uma estrutura patriarcal, a internação vê o menino como um futuro provedor, sendo assim, a única forma de fazê-lo sair do mundo do crime é mostrar uma outra alternativa, uma profissão. Já as jovens meninas não precisam disso, porque esse não é o seu papel social. Dentro dessa perspectiva, para não mais transgredir as leis, elas só precisam aprender a ser submissas e silenciosas. Assim, seguirem suas trajetórias de casamento e maternidade, condenadas ao cuidado.

Essa diferenciação não se apresenta na narrativa de Anna sobre a unidade de internação exclusivamente feminina no Rio de Janeiro, onde a jovem passou 5 meses nessa e conta

“Polliana: Você viu muita diferença na unidade de lá para a daqui?

Anna: Ah, tinha muita diferença. Porque lá a unidade é só para as meninas, né? Então as atividades dentro da unidade eram nossas. Tinha muito esporte, tinha muito curso.

Polliana: Você acha que era melhor lá?

Anna: Achava. Eu não sei como é hoje lá. Tem uma galera que eu conheço lá que disse que deu uma mudada. Até pelo ritmo do RJ que tá hoje, com certeza deve ter mudado. A galera que eu conheço lá falou que tá bem mais foda. Mas era... a gente ficava pouco tempo dentro do quarto. Não existia essa barreira de gênero, de ficar

³⁶ Expressão utilizada pelas jovens para falar que não saíam dos módulos com frequência, restringindo a rotina entre escola, banho de sol e quarto.

dividido a unidade. Quando você divide a unidade, eles vão ter prioridade sempre, porque eles são a maioria esmagadora, então eles vão ter acesso as coisas e a gente não vai ter tanto quanto eles. Então assim, eu fazia muita coisa lá
[...]

Polliana: Você consegue me descrever as diferenças de rotina?

Anna: Na semana. Eu acordava e eles abriam todos os quartos. Soltavam todas as meninas. Aí meio que a gente tinha que fazer uma fila. Parecia uma formação militar. E aí ia para o refeitório. Tinha o refeitório, onde a gente tomava café. Aí se você não tivesse escola, podia ficar, sei lá, na quadra fazendo qualquer coisa ou ir para uma das oficinas. Dentro da unidade tinham oficinas. As portas ficavam abertas, você ia para a que você quisesse.

Polliana: Quais oficinas que tinham?

Anna: Tinha origami, tinha biscuit, tinha uma que era tipo uma robótica com aqueles legos, sabe? Mas essa era mais rara. Tinha de cabelo afro... é, essas eram a que ficavam dentro da unidade. No Rio tem tipo um lugar que é um complexo de cursos, que vai tanto as meninas quanto os meninos. Aí eles pegam a gente, leva numa kombi e leva nesse lugar onde a gente faz o curso. Lá tem mecânica, tem...cerâmica,, salão de beleza, várias coisas. É tipo um outro lugar perto da unidade que levam. Aí se você não quisesse, você ficava lá na quadra jogando bola. Podia pedir a bola para os agentes que eles davam. Ficava todo mundo junto, misturado, conversando, mas era pouca coisa, né? Ou tinha lugar que você podia assistir televisão, mas não TV aberta, porque não pode, mas podia filme... você fazia o corre lá com as agentes, né? No final de semana... as visitas eram que dia? (tentando lembrar) Ah, as visitas eram marcadas. Aqui é tudo no mesmo dia, né? Sábado todo mundo visita. Lá era tipo quarta-feira, quinta-feira, marca de acordo com o horário da mãe. Que lá não tem revista nos pais, não tem esse negócio de padrão de cor, eles podem entrar da forma que se sentirem melhor. Pelo menos na minha época era, minha mãe entrava de qualquer jeito. Mas lá a gente tem uniforme, aqui quem traz a roupa é a mãe. Lá a gente tem uniforme padronizado, é tipo um short, tudo padronizado, não pode usar outra coisa. A minha eu acho que era quinta a tarde, a visita, era marcação. E final de semana era esporte. Sábado e domingo tinha futebol, vôlei, essas coisas. E eles faziam um atendimento psicológico e de assistência social conforme a agenda deles lá.

Polliana: Mas era frequente esses atendimentos?

Anna: Era. A defensora pública, por exemplo, era toda quinta. Aí eles ficavam lá. Era toda semana, ou de 15 em 15 dias, mas geralmente era toda semana. Mas era bem constante mesmo. Se vc pedir eles também chamam.

Polliana: E aqui?

Anna: Ah, aqui a rotina era bem mais prisão mesmo, sabe? Como aqui a unidade sempre foi dividida com os meninos, então, por exemplo, tanto na CIAGO quanto na UISM é sempre o módulo, aquele cubículo assim que fica todo mundo. Então você sai para o banho de sol só ali. E depende muito como tá o esquema de segurança. Quando eu tava, saíam primeiro as menores e depois as maiores. Já que a gente tinha que dividir módulo, não podia sair todo mundo junto, porque não pode, né? Aí é 1h30 pra cada. Aí tinha a escola de manhã. Ia e voltava da escola escoltada. Aí eles serviam o almoço 12h. Dentro do quarto mesmo, não sai para comer. O corre que distribui, né? Cada quarto um prato. Aí de tarde, se não tiver nenhuma atividade, fica na tranca. Aí 18h tem a janta, distribuída pelo corre, aí faz a limpeza. Aí no final o corre é trancado e todo mundo fica trancado, porque acho que é 17h ou 18h ninguém mais pode sair do módulo. As guaritas fecham. Aí

não pode nada a noite. Aí as 22h as luzes são apagadas. Final de semana, de manhã, sábado, vem todas as visitas. Só quem tem filho que vai visitar que tem um dia diferente aí, sabe? Um dia especial para ir lá pra cima. Mas geralmente sábado todo mundo vai, as visitas, né? E a tarde, se as agentes deixarem, tem banho de sol, se não, fica na tranca mesmo. Domingo é a mesma coisa... banho de sol... nada muda.” (Entrevista 1, Anna, 2019).

Na ausência de atividades, as jovens passam praticamente todo o dia trancafiadas em seus quartos. Mesmo diante desse caráter carcerário, a internação foi uma possibilidade de afastamento de convívios de risco, de situações de abuso, ainda que não fosse esse o principal objetivo das medidas socioeducativas. A percepção que elas têm do período é um misto de respeito e pesar. Respeito pela vivência complexa e profunda, assim como o consequente aprendizado. Pesar pela experiência dolorosa e desnecessária por elas vividas, que não oferecia alternativas ao crime.

Anna, Ágatha e Alice escolheram a educação como um meio de se afastar do mundo do crime. Entretanto, esses caminhos inesperados foram proporcionados por ações pontuais na unidade, como um projeto de leitura desenvolvido, ou por pessoas específicas, como a professora Débora Diniz³⁷ da UnB, ou um agente que criou uma pequena biblioteca que transitava entre os quartos.

Tiveram apoio de pessoas como a Débora Diniz e outras pesquisadoras, como alguns agentes e servidores e também entre elas. As oportunidades que surgiram após a unidade, como vagas em empregos e a possibilidade de poder terminar os estudos, começar uma faculdade, foram por um lado sorte, como diz Ágatha, mas também foram oportunidades dadas por instituições, como as bolsas de estudos de Anna e Alice, fornecidas por um organismo internacional.

Entretanto, talvez o mais importante foi que essas jovens passaram a compreender que o poder, a imagem e o reconhecimento do crime não era o caminho que elas queriam trilhar e, ao mesmo tempo, elas tiveram outros caminhos abertos para neles seguir. Não só o casamento ou a maternidade, essas jovens tiveram portas abertas que poucas jovens que passam pelo sistema socioeducativo têm, que é sair com uma possibilidade de emprego e conseguir entrar em um curso superior, além de terem uma rede de apoio forte.

³⁷ Débora Diniz realizou desenvolveu o projeto Traços e Letras de Cadeia de Papel, buscando por meio da leitura e da escrita, dar voz às meninas da Unidade de Internação de Santa Maria (UISM). O projeto também fez parte do Programa de Iniciação Científica (ProIC/UnB), incluindo estudantes da universidade e duas jovens da unidade selecionadas como bolsistas. Mais informações: <https://noticias.unb.br/inicio/112-extensao-e-comunidade/217-projeto-da-unb-muda-a-vida-de-jovens-em-conflito-com-a-lei>.

Essas duas possibilidades surgem por uma sequência de acasos, como a Ágatha ter conseguido um emprego da primeira vez em que o procurou, mas também foi oferecida por atores que passaram pela unidade, como a professora Débora Diniz e toda a rede de apoio que ela acionou. O primeiro emprego de Anna e Alice assim que saíram da unidade foi indicação da professora. Outro elemento relevante é que as jovens não tem a “ficha suja”, ou seja, a não ser suas próprias histórias, nenhum documento expõe que as meninas já passaram pela socioeducação, justamente para impedir uma rejeição social.

Os caminhos que essas jovens trilharam foi um misto de eventualidade e oportunidades oferecidas, mas nenhuma dessas coisas foi parte de uma política pública, um projeto institucional ou uma proposta concreta e permanente na unidade. Segundo as jovens, não houve nenhum acompanhamento que possibilitasse uma transformação no plano de vida de cada uma.

Anna relata a importância que a oportunidade de estudo e trabalho tiveram na vida dela

“Anna: Por eu ter estudado, mudou meus caminhos e minhas formas de pensar e de querer as coisas, sabe? Acho que não só minha, né? Eu ter ido pra faculdade, ter tido uma educação, me tirou de outros caminhos que provavelmente eu seguiria. Eu tive acesso à informação, aos debates, consegui desconstruir muitas coisas. Questões de violência, questões familiares, de passado, de medida socioeducativa e foi importante. Decisivo, talvez. Foi o mais importante pra mim. Talvez eu não estaria aqui hoje se não fosse isso.

Polliana: Voltar para o mundo do crime era uma opção?

Anna: Minha opção era essa, eu não tinha muita expectativa de fazer outra coisa. Hoje meu irmão é, minha mãe meio que recrutou ele para vender drogas. Ele vende. Eu achei que eu iria também. Não estava lutando muito contra isso. Por algumas vezes eu decidi que iria, mas alguns fatores não deixaram... ainda bem, mas eu achei que sim.

Polliana: Então essa oportunidade foi fundamental?

Anna: Foi. Não só a oportunidade, foram pessoas também. Tive a [local onde Anna trabalhou após a internação] inteira, tive a Ana³⁸, tive outras pessoas, que estiveram comigo em muitos momentos, conseguiram que eu não saísse de casa, essas coisas. Além da oportunidade, teve pessoas, teve rede de apoio. A rede de apoio foi muito importante.

Polliana: Você conhece meninas que voltaram para o mundo do crime? Como? Como isso poderia ser diferente?

Anna: Conheço. Acho que mais da metade ali voltou. As que não voltaram, e não tiveram filhos, foi Eu, Alice e Ágatha, as que eram lésbicas. E uma coisa que a gente sempre pensa é que necessariamente quem teve acesso à educação que não voltou e não engravidou. Tinham 18 meninas naquela época, acho que umas 10 já voltara, já rodaram e estão na Colmeia. A Ana³⁹, que ganhou a bolsa também, voltou, porque eram 3... E eu acredito que o que faria ela não voltar seria a mesma coisa, não necessariamente uma bolsa de estudos, isso não é o bastante, mas você

³⁸ Nome fictício dado à uma pessoa relevante para a trajetória de Anna, mas que poderia identificá-la.

³⁹ Nome fictício.

ter uma rede de apoio quando você sai. Eu tive uma bem forte e acho que pra muitos faltou isso. E educação também, porque a gente precisa desconstruir umas coisas do mundo do crime, sabe? Ele seduz, muitas querem estar ali, porque é um lugar atraente, de status, de consumo e é muito difícil você sair de um status de consumo alto e ganhar um salário mínimo e não ter tanto mais aquela coisa. Acredito que faltou a rede de apoio, faltou essa desconstrução, faltou se trabalhado dentro do sistema não só isso, mas por serem meninas ser trabalhado educação familiar, educação sexual, muita coisa, sabe? Sobre violência de gênero. As que não voltaram para o mundo do crime entraram em casamentos muito ruins, porque elas não tinham pra onde ir, sabe? Então faltou muita coisa. Tem aquelas que hoje eu conheço que hoje estão sofrendo violência por homens, por que não tem o que fazer, né? E pras meninas sempre tem esse caminho: ou você vai para o mundo do crime, ou você vai engravidar e ter filhos, casar. São dois caminhos muito cruéis para as mulheres. Para as meninas, especificamente, acho que faltou muita coisa” (Entrevista 2, Anna, 2020).

Marinho (2013), em seu estudo sobre jovens egressos do sistema socioeducativo, pontua que essa ambiguidade é um denominador comum à diversos estudos sobre essa população. A autora afirma que “os sujeitos estudados expressavam seu desprezo pela instituição, ao mesmo tempo que declaravam que esta colaborou com uma mudança positiva em suas vidas”. (ibid., pág. 109). Para a autora, essa ambiguidade pode ser explicada pelo fato de que os/as adolescentes se encontravam em uma situação de alta vulnerabilidade antes de serem apreendidos/as, e que a internação foi um fator de afastamento.

Além de acesso a oportunidades, é importante destacar a relevância da formação de redes de apoio, que acompanhem e ofereçam suporte emocional, material e social após a saída da unidade. Conhecer a trajetória dessas jovens e compreender suas motivações são passos necessários para ter acesso aos fatores de risco que elas enfrentam em suas casas, em seu bairro e em seu convívio social em geral. Sem um acompanhamento, as jovens voltarão ao mesmo cenário anterior, mas, agora, ainda mais fragilizadas pelas duras experiências na unidade e com a sensação de estarem “atrasadas”.

5.2 O significado da internação

O significado da internação abarca a virada que a internação foi na vida das jovens, em seus processos de subjetivação e em suas rotinas, partindo do afastamento da realidade anteriormente vivenciada. Anna, Ágatha e Alice interpretam a internação como um momento de aprendizado e crescimento, um ensejo a fazer diferente desde então. Além disso, foi lá que construíram nova perspectiva sobre o mundo e sobre o que queriam ser a partir da internação. Encontraram essas respostas em si, nos livros ou nas redes de apoio que ali formaram.

Alice viu na internação uma oportunidade para se analisar e amadurecer. Ela relata essas mudanças em sua primeira carta

“Mas eu acredito que passar por essa experiência me garantiu uma maturidade que eu poderia não ter alcançado na idade que eu estava e possivelmente nem na idade que eu estou hoje. Eu tive que aprender a ser forte para lidar com toda a mudança que estava ocorrendo na minha vida tanto dentro do sistema, quanto o que estava me esperando do lado de fora, então percebi que o meu pior inimigo não eram as pessoas que querem minha morte, os agentes dentro da unidade, a Juíza, ou as meninas que eu tretava nos módulos. O meu pior inimigo era somente eu mesma, e da mesma forma que eu era minha pior inimiga, eu poderia me tornar minha heroína, poderia me salvar, aprender a fazer escolhas, selecionar a dedo quem eu gostaria do meu lado, e principalmente me amar mais do que qualquer pessoa nesse mundo já amou, isso era uma forma de agradecer a minha mãe pelo amor que ela me dava.

Passei a acreditar em mim mais do que qualquer outra pessoa já acreditou, passei a cuidar de mim, a me proteger, a me preservar. Então, percebi que não sou inferior a ninguém, não sou inferior aos homens, não sou inferior aos ricos, não sou inferior aos estudados. Não sou inferior a ninguém, meu processo de vida é único, só eu o conheço completamente, então não aceito me sentir inferior, não aceito ser julgada por quem não sabe da força que tenho em mim para enfrentar meus próprios pesadelos.

O status do crime é ilusão, não é real, as roupas de marca não fazem diferença alguma no mundo, é aparência, é mentira. Ser agressiva, egoísta, ser “muleca doída” não significa ser corajosa, também é mentira. Ser de verdade, aceitar quem se é, o que se tem, dormir de consciência limpa, não dar trabalho ou preocupação para ninguém. Isso vale a pena, isso é ter honra, não fazer mal para ninguém, estar sempre em busca de superar as futilidades, isso é crescer, evoluir, tornar-se mulher.

A vida é feita de infinitas possibilidades, e somos capazes de alcançar nossos sonhos, o primeiro passo é acreditar e investir em nós mesmos, para o nosso bem. A liberdade não é não estar presa, a liberdade está na mente, a liberdade é nossa capacidade de voar” (Carta 1, Alice, 2019).

A experiência vivida na unidade a endureceu e a empoderou. Ela sentia que antes era inocente, vulnerável e o período de internação a fez ver o mundo de outra forma, que, ainda que fosse uma maneira mais dura, era também mais real. Evidentemente, existe muito sofrimento nessa narrativa. Ela conta que, em sua primeira saída da unidade, viu reflexos dessa mudança

“Polliana: Você saiu duas vezes antes de ser liberada?

Alice: Uhum. Um foi no aniversário da minha mãe e outro foi no natal, aí no natal foram dois dias, dia 24 e 25.

Polliana: Depois de 1 ano e 7 meses?

Alice: Depois de 1 ano e 7 meses. Natal foi 1 ano e 9 meses.

Polliana: E como foi?

Alice: Ah, foi muito estranho. (risos)

Polliana: Você ficou com medo?

Alice: Não, eu não fiquei com medo, eu fiquei... assim, foi muito estranho. Eu lembro que... foi muito estranho. Era muito movimento, a rua, e eu queria que tudo... que desse tempo de fazer tudo que eu queria e não dava.

Polliana: O que você queria fazer?

Alice: Ah, eu queria fazer um monte de coisa, eu queria comer de tudo... eu queria, sei lá (risos)... eu queria tudo, eu queria fazer de tudo... e nada... não foi. Foi legal, mas foi muito constrangedor... eu lembro que eu fui num bar com minha irmã e uma prima minha e chegou um homem na mesa e falou “ah, vocês estão sozinhas” e foi aquela loucura, né, e ele querendo sentar e a gente chamando atenção dos garçons e os garçons não expulsavam, não faziam nada. E ele e mais dois amigos dele ficavam “ah, mas vocês estão sozinhas, a gente pode sentar aqui!” e aí eu fui muito agressiva com eles... e aí eu percebi que eu tinha pego um pouco dessa postura, assim, ameaçadora... de meter o dedo na cara e falar “sai da minha mesa” (risos).

Polliana: Mas antes você não era assim?

Alice: Não... Eu acho que o socioeducativo me empoderou muito. Eu era muito aquelas meninas de tipo ele está me ofendendo e eu (fingimento de um risinho tímido) “tô ofendida”... não tem isso... Não tinha... Agora não, agora eu sou a grossa, a exagerada e eu adoro, não sou obrigada (risos)” (Entrevista 1, Alice, 2019).

A internação mudou os rumos das vidas dessas jovens. Alice vê essa mudança como uma retirada de sua inocência de criança, o amadurecimento forçado diante das fantasias infantis. Essa visão, segundo ela, possibilitou que ela enxergasse suas responsabilidades e o os resultados positivos de relações ruins que ela viveu

“Polliana: Eu achei interessante ler a sua carta, porque eu vi que da metade para o fim tinha muita introspecção, você olhava muito para dentro de você. E eu até fiquei pensando que podia ter relação com a sua área também, né, a psicologia, mas eu achei muito interessante a sua análise de como você se formou lá dentro. Eu tenho várias perguntas sobre isso. Por exemplo, tem um trecho que você fala que você era sua pior inimiga. Por que você acha isso?”

Alice: Eu acho que nós somos, assim.

Polliana: Por que?

Alice: Porque quando... assim, quando a gente toma um pouquinho de consciência... antes de tomar consciência tudo bem, a gente está isento de tudo, mas quando a gente toma um pouquinho de consciência a gente sabe o que tá fazendo e a gente vai escolhendo as coisas, né?

Polliana: Consciência sobre o que?

Alice: Sobre... o que, por exemplo, mesmo que seja microcômico, consciência sobre o que me faz mal. Eu sei que isso me faz mal, eu sei que isso é um caminho ruim e aí eu continuo fazendo, então eu já estou tendo uma escolha, eu já estou fazendo o que eu quero ali.

Polliana: Você acha que antes você não tinha essa percepção?

Alice: Não, não, não. Eu me colocava em situações bem desagradáveis, assim. E até hoje eu estaria me colocando em situações desagradáveis.

Polliana: Mas você não acha que assim você coloca o peso nas costas de novo? Dessas escolhas?

Alice: Acho que não. Acho que é libertador. De se responsabilizar por si mesma e quando fizer merda, que a gente vai fazer sempre, falar: “Pô, eu fiz porque eu quis, tô nem aí” (risos). Né? Não ter que ter alguém como “ah, você fez isso comigo”. Saber que “Poxa, eu fiz...”. Quando você ter consciência, você consegue, quando você não tem, aí tudo bem você precisa de um suporte” (Entrevista 1, Alice, 2019).

O amadurecimento, para Alice, revela-se na consciência de suas próprias ações. Esse pensamento foi a base da interpretação de sua vivência na unidade, o foco para a responsabilização dos seus atos. Ela também conta, em sua primeira carta, que na unidade ela “tornou-se mulher”, questionei o que isso significava

“Polliana: Bom, vamos para a última. Tem uma parte da carta que você fala que foi lá dentro que você se tornou mulher. O que é tornar-se mulher?”

Alice: Bom, quando eu entrei eu tinha 17 anos, eu era uma menina normal, uma adolescente normal. Quando eu saí eu tinha 19. Eu passei por um processo que, não era só fazer 18 anos, tem toda uma posição social do que é se tornar adulto, né? E eu fiz 18, depois eu fiz 19, estando lá dentro. E eu acho que me reconheci como mulher, no sentido de ter autonomia, aquela mesma coisa, ter autonomia sobre meu corpo, sobre a minha mente, sobre as minhas escolhas, depois de passar por lá dentro. Lá dentro isso foi sendo moldado, porque antes não, eu nunca tinha parado para pensar o que é uma mulher, socialmente, acho que lá dentro eu tive essa consciência” (Entrevista 1, Alice, 2019).

No discurso de Alice, a feminilidade aparece em dois momentos. Primeiro, ela diz que a sociedade expõe as mulheres à violência, para ela “ser mulher” é estar suscetível e exposta à diversas violações. Por outro lado, quando ela aprendeu a lidar com esses abusos, a forma com que ela lidou com essa realidade a tornou ainda mais mulher. Ser mulher para Alice é conseguir blindar-se do abuso, sendo forte, autônoma e independente.

Ágatha conta que sua mudança foi pelo caminho da leitura, principalmente pelo caminho da espiritualidade

Ágatha: Eu acho que eu mudei muito, porque eu analisei e comecei a ver o que era melhor pra mim, também via o tanto que eu desperdiçava a minha vida, tava lá fazendo corre, vendendo droga, mas eu não sabia aproveitar o meu dinheiro e eu não saía pra nenhum lugar legal, eu saía só se fosse pra uma festa, mas eu não saía pra lugar nenhum, a gente não fazia nada, ficava só naquela. Eu falava, “gente, eu não ia pra lugar nenhum, eu era muito burra”. Eu tinha dinheiro, mas eu não sabia gastar direito o meu dinheiro, aí então... eu acho que eu mudei muito foi nisso e no

meu modo de pensar mesmo, que eu queria agora alguma coisa pra minha vida, não queria o mundo do crime, não queria mais isso. Mas assim, quando eu tava lá eu também não queria pra sempre, mas eu ia levar até onde desse, até quando desse eu ia continuar levando. E também eu mudei muito, porque eu acho que eu lia muito, aí eu comecei a ler, né, que o que você pensa acontece, que o que você acredita, se você acreditar você pode. Então eu comecei a abrir muito a minha mente para essas coisas, tipo “ah, se eu quiser isso eu consigo”, eu posso o que eu quiser. E parar de colocar tantas barreiras que nem antes. Tipo, eu queria andar de skate e antes de eu rodar eu ficava “ah, eu não sei andar, não adianta, eu não consigo, não adianta eu tentar porque eu nem consigo ficar em cima”. Aí depois que eu saí eu não pensava assim, eu pensava “o que eu quiser eu posso, se eu quiser andar de skate, eu posso andar”. Tanto que eu até aprendi mesmo. Mudou muito assim mesmo, eu pensava que qualquer coisa que eu queria pra minha vida eu poderia realizar.

[...]

Polliana: O que você acha que mudou sua mentalidade?

Ágatha: Acho que é porque eu pensava muito. Eu ficava “eita, eu fazia isso”, aí eu nossa... fui parar pra pensar e analisar. Aí eu parei pra pensar que as pessoas que andavam comigo nem gostavam de mim, que né? Era tudo muito pensamento, eu pensava “ah, tá, não quero mais assim” e ia indo. Mas era pensando demais que eu ia deduzindo mil coisas. Pensando, lendo também. Eu gostava muito de ler romance, mas eu também gostava muito de ler livros espíritas, acho que eles que abriam minha mente. Assim, desde pequena que eu tive contato com a religião espírita, porque minha mãe frequentava, mas não era. Minha mãe é igual eu, ela vai na evangélica, ela vai na católica, ela vai na espírita. Aí eu ia muito no espiritismo, no Kardecista mesmo, então tipo eu acho que eu já tinha muito do ensinamento porque eu já conhecia a doutrina, só que aí quando eu tava lá dentro, que eu lia uns livros muito bons que eu via e falava: “é isso, é isso aqui mesmo que eu sinto que é a verdade pra minha vida que eu quero”, então quando eu saí eu continuei. Continuei lendo, gostavam muito de ler coisas budistas também, tipo Buda, gosto de ler sobre o Buda e os ensinamentos dele, a forma de estilo de vida budista, gosto muito. Mas é que nem eu te falei, não tenho uma religião definida, mas tem crenças que eu acredito.” (Entrevista 1, Ágatha, 2019).

Percebe-se nos relatos uma ambiguidade quanto aos aspectos positivos e negativos da internação. Por um lado, as opressões, os sofrimentos e as privações vivenciadas levam à revisão dos próprios atos e das relações anteriores. Por outro, as jovens carregam também memórias dolorosas e pensamentos negativos, principalmente em relação aos/às agentes do Estado. As jovens consideram que a internação foi um mal necessário para que pudessem repensar suas vidas e suas ações, mudando o rumo de suas histórias.

De certo modo, foi um rito de passagem da vida infantil para a vida adulta. Ao citar DaMatta, Souza & McCarthy (2010) descrevem que rito de passagem é um processo de individualização, no qual o/a sujeito/a passa por um processo de “solidão, ausência, sofrimento e isolamento que, por isso mesmo, acaba promovendo um renovado encontro com a sociedade

na forma de uma triunfante interdependência”. (DAMATTA, 2000 apud SOUZA & MACCARTHY, 2010, 133). As jovens saíram da unidade com maior capacidade de reflexão sobre si e suas responsabilidades, passando compreender de forma diferente as opções diante de si e buscando assumir novos papéis.

Ademais, pode-se considerar a internação como um momento de impasse, uma vez que também pode desencadear uma insegurança generalizada e uma ausência de pertença identitária, provocando uma ausência de visão de futuro e desencadeando condutas violentas. Não são todos/as os/as jovens que entram na unidade inebriados pelo poder do crime e saem desiludidos com o crime, por outro lado, a falta de outras perspectivas na instituição e na sua saída contribuem com que estes permaneçam no crime.

5.3 Os desafios e oportunidades encontrados na pós-internação

Os desafios e oportunidades da pós-internação é a última categoria aqui analisada e compreende à percepção das jovens sobre a readaptação à rua e as dificuldades que enfrentaram ao sair da unidade. Um dos principais debates nos estudos sobre egressos/as do sistema socioeducativo e do sistema penal é como eles/as se reinserem na sociedade após anos de isolamento e como a privação de liberdade os/as marcam não só como vivência biográfica, mas como elemento estigmatizante.

Assim que saíram da unidade, todas retornaram às casas das mães, onde passaram a reconstruir a vida. Alice conta em sua última carta como foram os primeiros dias fora da unidade

“Meu primeiro dia de liberdade foi difícil, não conseguia dormir, não conseguia comer e tive várias crises de choro, mas estava feliz, pude escutar todas as músicas que não ouvia há 2 anos, e ver o céu quando eu quisesse, tudo parecia tão sagrado e poético, a cor do dia, o cheiro, os sons das pessoas na rua.

Os dias foram passando, a cadeia na minha cabeça foi silenciando, estava tomando remédios controlados e comecei a terapia, porém desisti. Eu fui me acostumando a liberdade, comecei a estudar num pré-vestibular e aos poucos fui me sentindo uma pessoa normal, era difícil conviver com pessoas da minha idade, acabei me tornando bem mais madura. Comecei a trabalhar depois de uns meses e consegui uma bolsa de Psicologia, a vida do lado de fora corre, lá dentro o tempo paralisa minuto por minuto, a readaptação ainda parece ocorrer, as pessoas não entendem isso, as vezes penso que sinto demais” (Carta 3, Alice, 2020).

Anna, Alice e Ágatha passaram aproximadamente 2 anos na unidade, vivendo a rotina da cadeia e submetendo-se às ordens das agentes, sendo avaliadas a cada respiração. Segundo Goffman (2008), o que o egresso conserva de sua experiência institucional diz muito a respeito das instituições totais. Na narrativa das jovens, é possível perceber que a internação marcou

suas vidas de maneira tão forte, que sua posição no mundo nunca mais será igual, agora elas não são só desviantes, são desajustadas.

Uma das evidências desse desajuste é o reencontro com os amigos e parentes, Ágatha conta um pouco como foi para ela

“A minha sensação de sair depois de 1 ano e 9 meses foi primeiramente de felicidade por poder me sentir livre novamente, mas ao mesmo tempo de estranheza, pois tudo estava diferente, meus familiares, meus amigos e as pessoas que eu conhecia, por ter ficado um tempo afastada de tudo pude notar essa diferença” (Carta 3, Ágatha, 2020).

Segundo Goffman (ibid.), a saída de uma instituição total negativa gera uma mudança desfavorável ao status do/a egresso/a, o estigma, o que gera um esforço para manipular as informações sobre o seu passado. Alice conta que prefere não falar para as pessoas sobre a internação, que os colegas da faculdade não sabem e as pessoas com quem ela se relaciona hoje também não, ela afirma que não quer esse olhar para ela

“Polliana: Quando você saiu, você tinha contato com as pessoas de antes?

Alice: Algumas poucas. As pessoas que não sabiam. Eu só gostava das pessoas que não sabiam de nada.

Polliana: Por quê?

Alice: Porque as pessoas que sabiam iam ficar me perguntando e ia ficar uma situação chata. Eu preferia que não soubessem. Eu tenho uma amiga, que a gente se conhece desde criança e ela é muito especial, porém, toda vez que a gente se encontra ela pergunta “você se arrepende?”. Eu fico “nossa, mano”. Eu tinha um encontro anual com ela, agora eu não consigo nem isso.

[...]

Polliana: Você não conta por que você não quer esse olhar pra você?

Alice: Também, mas também porque eu não sei como vai ser para a pessoa, porque a pessoa pode ficar assustada, ou ela pode ficar diferente, né? É uma situação meio pesada. Eu me coloco no lugar nas pessoas e eu ficaria assustada hoje, se acontecesse hoje de eu tá alguém e a pessoa falar “não, já fui presa e tal, já matei alguém”... (risos). Você fica assim, não é? É natural! Eu não penso “nossa, que pessoa horrível”, porque é natural. A gente fica “tá, mas até onde eu posso ir com essa pessoa?”, né?

[...]

Polliana: Como é passar por esse processo sozinha? Não falar sobre isso com as pessoas?

Alice: É bem ruim, é bem solitário. Mas eu acho melhor do que lidar com o outro, porque a situação fica bem mais complicada. E hoje em dia a gente tenta falar uma coisa mais tranquila, mais banal para as pessoas e as pessoas não te compreendem, elas não compreendem e já estão te julgando. Pra que que eu vou trazer algo tão pesado se vai ser basicamente a mesma coisa, ou até pior. Eu acho que comigo é melhor, eu consigo lidar melhor” (Entrevista 2, Alice, 2019).

Alice conta também que teve muita dificuldade quando fez cursinho pré-vestibular, porque era um ambiente onde as pessoas perguntavam e falavam muito sobre a escola onde fizeram o ensino médio. Como ela terminou o ensino médio na unidade e não queria que ninguém soubesse, ela tinha que ter sempre a cautela de não revelar seu segredo.

Qualquer estigma gera uma tensão na interação social, porque impõe uma identidade ao indivíduo partindo de seu desvio. Como ex-socioeducanda internada por homicídio, a identidade imposta à Alice impõe a ela uma anormalidade. Mesmo tendo hoje uma vida considerada normal, com desafios comuns para uma jovem mulher da sua idade, ela está marcada por essa forte experiência.

Essa marca compõe sua identidade pessoal e social como um símbolo de estigma, transmite uma informação sobre ela, sendo parte “dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão”. (GOFFMAN, 2008, 116). Esse símbolo desperta a atenção sobre um aspecto degradante, que quebra a sua identidade anterior e gera uma desvalorização praticamente para sempre, como uma marca perpétua.

As egressas são desacreditáveis, ou seja, seu estigma não é aparente. As pessoas desacreditáveis têm a opção, no momento do encontro face a face, de filtrar quem saberá ou não de seu desvio. Elas podem manipular quais de suas informações serão reveladas e evitar uma identidade pessoal negativa. (ibid.).

Essa manipulação está presente nos relatos no segundo capítulo, no qual as jovens que foram internadas por homicídio escolhem quem, quando, onde e como as/os pesquisadores e as pessoas em geral vão saber sobre sua infração. Contam sobre a infração, mas mentem sobre o tipo; contam o tipo, mas não dizem como; dizem como, mas não dizem quem; e por aí vai. Aqui esse cenário se repete, pois na sua reinserção na sociedade, elas vão escolher como e para quem querem contar suas histórias.

Além das vivências de infração e internação, o desvio de gênero também marca a identidade pessoal dessas jovens com signos deteriorantes, essa subversão ao feminino estereotipado apresenta outro estigma. Esses dois elementos anormais nas trajetórias dessas mulheres impactam na identidade do eu, ou seja, na forma subjetiva e reflexiva que essas significam sua própria situação. Tanto experiência estigmatizante, quanto a manipulação das informações pessoais farão parte de quem é essa jovem após a internação e suas vivências. (GOFFMAN, 2008).

Os caminhos trilhados pelas jovens na pós-internação foram a educação, afastar-se – quando possível – do mundo do crime e construir uma trajetória normalizada fora do feminino

patriarcal, são carregados de sinais de estigma, gerando novas experiências. Ágatha conta de suas dificuldades hoje na universidade, que tem relação direta com seu período na unidade

“Polliana: Quais suas metas e projetos hoje?”

Ágatha: Assim, eu tenho muitas metas e muitos projetos. Eu estou tentando... eu tenho muitas ideias, sabe? Eu tenho muita ideia que vai de projetos pequenininhos para uns bem grandes, né? Assim, de projeto mesmo eu quero continuar o curso, né? Quero entrar em um curso de inglês o quanto antes, porque até hoje eu não consegui entrar, né? Eu vou tentar entrar esse ano, porque eu quero terminar falando inglês, mas eu não sei se vou conseguir, porque acho que é meio difícil ficar fluente em uns 2 anos. Mas tipo assim, eu quero terminar pelo menos falando inglês... Eu vejo muita diferença, que o pessoal lá, várias pessoas da minha aula sabem super falar inglês... mas também a vida deles foi completamente diferente da minha. Eu vejo essa desigualdade, mesmo no [nome do curso]⁴⁰, que nem é um curso que é essas coisas toda, sabe? Só tem burguês (risos). Até no [nome do curso]. Aí o povo super sabe falar inglês. Quero muito começar o curso de inglês. Aí quero fazer uns cursos de informática também, porque eu sou muito ruim na informática. É que eu nunca fiz nada na minha vida, nunca fiz um curso, agora eu sinto muita falta de formatar os trabalhos, esses negócios, eu fico “ah, gente, sou muito burra”. Mas é isso. Ah, é tanta coisa. Eu quero tirar minha carteira, eu queria tá tirando já na verdade, mas eu nunca tenho tempo e eu acho que agora que eu não tenho mesmo. Mas... é isso. Quero terminar o curso, quero arrumar um emprego bom que me dê dinheiro. Eu queria passar em um concurso, mas é muito difícil, né, eu também teria que treinar e estudar muito. Ah, é isso, queria melhorar de vida” (Entrevista 3, Ágatha, 2020).

Vir de uma trajetória diferente da maioria dos/as jovens que cursam nível superior em uma universidade pública, ter vivido o mundo do crime e ter passado por uma unidade socioeducativa, transforma a universidade em um lugar de resistência para Ágatha, ela é um desvio da norma. Da mesma forma que é um espaço de resistência, é espaço de estigma, mesmo que seja amenizado por uma manipulação das informações pessoais.

Ágatha conta que não acreditou quando passou no vestibular, achou que nunca seria capaz

“Ágatha: É que nem quando eu fui entrar na UnB, quando eu passei no vestibular. Velho, eu não acreditava, assim eu via que meu nome tava lá, mas parece... não acreditava. Parece que não era. Eu falei: “velho, eu só vou acreditar que eu passei quando eu tiver dentro daquela sala lá e a professora me chamar, falar meu nome”, aí eu vou falar “tô aqui mesmo”. Porque era um sonho muito grande, eu achava que eu não tinha capacidade, tinha hora que eu achava que eu não ia conseguir. Eu achava que eu não ia passar. E eu acho que eu já te disse isso... eu via o ônibus da UnB e eu achava que todo mundo da UnB era nerd, super admirava quem

⁴⁰ O nome do curso citado foi retirado para preservar a identidade da jovem.

estudava lá. Eu falava “nossa, velho, esse povo é muito inteligente, como que pode?” eu pensava “gente, se eu passar eu vou me achar muito”. Porque eu ficava assim... porque eu ia visitar meu marido e a fila do presídio é do lado da fila da UnB, aí eu ficava lá na fila do presídio e pensando “ah, velho, eu queria tanto pegar esse UnB aqui” mas eu pensava “ah, mas deve ser muito difícil”. Aí eu ficava olhando pra cara de todo mundo da fila e falava “nossa, devem ser muito inteligentes”, achando que todo mundo era super de outro mundo (risos). Sabe porque eu achava isso também? Pelas notas do ENEM. As notas do ENEM pra entrar na UnB são muito altas, então tem que ser muito inteligente pra conseguir, porque [nome do curso] tava 700 e pouco. Eu falei “ninguém mais consegue entrar não”. Acho que é porque eles liberam tipo 1 ou duas vagas pelo SISU. Acho que só tinham duas.

Polliana: E como foi quando você entrou?

Ágatha: Até hoje eu acho que eu ainda me sinto um pouco (risos). Nossa, eu fiquei muito feliz... eu pensava “nossa, ninguém ficou mais feliz que eu”, que passou. Eu me sinto bem, eu gosto do curso. Eu só fico meio assim porque é de dia o curso e atrapalha minha vida de dia, mas eu ainda to conseguindo levar, to conseguindo levar de boa. Mas eu gosto muito do curso, gosto do [nome do curso], acho um curso muito bom, sabe? Eles não veem só o lado financeiro da atividade, sabe? Acho que é muito diferente fazer [nome do curso] na UnB - eu não sei, eu acho – que fazer em outra faculdade, porque eu já olhei um pouco a grade e tem muita diferença. Na UnB eles tentam te formar bem na base humanas mesmo, então eu acho incrível. Eu gosto muito” (Entrevista 3, Ágatha, 2020).

“Ninguém ficou mais feliz do que eu”, diz Ágatha. Não apenas a felicidade de passar no vestibular, mas de superar o estigma de bandida e a marca de que nunca sairia do mundo do crime. Importante observar que o companheiro de Ágatha está preso, ou seja, a interação com o mundo do crime ainda existe, mas hoje existem outras trajetórias que ela pode seguir, hoje ela pode pegar o ônibus para UnB.

O crime ainda é uma possibilidade para todas elas, é uma porta que sempre estará aberta

“Polliana: Voltar para o mundo do crime era uma opção?

Anna: Minha opção era essa, eu não tinha muita expectativa de fazer outra coisa. Hoje meu irmão é [traficante], minha mãe meio que recrutou ele para vender drogas. Ele vende. Eu achei que eu iria também. Não estava lutando muito contra isso. Por algumas vezes eu decidi que iria, mas alguns fatores não deixaram... ainda bem, mas eu achei que sim” (Entrevista 2, Anna, 2020).

Quando fiz a mesma pergunta para Alice e Ágatha, as respostas foram as mesmas, o mundo do crime ainda é uma opção. Quando perguntei por que, então, não voltar? Alice respondeu que tem medo de ser presa e não quer nunca voltar para um ambiente como a unidade; Ágatha respondeu que acha que não vale a pena, que construir um futuro é mais certo e vantajoso; e Anna respondeu

“Polliana: O que você acha que fez você se afastar do crime?”

Anna: Mais oportunidade, mais apoio, mais acesso à educação, pensar melhor sobre as coisas, tudo eu tive. Mas o que me fez sair mesmo foi por ela também. Porque assim, minha mãe não vai ser jovem para sempre, né? Não vai conseguir ficar nessa para sempre.

Polliana: Quantos anos sua mãe tem?

Anna: 39. Ela é nova. Mas não vai ser para sempre, né? Se eu tiver com ela junto, vai ser duas pessoas que não vão ter nada. Então eu tô saindo para um dia ela ter alguém mais forte que ela” (Entrevista 1, Anna, 2019).

A infração da Alice foi uma exceção em sua vida, embora a jovem tenha vivenciado muitos traumas e conflitos familiares. Quando Alice saiu da unidade, sua estabilização foi apoiada pela família, os pais investiram para que continuasse estudando e ela teve a oportunidade de começar a universidade com bolsa de estudos. Com o tempo, voltou à uma trajetória *normal*

“Polliana: Quais são seus desafios hoje?”

Alice: Acho que são desafios bem normais. Arrumar um emprego, terminar a faculdade” (Entrevista 3, Alice, 2020).

Anna e Ágatha, entretanto, ainda vivem em ambientes mais instáveis, com problemas econômicos e familiares. Elas acabam, portanto, oscilando entre a aproximação e o afastamento de fatores de risco. Anna diz que seu desafio é e sempre será sua família, a inserção de seus parentes mais próximos no tráfico. Para Ágatha, são os problemas econômicos de sustentar sua independência e seguir estudando, além de ter um companheiro preso, acaba por manter um elo com o mundo do crime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta dissertação foi compreender os sentidos das infrações e da internação na trajetória de jovens egressas do sistema socioeducativo, partindo da perspectiva de três jovens mulheres – Anna, Ágatha e Alice -, que passaram pelas unidades socioeducativas do Distrito Federal entre 2012 e 2015. Busquei identificar, por intermédio da organização, das estratégias e dos conteúdos discursivos, presentes em cartas escritas e em expressões orais de entrevistas, a elaboração e a significação das lembranças e vivências dessas jovens, tanto como elementos de sujeição como resistência por parte delas às situações dramáticas de suas trajetórias.

Grosso modo, as trajetórias dessas jovens não diferem de outras que compõem as estatísticas gerais. Trata-se de jovens negras, da periferia da capital brasileira, com histórico familiar perpassado por acontecimentos violentos e que se viram diante da oportunidade de delinquir. Após traçarem esse caminho transgressor, ultrapassaram os limites das referências consideradas normais às garotas, da feminilidade, da inocência e tornaram-se perigosas à sociedade. As relações de poder que engendraram a realidade das adolescentes proporcionaram discussões ao longo desta pesquisa sobre como essas, enquanto jovens sujeitos em formação e, também, em busca de sua autonomização no mundo, relacionaram-se com as fortes estruturas de desigualdade que as atravessavam.

Ao se pensar em estruturas de gênero, há em seus movimentos uma subversão da ordem patriarcal, já que as três constroem o discurso sobre suas infrações no campo de ações possíveis, em que se veem como ativas e protagonistas. Evidentemente que esse processo, diante de um contexto de formação de si no período da adolescência, é menos racional que se pode encontrar em pessoas adultas. Mas isso não quer dizer que não seja um processo de emancipação que busca sustentar suas ações.

Uma vez maculada a imagem de feminino ideal, a ação infracional gera meninas “anormais” e “desestabilizadoras” da ordem patriarcal. Para essas, então, o poder emerge sob forma de instituição total, a unidade socioeducativa. Reconfigura-se a tática de controle, impondo processos de adestramento às jovens, através do isolamento e do etiquetamento. Mais uma vez a estrutura de gênero se coloca como projeto de vida para muitas ali: “só quem sai do crime é quem casa ou vira mãe”. A feminilidade hegemônica, onde se encontram a esposa e mãe, não dá conta do crime, é incompatível com a transgressão.

No discurso institucional, essas jovens são muito difíceis, dão muito trabalho, porque não se calam. São jovens quebradas por trajetórias violentas, precisam ser remendadas, curadas

e para isso, impositivamente feminilizadas. A continuidade do discurso biologizante, no qual as mulheres são incapazes de cometer crimes quando estão seguindo o seu papel e quando os praticam, são aproximadas da histeria, da masculinidade, da animalidade, da desnaturalização ou da rebeldia.

Os fatores de risco aos quais as jovens foram expostas não são poucos: violência na criação; contato com familiares e amigos/as inseridos/as no mundo do crime; vulnerabilidade social; precariedade de moradia; entre outros fatores citados. Entretanto, o discurso construído volta-se para o controle social das mentes, impondo mecanismos de autocensura e consciência, que pouco é cobrado dos/as jovens de classe média, ou mesmo dos rapazes. Contudo, o recato, a discrição, a obediência e o respeito são necessários para formar uma mulher “menos bandida”.

Os mesmos fatores de risco que as “condenam” à infração também são os elementos que as definem na cadeia de menores de idade. O exame avaliativo é minucioso: psicólogas, assistentes sociais, pedagogas e professoras estão ali para verificar constantemente até onde essa jovem pode mudar, até onde pode ir sua capacidade de adaptação e até onde ela sempre vai ser vítima das circunstâncias sociais.

Em particular, as três jovens entrevistadas não negam a identidade feminina. Elas impõem à feminilidade uma rachadura para poderem existir com visibilidade, reconhecimento e dignidade. Após a internação, novamente, elas rompem a estrutura, ao agirem diante do assujeitamento da própria realidade, que permanece a mesma. Só que elas não querem mais ser “bandidas”, agora elas querem ser psicólogas, assistentes sociais, turismólogas, trabalhadoras, donas de suas próprias escolhas, o que também é existir como mulher na vida ampla.

Um dos interesses desta pesquisa se voltou à configuração da narrativa dessas jovens como um todo e, dessa forma, perceber os esforços e empreendimentos de emancipação travados diante do embate com os macros e micros poderes. Por um lado, é notória a imposição de estruturas de opressão sobre elas: a desigualdade social de gênero, raça e classe; a criminalização da juventude periférica; os abusos psicológicos, físicos e sexuais; a violenta mortificação de um eu ainda em construção; entre outros trazidos nas narrativas. Por outro lado, vê-se a resistência delas na tentativa de encontrar saídas, mesmo em situações e decisões éticas e moralmente negativas, como a criminalidade enquanto um meio de reconhecimento; a violência enquanto um tipo de comunicação; a reflexão e responsabilização sobre os próprios atos; a opção por amadurecer e também endurecer; a leitura como forma de liberdade; a opacidade como forma de existência.

É possível observar que existem elementos, pessoas e iniciativas que possibilitaram essas ações de resistência, como a reflexão que a unidade proporcionou e as redes de apoio e influência formadas no período de suas internações. As três jovens foram atravessadas por opressões e formas de resistência, mas suas identidades não podem ser definidas ou enclausuradas em estruturas.

A abordagem biográfica ora utilizada permitiu perceber a importância da manipulação da identidade para a proteção de si. A relação estabelecida entre pesquisadora e as interlocutoras permitiu perceber, que mesmo uma das maiores barreiras da pesquisa narrativa, o silêncio, pode significar também uma expressão do se contar, do posicionar-se sobre a própria história e do permitir que só falem o que elas querem que seja dito. O silêncio, em si, também se torna um elemento de resistência.

Através das cartas e das entrevistas, Anna, Alice e Ágatha performaram suas histórias. Se (re)significaram na relação comigo e afetaram-me como pesquisadora, como mulher e como pessoa humana. Afinal, a complexidade de uma trajetória de vida nunca é captada e apreendida apenas por conteúdos objetivos. O encontro entre mim e elas, permeado e elucidado na opacidade e no não dito, me permitiu acesso a alguma compreensão de suas vivências passadas, existências atuais e projetos de seus futuros.

A despossessão (BUTLER, 2015), a interação entre nós e a memória delas elaborada nessa interação foram zonas de opacidade por mim exploradas. As histórias dessas jovens pertencem a elas, mas também lhes foram contadas por seus/suas familiares quando falavam de sua infância, pela justiça e/ou pelos/as técnicos/as da unidade, quando escreviam seus relatórios. A família desestruturada, por exemplo, é parte dessa despossessão, da história que o outro construiu para elas e que as constituiu por um bom tempo, talvez ainda delas participe.

A interação e a imagem que eu, como pesquisadora, representei para elas, também é um elemento relevante de opacidade e foi uma das principais vias de resistência que identifiquei. Na busca pelo reconhecimento de si como sujeitos, essas jovens narraram suas trajetórias e se fragmentaram de forma a me contar o que elas queriam dizer e não o que eu queria ouvir, revelando-se e escondendo-se.

Por fim, a memória é um elemento que deve ser considerado. Parte da história que essas jovens contaram para mim é também a história que elas ouviram sobre si e elas (re)contaram para elas mesmas nesses 4 anos de liberdade. Histórias que (re)contaram para sobreviver, para se reerguer e para hoje seguir. As narrativas não são plenas e nem completamente coerentes, no

entanto elas são construções inteligíveis das experiências vividas, carregadas de afeto e de resgate da própria humanidade.

Para além disso, elaborar uma pesquisa mais aberta ao relato livre das interlocutoras permitiu falar sobre sentimentos, dores, arrependimentos, superações, amores, sexualidade, ou seja, falar de pessoas e vínculos pouco evidenciados para compreender as consequências que a infração e a privação de liberdade têm na vida dos indivíduos. Elas conseguiram se revelar, nesta pesquisa, para além de questões maniqueístas e desumanas, como: você é ou não é menos bandida? Você é boa ou má?

Utilizar a metodologia feminista possibilitou que o ponto de partida da pesquisa fosse baseado na hermenêutica do amor (SANDOVAL, 2000), buscando os significados que os afetos têm para a trajetória dessas jovens. A epistemologia feminista evidenciou a opacidade e os sentimentos, deixando que fossem compreendidos como parte dos sujeitos, demonstrando a humanidade nos aspectos desafiadores, conflitivos e ambíguos das narrativas. As cartas possibilitaram aproximação aprofundada de Anna, Ágatha e Alice e guiaram a pesquisa por meio de suas narrativas.

As histórias aqui escritas são três histórias possíveis, sobre três jovens, em um universo de várias outras garotas que vivem no crime, praticam infrações e/ou estão internadas. Evidentemente, dentro dessas histórias também é praticável levantar questões relevantes para se pensar como o Estado e o sistema socioeducativo têm lidado com meninas infratoras na nossa sociedade, em especial no Distrito Federal.

A continuidade de uma prática punitivista, muito diferente da proposta de política do ECA, tem perpetrado uma dupla punição dessas jovens, limitando-as ao um feminino submisso e teoricamente incapaz de infringir leis. O Estado só entra na vida dessas jovens para corrigir, adestrar e punir, estando ausente em situações de abuso e de vulnerabilidade, além de ser altamente ineficaz no controle social. Por meio dessas três histórias, viu-se que onde a família falha em proteger e cuidar, o crime entra e derruba, as meninas caem na tutela do Estado, em ciclos inclusive intergeracionais, em que familiares já passaram pela mesma situação que elas. Cair, termo que usam para definir suas prisões, é também despencar na realidade e ver que seus atos são graves, que eles machucaram outros, mas também as machucaram. Ver, ainda, que o mundo das grades não era o sonhado por elas, em um doloroso rito de passagem.

O ato infracional é bastante complexo, não se trata apenas de uma falha, seja da família, seja do Estado, seja delas mesmas. Ele é também uma forma de comunicação e, no caso de mulheres pobres e negras em uma sociedade patriarcal, pode ser visto por um ângulo de

transgressão da ordem de si mesma, que, controlada por determinações, buscam resistir a um sentimento de impotência e invisibilidade. Além disso, o ato infracional significa um ato de poder, porque é através do crime que se emerge dessa opacidade que as estruturas opressivas de gênero, classe e raça lhes submetem. O crime acaba sendo, por esse ângulo, um caminho (mesmo que torto) para o reconhecimento.

A unidade de internação foi, de certo modo, um rito de passagem, da adolescência para a adultez. Apesar de todas as falhas, a presença das jovens na unidade possibilitou acesso a oportunidades que elas não teriam, como o afastamento de situações de risco de seu cotidiano na rua, a formação de redes de afeto e de confiança e permitiu traçar novos planos para suas próprias vidas. Entretanto, a unidade ainda falha em compreender e e oferecer melhor perspectiva material e psicológica para essas jovens. Ao limitar-se a uma perspectiva de docilização dos corpos e mentes pela punição, pelo estigma e pelo disciplinamento, a ressocialização se perde, proporcionando nas jovens uma visão de raiva e afastamento dos aparelhos estatais, que as acompanha fora da instituição.

As oportunidades de recomeço para essas três jovens vieram de atores sociais e seus projetos, os quais passaram pela unidade, e poderiam ser efetivamente institucionalizados. Ademais, a internação socioeducativa do DF carece da visão que essas jovens também são capazes de (re)significar seus atos, bem como carece de estabelecer planos concretos para que estas não sejam devolvidas à sociedade com uma sensação maior de impotência do que quando entraram na instituição.

Oferecer educação formal e de qualidade é necessário e urgente, mas também é essencial que o contexto socioeconômico da jovem em internação sirva não só para fazer relatório, que sua família não seja apenas taxada como desestruturada. Compreender como a infração apresentou-se como opção e quais as alternativas possíveis dentro da realidade dessas jovens. Se, de fato, a socioeducação quer cumprir a proposta de retirá-las do mundo do crime, estudos como a presente dissertação precisam ser parte do cotidiano da unidade. Não para detectar quem está menos bandida, mas para, de fato, ouvir essas jovens.

Ao utilizar um mosaico conceitual composto por gênero, adolescência/juventude e crime/infração, ficou evidente a maleabilidade desses. A emergência de categorias ambíguas permite que as margens das opressões sejam demonstradas, contribuindo para a elaboração de estudos mais profundos sobre o envolvimento de jovens mulheres com o mundo do crime. Buscou-se trazer luz à existência dessas jovens e de suas vivências, ainda pouco abordadas nas

Ciências Sociais e, ao utilizar uma metodologia feminista das bordas, compreender como o não dito e as opacidades podem ser também objeto da Sociologia.

Por fim, no esforço de responder aos objetivos propostos nesse trabalho, muitos pontos importantes podem ter sido menos discutidos e podem servir como propostas para pesquisas futuras. O primeiro deles são as constantes citações sobre a forma de tratamento recebida pelos jovens meninos internados. Não foram poucas as vezes que as jovens relataram que viram ou ouviram os meninos sendo violentados. Para além disso, a homofobia e a forma de tratar a masculinidade dentro das unidades também foram relatadas como problemáticas.

As discussões sobre relações de gênero têm, nos últimos anos, abarcado também sobre os impactos da estrutura patriarcal em homens e meninos. Apesar dos estudos sobre delinquência juvenil girarem majoritariamente sobre essa população, pouco se discute sobre as repercussões que o gênero tem na internação e no tratamento desses jovens nas unidades socioeducativas.

Outro ponto que gostaria de abordar para futuros estudos é que, apesar de Anna, Alice e Ágatha terem seguido destinos fora do crime, elas continuam vivendo quase que diariamente com essa escolha entre a normalidade e a “anormalidade”. Desenvolver um estudo sobre como jovens meninos e meninas egressos/as continuam em suas realidades, convivendo na ambiguidade entre o adestramento imposto pelas unidades e as possibilidades de prática infracional também seria rico para compreender elementos de poder e resistência, além de convergir com o fenômeno da persistente reincidência infracional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. de. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira. **Novos estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, abr. de 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002019000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

ALMEIDA, R. de O. **Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ALVAREZ, M, C.. Punição, Sociedade e História: Algumas reflexões. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, p. 93-105, jun. 2007. Semestral. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/826>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ALVES, E. do A. **Rés negras, Judiciário Branco: Uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ARAÚJO, C. M. de. **Significações sobre adolescência e desenvolvimento humano em um projeto social educativo**. 2008. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BARATTA, A. Paradigma de Gênero: da questão criminal à questão humana: Da questão criminal à questão humana. In: BARATTA, Alessandro; STROCK, Lênio Luiz. **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999. p. 19-80.

BECKER, H. **Outsiders – Estudos de Sociologia do Desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENELLI, S.J. **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas**. São Paulo: Editora UNESP, 2014,

BOURDIEU, Pierre. A "juventude" é só uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim do Século, 2003. p. 151-162.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 de ago. 2017.

_____. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Código de _____. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Org.). **Levantamento Anual Sinase. 2010**. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/LEVANTAMENTO%20ANUAL%20FICIAL_2010.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Org.). **Levantamento Anual Sinase. 2016**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE**. Brasília: CONANDA, 2006. 100 p.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. **Regulamento Disciplinar das Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal**. Brasília, 2018.

BUTLER, J. Variações sobre Sexo e Gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. **Feminismo como Crítica da Modernidade**. Editora Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, RJ, 1987.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 5ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **A vida psíquica do poder**. Ed. 1, Editora Grupo Autêntica: Rio de Janeiro, RJ, 2017.

CABRAL, S. H., & SOUSA. S. M. G. (2004). O histórico processo de exclusão/inclusão dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil. *Psicologia em Revista*, 10 (15), 71-90. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/198>>. Acesso em 27 de abr, de 2020.

CARNEIRO, L G. S. **Mulas, olheiras, chefas & outros tipos**: heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília e na Cidade do México. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade de Brasília. 2015.

CASTRO, A. L. de S.; GUARESCHI, P. Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 200-207, ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

CHARLIE BROWN JR. Só para vadiar. *In*: LETRAS. Belo Horizonte, c2020. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/charlie-brown-jr/1556721/>. Acesso em: 12 de mar. 2020.

Conselho Nacional de Justiça (Org.). **Dos espaços aos direitos**: A realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões. 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/05/0a489b951db22997453d6335e9d88c14.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

COSTA, F. Á. de O.; MARRA, M. M. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista brasileira Psicodrama**, São Paulo , v. 21, n. 1, p. 141-153, 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2020.

DAVIS, A. Fareword. *In*: SANDOVAL, C. **Methodology of the Opressed**: Theory out of bounds; v. 18. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2000. 260p.

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JURIDICÁRIAS. Universidade Católica de Pernambuco. **Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação de medidas socioeducativas de internação nas adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões.** Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/78127-contrato-n-262013-realizacao-de-pesquisa-intitulada-dos-espacos-aos-direitos-a-realidade-da-ressocializacao-na-aplicacao-das-medidas-socioeducativas-de-internacao-das-adolescentes-do-sexo-feminino-em-conflito-com-a-lei-nas-cinco-regioes-com-o-objetivo-de>>. Acesso em: 20 de ago. 2017.

DINIZ, D. **Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal.** Brasília: Anis, 2017.

DUARTE, V. Delinquência juvenil feminina a várias vozes: contributos para a construção de uma tipologia de percursos transgressivos. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 78 2015, Disponível em: <<http://journals.openedition.org/spp/1953>>. Acesso em: 28 de abr. de 2020.

_____, V. M.; CARVALHO, M. J. L. de. (Entre) olhares sobre delinquência no feminino. **Ex aequo**. Vila Franca de Xira, n. 28, p. 31-44, 2013. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 de abr. de 2020.

_____, V.; CUNHA, M. I. **Violências e Delinquências Juvenis Femininas: gênero e (in)visibilidades sociais.** Lisboa: Húmus, 2014.

EMICIDA; MAJUR; VITTAR, P. AmarElo. *In*: LETRAS, c2019. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/emicida/amarelo-feat-majur-e-pablo-vittar/>. Acesso em: 12 março de 2020.

FERRARA, J.A. Escrita e reinvenção de si: caminhos para uma prática discursiva feminista. **Revista Garrafa**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 47, p. 166-191, mar. 2019. Trimestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/garrafa/article/view/25188>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

FOUCAULT, M. **Os anormais.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2008.

_____, E.. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, n. 1, p. 68-110, 1 jan. 2005. Acesso em 27 de abr. de 2020.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GROPPO, L. A. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Tese**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 4-33, 13 jul. 2015. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/1806-5023.2015v12n1p4/29763>>. Acesso em: 28 de abr. de 2020.

GROS, F. Foucault e a questão de quem somos nós? **Tempo Social - Rev. Sociol.** USP, São Paulo, 7 (1-2): 175-178, outubro de 1995. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0175.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p.93-107, jun. 2003. Semestral.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue. **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

KÜCHEMANN, B. A., BANDEIRA, L. M., & ALMEIDA, T. M. C. A categoria gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. *Revista Do CEAM*, 3(1), 63-81, 2015. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10046>. Acesso 10 de jul. 2018.

LEGNANI, V.N.; SANTOS, A.J. **Família nuclear**: um ideário de proteção contra a violência, s.d. Disponível em: <<http://www.abrapso.org.br>>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

LEMO, D. de S. A moderna política dos castigos uma perspectiva da punição em Michel Foucault. **Em Tese**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 114-135, 10 jun. 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2013v10n1p114>>. Acesso em 28 de abr. de 2020.

LEÓN, O. D. Adolescência e juventude: Das noções às abordagens. FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: Referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 9-19.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. Escrita acadêmica e escrita de si: experienciando desvios. **Mental**, Barbacena, v. 7, n. 12, p. 153-166, jun. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272009000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MACHADO, P. E. G. **A reprodução dos padrões patriarcais na trajetória da internação socioeducativa de jovens do sexo feminino no DF**. 2014. 92 f. Monografia (Especialização) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014

MAIA, J.; DOMINGUES, C. Narrativas do cotidiano: As mulheres constroem Histórias. **Anais do XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 38., 2015, Rio de Janeiro. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Rio de Janeiro: Intercom, 2015. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0885-1.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. ARIOVICH, Laura. **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30.

MARINHO, F. C. **Jovens Egressos do Sistema Socioeducativo: Desafios à Ressocialização**. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MARTINS, S. A mulher junto às criminologias: de degenerada à vítima, sempre sob controle sociopenal. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 111-123, Abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2020.

MATOS, R. **Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas**. Coimbra: Almedina, 2008.

MOTTA, A. B. da; WELLER, W. Apresentação: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica.: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 175-184, ago. 2010. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922010000200002>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

NUNES, M. C. A.; ANDRADE, A. G. de S.; MORAIS, N. Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura: um estudo de revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 2, p. 144-156, 25 set. 2013. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos.

ORDÓÑEZ, L. J. **Sobreviver numa Penitenciária de Mulheres: quando adaptar-se é resistir**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

PENSO, M. A.; RIBEIRO, D. D.. O Sentido da Medida de Internação na Trajetória de Vida de Jovens Egressos do Sistema Socioeducativo. In: PENSO, M. A. & DE ALMEIDA, T. M. C. **Direitos e Conflitos Psicossociais: Ações e Interfaces Disciplinares**. São Paulo: Editora Roca, 2012, p. 234-250.

_____, M. A.; et al. **Os jovens pedem socorro: o adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual**. Brasília: Liber Livro, 2012, 176p.

POLLAK, M. Memória e Identidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, jan. 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos César. A contribuição de David Garland: a sociologia da punição. **Revista Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 329-350, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30020.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

SALLAS, A. L. F.; BEGA, M. T. S. Por uma sociologia da juventude – releituras contemporâneas. **Revista Política & Sociedade**, v. 5, n. 8, p. 31-58, abr. 2006.

SANDOVAL, C. **Methodology of the Oppressed**. Theory out of bounds; v. 18. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2000. 260p.

SANTOS, H. Mulheres como autoras de violência: evidências e agenda de pesquisa. : evidências e agenda de pesquisa. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 1, p. 42-58, 19 maio 2016.

SARAMAGO, José. [Frases]. In: PENSADOR. [S. I.], c2020. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/NTIwODY3/>. Acesso em: 22 abr. de 2020.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. de (org). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 49-82.

SEGATO, R. L. El color de la cárcel en América Latina: Apuntes sobre la colonialidad de la justicia en un continente en desconstrucción. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 208, n. 2, p.142-162, mar. 2007.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, v. 1, n. 1, 2007.

SILVA, C. M. G. e. Construção social da memória autobiográfica e Histórias de Vida. In: LOPES, Amélia et al (org.). Histórias de Vida em Educação: a construção do conhecimento a partir de histórias de vida. **A Construção do Conhecimento a partir de Histórias de Vida**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2013. p. 181-189.

SILVA, W. C. L. da. Biografias: construção e reconstrução da memória. **Fronteiras**, [S.l.], v. 11, n. 20, p. 151-166, dez. 2009. ISSN 2175-0742. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/626>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

SOUZA, L. K. de; MCCARTHY, S. N. Ritos de passagem da adolescência à vida adulta: diferenças etárias e de gênero. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 124-135, dez. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202010000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 de abr. de 2020.

SOUZA, R. L.; SILVEIRA, A. M. Mito da Ressocialização. **Ser Social**, [s.l.], v. 17, n. 36, p. 163-188, 7 nov. 2015. Biblioteca Central da UNB. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/ser_social.v17i36.13421>. Acesso em: 28 de abr. de 2020.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. de S. Socialização de gênero e adolescência. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 147-162, abr. 2005. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2005000100010>>. Acesso em 27 de abr. de 2020.

TRENTIN, A. C. **Adolescentes em conflito com a lei e a família**: um estudo interdisciplinar. 2012. 107f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Criminais, Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VILARINS, N. P. G. Meninas de Santa Maria: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 25, n. 2, p. 205-224, ago. 2010. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922010000200004>>. Acesso em 27 de abr. de 2020.

_____, W. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível: a arte de se tornar visível. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 107-126, abr. 2005. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2005000100008>>. Acesso em 27 de abr. de 2020.

ZAPPE, J. G.; DIAS, A. C. G. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia** (Natal), [s.l.], v. 17, n. 3, p. 389-395, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300006>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ANEXOS

Roteiros da Entrevista 1 – Baseada na carta 1

Alice

1. Sempre morou em São Sebastião?
2. Mora com quem?
3. Com quem morava na época da infração/internação?
4. Como é a relação com seus familiares? Pai/mãe.
5. Você estudava antes? Quais suas lembranças da escola?
6. Qual foi sua infração?
7. Julgamento da família e abandono dos amigos.
8. Por que você acha que era imatura antes da internação? Por que você acha que não teria alcançado essa maturidade sem a internação?
9. Como você acha que a visão impactou sua visão sobre o mundo?
10. Quem era a Alice de 17 anos? O que mudou?
11. Por que você acha que a autopreservação foi um ponto de mudança na sua trajetória?
12. O que é o “status do crime”? O que é esse mundo?
13. Em que medida você fez parte desse “mundo do crime”?
14. Como você acha que essa noção de autopreservação pode ajudar meninas que passam pela internação hoje?
15. Você tinha estratégias de resistência dentro da unidade?
16. O que é “tornar-se mulher”?

Anna

1. Como era seu relacionamento com sua avó?
2. Quando veio para Brasília, como foi voltar a viver com sua mãe?
3. Como era sua relação com ela? E com o marido dela?
4. Como sua mãe entrou para o tráfico? Era a única renda da família?
5. Quem vivia com vocês na época?
6. Ela conversava com você sobre o tráfico? Como era a rotina da família?
7. Com quantos anos você caiu a primeira vez?
8. Você já havia passado por medidas socioeducativas antes?
9. Como você descreveria ser mulher no mundo do tráfico?
10. Qual a infração da sua última internação?

11. Por que ir para o Rio de Janeiro?
12. Você fala da tentativa de linchamento da sua mãe após sua prisão, tem relação?
13. Como vocês voltaram para Brasília?
14. Sua mãe caiu alguma vez?
15. O que fez você querer sair do mundo do crime?
16. Como foi sua sentença? Como você se sentiu?
17. Havia muita diferença entre a unidade do Rio e a do DF?

Ágatha

1. Onde você cresceu e morou?
2. Com quem você morava?
3. Como era a relação com seus pais? Ainda fala com seu pai hoje?
4. Como era isso de família desestruturada?
5. Você pode me falar como entrou no mundo do crime? Como era ser mulher nesse mundo?
6. Como foi ser sentenciada? Qual a reação da família e amigos?
7. Como era lidar com os pensamentos na unidade?
8. O que você mais pensava?
9. Como era a rotina da instituição?
10. Como era a relação com as agentes? E com as outras jovens?
11. Você chegou a usar medicamento para dormir? Por que?
12. Você recebia visitas? De quem?
13. Quais os projetos de futuro que a unidade oferecia?
14. Você terminou os estudos na unidade?
15. Você acha que a internação te mudou? Como?

Roteiro de Entrevista 2 e 3 – Baseada na carta 2 e 3

Todas

1. Como era a rotina na unidade?
2. Você participou de alguma oficina?
3. Terminou os estudos na unidade? Como era a escola?
4. Você era considerada perigosa?
5. Você acha que sua infração influenciava como você era vista pela unidade e pelas internas?

6. O que você mais sentia falta na unidade?
7. Existe algum momento marcante para você na unidade?
8. Como foi fazer 18 anos na unidade?
9. O que você acha que mudaria sua vivência na unidade?
10. Como eram as punições e recompensas?
11. Como eram feitos os relatórios? Quem fazia?
12. Havia exames médicos?
13. Existia algum medicamento obrigatório?
14. Existiam formas de resistência?
15. Você teve relacionamentos afetivos/amorosos com outras meninas na unidade?
16. Como a unidade lidava com esses relacionamentos?
17. Quais problemas você teve na unidade? Havia conflito com as agentes? Com outras meninas?
18. Como foi quando você ficou sabendo que ia sair?
19. Como foram os primeiros meses após a internação?
20. Como foi voltar a conviver com a família, amigos?
21. Quais as perspectivas você tinha quando saiu?
22. Como entrou na faculdade?
23. Você conversa com alguém sobre o período da unidade? Sobre a infração?
24. Como você lida com as memórias?
25. As pessoas com quem você se relaciona sabem?
26. Voltar para o mundo do crime é uma opção?
27. Quais suas metas e projetos hoje?
28. Você conhece muita gente que caiu de novo? Como? Por que você acha que com você foi diferente?
29. Existiu algum acompanhamento após a saída da unidade?